

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO



**A IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: APORTES
PSICANALÍTICOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Denise de Fatima Kurpel

Francisco Beltrão – PR

2019

DENISE DE FATIMA KURPEL

**A IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: APORTES
PSICANALÍTICOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Dra. Giseli Monteiro Gagliotto.

Francisco Beltrão – PR

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Kurpel, Denise de Fatima

A identidade de gênero no espaço escolar : aportes psicanalíticos à prática pedagógica / Denise de Fatima Kurpel; orientador(a), Giseli Monteiro Gagliotto, 2019.
132 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Educação sexual escolar. 2. Psicanálise. 3. Mecanismos de defesa. 4. Identidade de gênero. I. Gagliotto, Giseli Monteiro. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DENISE DE FÁTIMA KURPEL

**TÍTULO DO TRABALHO: A IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR:
APORTES PSICANALÍTICOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA**

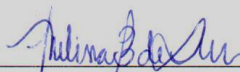
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA



Giseli Monteiro Gagliotto (Orientadora)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Melissa Barbieri de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Aline Ariana Alcântara Anacleto Marchesan
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR) Campus Dois Vizinhos

Francisco Beltrão, 15 de abril de 2019

Dedico esta dissertação à minha mãe, Darneli, que sonhava com a formação acadêmica dos filhos, mas não viveu tempo suficiente para ver conquistas como esta.

Às pessoas LGBT's, que em algum momento do caminho, sentiram-se excluídas, julgadas, perdidas, perseguidas e/ou sozinhas.
Àqueles que já foram agredidos, intimidados, perseguidos, violados, e/ou violentados sexualmente, por exercerem a subjetiva forma de SER e ESTAR no mundo.

Dedico em memória de todos os LGBT's que foram assassinados.
Àqueles que encontraram no suicídio a resposta para desvencilhar-se dos papéis tradicionais que a sociedade tanto cobra, estórias que foram cruelmente apagadas pela falta de educação sexual.

Àqueles que lutam por um mundo mais humano, mais justo e igualitário, que lutam para conquistar e manter direitos, e vibram pelas pequenas (grandes) conquistas do movimento LGBT.

Àqueles que buscam por conhecimento, e tem a humildade de repensar sobre si mesmos (as) e suas práticas cotidianas

AGRADECIMENTOS

*“Existem momentos em nossas vidas,
em que as palavras perdem o sentido ou parecem inúteis, e,
por mais que pensemos numa forma de empregá-las,
elas parecem não servir.
Então a gente não diz, apenas sente”.*
(Sigmund Freud)

Escrevo, com o intuito de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma, fizeram parte deste caminho e de tantos outros que auxiliaram a minha chegada até aqui. São passos, de longos anos: longas silenciosas e barulhentas caminhadas. Histórias permeadas por sofrimentos, angústias, choros, tristezas, incertezas... Sentimentos que fomentaram a sede e a busca pela fonte conhecimento, em que também encontrei alegria, leveza e prazer. Vivi situações na infância, adolescência e vida adulta, que me instigaram buscar por respostas e, em meio a tantos “porquês”, se hoje cheguei até aqui, significa que várias pessoas me incentivaram e impulsionaram durante o percurso.

Pai Francisco, frente a todas as dificuldades que vivemos, financeiramente e emocionalmente com a morte da mãe, gostaria de ressaltar a minha admiração por tudo que fez por nós. Obrigada por sempre apoiar e incentivar os estudos, por fazer tudo o que está ao seu alcance, pelo cuidado, e as longas conversas e reflexões sobre o sentido da vida. Por fomentar as curiosidades pelo funcionamento das coisas (sejam elas objetos e máquinas, sejam elas as pessoas), e por todo o encorajamento em mais esta etapa da minha vida acadêmica. “De cabeça em cabeça de repolho”, sigo voando cada vez mais alto! Te amo!

Mãe Darneli (*em memória*) agradeço pela vida, por lutar como pôde para permanecer conosco por mais tempo, pelo carinho, e todo o amor que dedicaste. Fico feliz por saber que herdei um pouco da sua garra, coragem e força para enfrentar grandes desafios e superações, a ti, meu eterno amor!

Mana Franci, obrigada por cuidar de mim, por tentar me compreender e me aceitar da forma que sou, buscando conhecimento das fontes que estavam dispostas por meio de toda a nossa educação, sei que intentou pelo melhor. Afinal de contas, amor é dado subjetivo! Hoje, mais do que nunca, compreendo que às vezes é difícil encontrarmos respostas para tantas perguntas, e embora nunca tenha dito isso, acredite: muitas delas você inspirou, começando pela escolha do curso de psicologia ao te ouvir falar sobre psicanálise. Te amo e obrigada por tudo!

Mano Celio, embora saiba que na época você não gostava (haha) gostaria que soubesse que você foi o primeiro exemplo concreto que tive, na infância, de que homens e mulheres podem desempenhar toda e qualquer função doméstica! Admiro você pela sua coragem e as suas lutas, por ajudar o pai a me cuidar, e pelo orgulho de dizer que sabia fazer de tudo dentro de casa, me ensinando diversas tarefas domésticas. Tarefas, que serviram para eu “me virar” morando sozinha. Obrigada por tudo, amo você!

Maninho Miguel e sobrinhos Luiz Felipe e Lucas Henrique. Obrigada por resgatarem e manterem a doçura da infância sempre viva e por perto na nossa família! Gostaria muito de participar mais da infância de vocês, e de ter mais pique para brincarmos bastante! Sei que em alguns momentos estive ausente em decorrência dos estudos, mas mesmo distante, continuo sendo a irmã mais velha e a tia babona dos “meus bebês”! Amo, amo e amo!

Russélia Vanila Godoy. Professora do curso de psicologia, supervisora de estágio durante toda a graduação e terapeuta: não tenho palavras para expressar o quanto foi (e ainda é) importante para a minha formação pessoal e acadêmica. Obrigada por estender a mão em vários momentos que precisei, por inspirar tanto amor e vontade de aprender cada vez mais sobre psicanálise. Saiba que és para mim um modelo de inspiração! Obrigada por tudo.

Minha amiga Adriéli Tonello, obrigada por ser companheira, por tantas vezes segurar a minha mão e me ajudar a não deixar a peteca cair com os apertos da graduação em psicologia. Tudo que compartilhamos nesse período e estendemos para a vida foi crucial para que eu encarasse esse desafio de cabeça erguida! Agora pretendo “palitar os dentes” com todas as estacas! Obrigada por tudo!

Thais Daniele. Obrigada por todo apoio, pelo ombro e o abraço quentinho me esperando quando eu chegava em casa. Obrigada por tantas vezes permanecer ao meu lado e dizer que tudo iria ficar bem, por não me deixar desistir quando pensei que não conseguiria dar conta das demandas acadêmicas da graduação e do mestrado. Serei eternamente grata por todo o incentivo, amor e carinho “até não caber mais”. Acredite, jamais esquecerei que o essencial é invisível aos olhos.

Seu Moacir e dona Angela Dalle Cort, obrigada por todo apoio, por me hospedarem na casa de vocês enquanto fazia as disciplinas do mestrado, com tanto amor e carinho. Depois de um dia puxado no mestrado, sempre se demonstraram dispostos a me receber com cama, banho e comida quentinha, mesmo cansada e longe de casa, sentia o aconchego de um segundo lar. Serei eternamente grata, obrigada por tudo!

Eduardo Bischof, amigo para vida que o mestrado aproximou! Aprendi (e aprendo) muito contigo, obrigada por ser quem tu és e por me inspirar viver a vida de forma tão mais leve e (des) complicada! Obrigada por me mostrar que sempre temos muito a aprender com as pessoas que estão à nossa volta, e que precisamos nos libertar e apenas SENTIR! Te admiro imensamente, sua doçura, energia, e humildade, são contagiantes!

Vanessa. Obrigada por todo amor, apoio, carinho e incentivo! Por ser quem tu és e permitir ser quem eu sou. Pela disposição de estar comigo também nos dias ruins e as incontáveis conversas e reflexões sobre a vida, as pessoas e o universo. Aprendo muito contigo todos os dias. As palavras não são suficientes para externalizar tudo que eu sinto sobre todo apoio e incentivo que você me deu para que eu não desistisse do sonho de concluir o mestrado. Em meio à tantos desafios e inseguranças, você se tornou meu alicerce, tornando os meus dias mais amargos em doces. Você literalmente me bagunça e tumultua tudo em mim, ao mesmo tempo que me mostra que tudo vai ficar bem. Amo você!

Professora Giseli, a minha gratidão por tudo! Por todas as contribuições, ensinamentos, trocas de experiências, e oportunidades de aprendizado pessoal e profissional! Por todo o conhecimento que dispôs, pelas palavras encorajadoras e o suporte. Por ter me inspirado a perceber que sempre teremos muito para aprender e conhecer!

Professores do colegiado do programa de mestrado em educação, sou eternamente grata por todos os ensinamentos, admiro imensamente cada um de vocês, em especial, professores: Ângela, Thaís, Janaina, Eduardo, Clésio, Sônia, Mafalda e Zé Luiz.

Meninas do NEDDIJ/2016 (em especial, Suzane Skura, Michelli Muller Tofollo e Sabrina do Amarelho) obrigada pelo acolhimento, e incentivo para prosseguir na vida acadêmica, parceria em eventos e, principalmente, o encorajamento para participar da seleção do mestrado! Uma vez Neddij, para sempre neddijetes!!

Companheiras do LABGEDUS, as lutas travadas por cada uma de vocês são inspiradoras! Admiro cada uma de vocês de acordo com as suas particularidades, gratidão por todos os compartilhamentos e momentos que me inspiraram a tentar a seleção do mestrado! Raoany, Fran Lorenzi, Gisah Pimentel, Fran Menin, Jaque, Eritânia, Sabrina, Gessica, Joyce e Tailize.

Colegas do mestrado: obrigada pela companhia de cada um de vocês nessa trajetória, por cada café, riso e conversas “jogadas fora”! Em especial, Fran, Perla e Graci!

Maysa Fernandes, você é inspiradora! Sair da “teoria” e conhecer outras vivências me fez aprender e repensar muito sobre a sociedade e a diversidade trans.

Professora Melissa Barbieri, tenho uma imensa admiração pela sua trajetória na luta pela visibilidade e os direitos de cidadania das pessoas trans. Sou imensamente grata por aceitar contribuir com esta dissertação!

Professor Álvaro Palomo, és uma referência para mim! Sou imensamente grata por ter aceitado contribuir com esta dissertação. Cada sugestão realizada tanto por ti quanto pela professora Melissa durante o exame de qualificação, enriqueceu a pesquisa e o meu conhecimento sobre as questões de gênero. Imensa gratidão!

Professora Aline Ariana Alcântara Anacleto Marchesan, obrigada por aceitar participar da defesa e por cada contribuição que enriqueceu esta pesquisa, é imensa a gratidão!

A todos aqueles que, de alguma forma acompanharam e me auxiliaram nesta trajetória e que porventura não tenham sido mencionados neste momento, o sentimento é de gratidão!

“[...] Me perdi pelo caminho, mas não paro não! Já chorei mares e rios, mas não afogo não” [...] (Trecho da música: Dona de Mim – IZA)

SOMOS QUEM PODEMOS SER

*Um dia me disseram,
Que as nuvens não eram de algodão!
Um dia me disseram,
Que os ventos às vezes erram a direção!
E tudo ficou tão claro,
Um intervalo na escuridão!
Uma estrela de brilho raro,
Um disparo para um coração!
A vida imita o vídeo,
Garotos inventam um novo inglês...
Vivendo num país sedento,
Um momento de embriaguez, nós...
Somos quem podemos ser,
Sonhos que podemos ter!
Um dia me disseram,
Quem eram os donos da situação!
Sem querer, eles me deram
As chaves que abrem essa prisão!
E tudo ficou tão claro,
O que era raro ficou comum!
Como um dia depois do outro,
Como um dia, um dia comum!
[...] Quem ocupa o trono tem culpa,
Quem oculta o crime também,
Quem duvida da vida tem culpa,
Quem evita a dúvida também tem”.*

(Música: Somos quem podemos ser, Engenheiros do Hawaii)

RESUMO

KURPEL, Denise de Fatima. **A identidade de gênero no espaço escolar: aportes psicanalíticos à prática pedagógica**. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Francisco Beltrão, 2019.

A presente pesquisa tem por objeto a identidade de gênero no espaço escolar, em que foram destacados aportes psicanalíticos às práticas pedagógicas. Realizamos uma pesquisa bibliográfica nas universidades públicas do estado do Paraná, para identificarmos quantas e quais são as pesquisas desenvolvidas que abarcam a construção da identidade de gênero, a educação sexual escolar e a psicanálise. Pautamo-nos em discutir a identidade de gênero nos espaços escolares por intermédio da história de como o gênero foi sendo constituído na sociedade ocidental, apresentando elementos que auxiliam na construção econômica, social e cultural deste. Os bancos de dados que selecionamos para o desenvolvimento da pesquisa e, posteriormente, a revisão teórico-bibliográfica foram: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Domínio Público, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Bibliotecas Digitais das universidades públicas do estado do Paraná. Entre as produções científicas *stricto sensu* encontradas e selecionadas por meio dos critérios de inclusão e exclusão pré-definidos, selecionamos vinte e sete (27) dissertações de mestrado a partir da pré-categoria “gênero e identidade pessoal”; quatro (04) dissertações a partir da pré-categoria “identidade de gênero e biologia”; uma (01) dissertação a partir da pré-categoria “identidade de gênero e psicanálise” e onze (11) dissertações a partir da pré-categoria “identidade de gênero e educação sexual escolar”. Nossa pesquisa se justifica pela ausência de produções que abordem a ciência psicanalítica nos espaços escolares, no que tange a identidade de gênero cis e trans. Desenvolvemos, na fundamentação teórica, uma breve contextualização histórica sobre gênero e identidade, bem como as definições que foram construídas ao longo da história pelos movimentos feministas de primeira e segunda onda. Sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, apresentamos os debates políticos no Brasil sobre a identidade de gênero no espaço escolar e a sua relação direta com o projeto “Escola Sem Partido”. Demonstramos, no decorrer de nossa pesquisa, a influência das ciências biológicas nos discursos referentes à sexualidade e a identidade de gênero das pessoas trans, e abordamos a ciência psicanalítica, críticas, limites e possibilidades para a sua utilização como suporte pedagógico que pode auxiliar na compreensão do nosso objeto de pesquisa. Por fim, destacamos as resoluções que são utilizadas pelos psicólogos para auxiliar na despatologização da identidade de gênero e a aplicabilidade de conceitos psicanalíticos nos espaços escolares, em conjunto com a educação sexual.

Palavras-chave: Educação Sexual Escolar; Psicanálise; Identidade de Gênero.

ABSTRACT

KURPEL, Denise de Fatima. **The gender identity in the school space: psychoanalytic contributions to pedagogical practice.** 2019. 132 f. Dissertation (Master degree) - Master's Program in Education, State University of Western Paraná, Campus of Francisco Beltrão, 2019.

The present research aims at the gender identity in the school space, in which psychoanalytic contributions were emphasized to the pedagogical practices. We carried out a bibliographical research in the public universities of the state of Paraná, to identify how many and which are the researches developed that include the construction of gender identity, school sex education and psychoanalysis. We seek to discuss gender identity in school spaces through the history of how the gender was constituted in Western society, presenting elements that help in the economic, social and cultural construction of this. The databases we selected for the development of the research and later the theoretical-bibliographic review were: Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Public Domain, Coordination of Improvement of Higher Level Personnel (CAPES) and Digital Libraries of public universities in the state of Paraná. Among the scientific productions *stricto sensu* found and selected through the pre-defined inclusion and exclusion criteria, we selected twenty-seven (27) master's dissertations from the pre-category "gender and personal identity"; four (04) dissertations from the pre-category "gender identity and biology"; one (01) dissertation from the pre-category "gender identity and psychoanalysis" and eleven (11) dissertations from the pre-category "gender identity and school sex education". Our research is justified by the absence of productions that approach psychoanalytic science in school spaces, regarding the identity of cis and trans gender. We have developed a brief historical background on gender and identity, as well as the definitions that have been constructed throughout history by the first and second wave feminist movements. From the perspective of historical and dialectical materialism, we present the political debates in Brazil about the gender identity in the school space and its direct relation with the project "School Without Party". We demonstrate, in the course of our research, the influence of biological sciences on sexuality discourses and gender identity of trans people, and we approach psychoanalytic science, critiques, limits and possibilities for its use as a pedagogical support that can aid in understanding of our research object. Finally, we highlight the resolutions that are used by psychologists to assist in the depathologization of gender identity and the applicability of psychoanalytic concepts in school spaces, together with sexual education.

Keywords: School Sexual Education; Psychoanalysis; Gender Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Assimilação e armazenamento das informações no inconsciente.....	93
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de seleção dos trabalhos	68
Quadro 2 - Dissertações da pré-categoria gênero e identidade pessoal.....	69
Quadro 3 - Dissertações da pré-categoria identidade de gênero e biologia.....	76
Quadro 4 - Dissertação da pré-categoria identidade de gênero e psicanálise.....	78
Quadro 5 - Mecanismo de defesa do ego: Anulação ou reparação.	97
Quadro 6 - Mecanismo de defesa do ego: Formação reativa.	97
Quadro 7 - Mecanismo de defesa do ego: Identificação.	97
Quadro 8 - Mecanismo de defesa do ego: Isolamento.	98
Quadro 9 - Mecanismo de defesa do ego: Projeção.	98
Quadro 10 - Mecanismo de defesa do ego: Regressão.....	98
Quadro 11 - Mecanismo de defesa do ego: Repressão.....	99
Quadro 12 - Mecanismo de defesa do ego: Sublimação.	99
Quadro 13 - Mecanismo de defesa do ego: Troca de uma pulsão pela sua contrária.....	99
Quadro 14 - Mecanismo de defesa do ego: Volta da pulsão contra o próprio ego.....	100
Quadro 15 - Artigos dispostos na resolução 001/1999 - CFP	103
Quadro 16 – Artigos dispostos na resolução 001 de 29 de janeiro de 2018 do CFP....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de dissertações e teses pré-selecionadas nos bancos de dados.....	67
Tabela 2 - Disforia de gênero em crianças	87
Tabela 3 - Disforia de gênero em adolescentes e adultos.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANTRA/BR** – Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros do Brasil
- ACS** – Agente Comunitário de Saúde
- AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CMEI** - Centros Municipais de Educação Infantil
- CID** – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
- CFP** - Conselho Federal de Psicologia
- DP** – Domínio Público
- DSM** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- DSM TR** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – edição revisada
- DST's** - Doenças Sexualmente Transmissíveis
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EUA** - Estados Unidos da América
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LABGEDUS** – Laboratório e Grupo de Pesquisa em Educação e Sexualidade
- LGBT**– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e/ou Travestis.
- MEC** – Ministério da Educação
- NEDDIJ** – Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude.
- OMS** - Organização Mundial de Saúde
- PL** - Projeto de Lei
- PP** - Partido Progressista
- PR** – Paraná
- PT** - Partido dos Trabalhadores
- RJ** – Rio de Janeiro
- SUS** - Sistema Único de Saúde
- TIG** - Transtorno de identidade de gênero
- UEL** – Universidade Estadual de Londrina
- UEM** - Universidade Estadual de Maringá
- UENP** – Universidade Estadual do Norte do Paraná
- UEPG** – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- UFPR** – Universidade Federal do Paraná

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I. O GÊNERO COMO IDENTIDADE PESSOAL	28
1.1 GÊNERO COMO IDENTIDADE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	28
1.2 DEFINIÇÕES DE GÊNERO.....	36
1.3 GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E A TEORIA PSICANALÍTICA	43
1.4 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: “HOMENS <i>VERSUS</i> MULHERES”	50
1.5 DEBATES POLÍTICOS SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO NO BRASIL: PROJETOS ESCOLA SEM HOMOFOBIA E ESCOLA SEM PARTIDO	60
II. GÊNERO E IDENTIDADE NAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E NA PSICANÁLISE	66
2.1 METODOLOGIA	66
2.1.1 Delimitação do objeto de estudo e procedimentos para coleta de dados	66
2.1.2 Critérios de inclusão e exclusão	68
2.2 A SEXUALIDADE E A IDENTIDADE DE GÊNERO NA MEDICINA.....	82
2.3 A SEXUALIDADE E A IDENTIDADE DE GÊNERO NA PSICANÁLISE	91
III. IDENTIDADE DE GÊNERO, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: LIMITES, POSSIBILIDADES E REPERCUSSÕES NO ESPAÇO ESCOLAR.....	101
3.1 O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS TRANS..	102
3.2 FALAR PARA QUÊ? OS MECANISMOS DE DEFESA DO EGO ENQUANTO SILENCIADORES DE IDENTIDADES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ESCOLARES	107
3.3 IDENTIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa constitui-se em uma análise crítica sobre a identidade de gênero no espaço escolar. Inserida no campo das Ciências Humanas, buscamos demonstrar, no decorrer da nossa pesquisa, o quanto gênero, e em especial a identidade de gênero, ainda é assunto atribuído pelo senso comum principalmente ao campo das Ciências Biológicas. O processo de elaboração da pesquisa exige do pesquisador cautela na escolha do objeto e na utilização dos dados levantados, de forma que com o resultado do trabalho seja possível ao leitor, perceber o compromisso com a produção do conhecimento e o rigor ético da pesquisa.

Destarte, buscamos elucidar fatores sociais e subjetivos que podem exercer influência sobre a construção de traços da personalidade humana relacionados à identidade de gênero, bem como as repressões familiares e às repressões escolares da identidade de gênero. O posicionamento teórico utilizado nesta pesquisa considera a existência de homens e mulheres *cis/trans*, como uma construção contínua e interminável, desenvolvida sob diversos fatores de ordem social, econômica, moral, política, cultural de religiosidade e étnica. Desta forma, a utilização do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético é justificada pela forma com que pode proporcionar a compreensão da realidade humana. Isso ocorre por meio da matéria, consciência e práticas sociais, que possibilita reflexões e problematizações acerca das contradições presentes nos mais diversos aspectos.

Desenvolvemos uma revisão teórico bibliográfica e das produções científicas nas pós-graduações *stricto sensu* acerca das temáticas sobre a identidade de gênero, psicanálise e educação, nos seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Domínio Público, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nas bibliotecas digitais das universidades públicas do estado do Paraná (PR). A partir disso, realizamos um levantamento de teses e dissertações que englobassem a identidade de gênero, a psicanálise, a biologia e a educação sexual escolar. Com a seleção dos trabalhos elencados nas pré-categorias, discorreremos sobre a identidade de gênero nos espaços escolares, a partir de uma visão psicanalítica da temática sobre as práticas pedagógicas¹.

Apreendendo sobre alguns fatores sociais, pertinentes para a construção da moral e da personalidade, nos atentamos à construção da identidade de gênero enquanto

¹Compreendemos por práticas pedagógicas, estratégias que os professores utilizam/podem utilizar para atingir objetivos de ensino/aprendizagem.

dado subjetivo sob uma perspectiva psicanalítica, reconhecendo a existência do mecanismo de defesa da repressão². Atuando de forma consciente ou inconsciente sobre a *psique* humana, consideramos que o mecanismo de defesa atuante na subjetividade do professor também contribui para a produção de identidades de gênero. Desta forma, apontamos, no decorrer da nossa pesquisa, algumas formas de atuação da *psique*, de ordem consciente e/ou inconsciente, que podem influenciar os professores a não abordarem questões de gênero e sexualidade, e a reforçarem os padrões hegemônicos *cisgênero-heterossexuais*³ nos espaços escolares.

Com o desejo de emancipar sexualmente todos os indivíduos, de maneira com que consigam expressar-se enquanto gênero e sexualidade, para que cada um, subjetivamente, se perceba da forma que lhe convier, nos preocupamos com alguns valores e ideologias que são atribuídos, negativamente, à sexualidade e ao gênero. Reconhecer que existem elementos sociais e subjetivos que influenciam na existência de valores e ideologias, construindo e resultando em desigualdades entre identidades de gênero e sexualidades dissidentes⁴, nos faz remeter a uma abordagem crítica do nosso objeto de estudo, cuja escolha proporciona reflexões acerca de práticas sociais contemporâneas.

Por intermédio do materialismo histórico e dialético, é possível analisar fatos históricos, conhecer diferentes pensadores e percepções sobre as sociedades em tempos diferentes. Aquilo que já foi pesquisado, dito ou pensado, possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico sobre a contemporaneidade. Conhecer a história, pode proporcionar reflexões que possibilitam aprender com erros e acertos e, nesses termos,

²Para Laplanche & Pontalis (1988), o mecanismo de defesa da repressão exerce uma espécie de censura, excluindo determinadas informações do campo consciente e armazenando no pré-consciente e inconsciente. Estas informações que comumente são adquiridas através de determinações morais, são reprimidas pelas mesmas razões que foram adquiridas.

³Rodovalho (2017) propõe algumas reflexões sobre os termos *transgênero* e *cisgênero*. O termo ‘trans’ geralmente é colocado como aquilo que cruza, que atravessa, que transpassa, enquanto o termo ‘cis’ refere-se àquilo que sempre permanece do mesmo lado, que deixa de cruzar em função de uma determinada linha, e ambos os termos seriam antônimos com relação um ao outro. A autora faz uma pergunta pertinente: seria possível imaginarmos a utilização destes termos, sem nos referirmos a aquilo-que-cruza e aquilo-que-deixa-de-cruzar com relação ao desejo do outro? Existe na sociedade ocidental contemporânea o estabelecimento de uma hegemonia do gênero e de orientação sexual: do gênero, o padrão *cisgênero*, e da orientação sexual: o padrão heterossexual. Vale ressaltar, que não pretendemos inculcar aqui a ideia de que os sujeitos *cis-hétero* reais apenas estão seguindo um padrão hegemônico, nossa intenção é questionar o padrão *cis-hétero*, como imposição de modelo normativo àqueles que não se sentem desta forma, ou ainda, àqueles que seguem este padrão por determinações sociais que influenciam a subjetividade.

⁴“Não conforme, que diverge; que discorda de”; “Indivíduo que deixa de participar de um grupo, religião, etc. por não concordar com seus preceitos”; “Pessoa que deixa de participar de um grupo por não concordar com suas normas e objetivos”. (AURÉLIO, 2019) Utilizamos a palavra “dissidente” em vários momentos da pesquisa, por considerar que as pessoas com identidades de gênero, assim como as sexualidades dissidentes, se opõem aos papéis tradicionais provenientes da cultura de cada sociedade. Seus corpos são manifestações políticas que clamam por respeito e igualdade.

justificamos o destaque de autores que foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, como Freud, Haraway, Scott, Engels, Foucault, entre outros clássicos e contemporâneos nas áreas da psicologia, psicanálise e estudos de gênero.

Tratar sobre a temática da *identidade de gênero* propriamente dita, exige da pesquisadora o “desenquadre” de binarismos e tabus não apenas sobre os gêneros, mas também sobre as sexualidades dissidentes a que estes corpos comportam. É buscar desvencilhar-se de ideais já construídos pelo senso comum, considerá-los e problematizá-los para que novas percepções acerca das identidades de gênero possam fluir. Buscamos não reproduzir a hegemonia *cis-hétero*⁵, assim como não desconsideramos o fato de que ter *identidade de gênero* é algo frequentemente atribuído às pessoas que são LGBT’s⁶.

Desenvolver pesquisa sobre a temática proposta também não a limita como parte exclusiva de alguma área do conhecimento, tampouco sobre as ciências humanas da qual fazemos parte. Na presente pesquisa, qualitativa e quantitativa de análise bibliográfica, destacamos as pesquisas que já foram desenvolvidas no estado do Paraná, com temáticas que englobam a identidade de gênero, a psicanálise, e as ciências biológicas. Levantamos problematizações que julgamos pertinentes sobre a falta de produções científicas no campo da psicanálise que busquem compreender a construção da identidade de gênero enquanto traço da personalidade humana, constituída por meio de repressões, e naturalizações dos papéis tradicionais. Também destacamos a falta de pesquisas sobre identidade de gênero no que tange às ciências biológicas nos espaços escolares.

Assim, Oliveira (2016) concebe a metodologia de pesquisa como um *processo*⁷, desenvolvido de forma sistematizada para que a pesquisadora consiga se organizar na construção da pesquisa. O início se dá desde a predisposição inicial, na qual a pesquisadora faz a escolha do tema da pesquisa, até o desenvolvimento da análise dos dados, que pode conter recomendações ou respostas para a problemática pesquisada. É com o processo metodológico que a pesquisadora poderá, por meio de um conjunto de

⁵“Designa pessoas que se identificam única e exclusivamente com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. A junção de cisgênero a palavra norma evidencia a legitimidade que é atribuída pelos saberes e poderes que regulamentam e normalizam a sexualidade, como a religião, a biomedicina o direito.” (BONASSI, p. 21, 2017) Durante a pesquisa, utilizamos o termo “*cis-hétero*” por considerar que os papéis tradicionais hegemônicos, são dispostos à todas as pessoas desde a infância, para que sejam cisgênero e heterossexuais: identidade de gênero e orientação sexual vista como normalidade.

⁶Existem várias terminologias para englobar os gêneros e sexualidades dissidentes. Utilizaremos a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e/ou Travestis).

⁷Grifo da pesquisadora.

técnicas e métodos, analisar, refletir, e conhecer a realidade do objeto pesquisado, com a finalidade de proporcionar ao leitor, a apreensão de um novo conhecimento produzido.

Desta forma, Oliveira (2016) ressalta que o método de pesquisa precisa ser compreendido numa perspectiva mais ampla, que pode ser interpretada como o caminho a ser percorrido para atingir os objetivos estabelecidos anteriormente, quando na fase de elaboração do projeto de pesquisa. Sendo assim, o método científico é aquele que proporciona a construção de conhecimentos no campo da ciência, independente da área e dos saberes do pesquisador.

Nessa lógica, objetivando produzir conhecimento científico sobre a psicanálise nos estudos de gênero, o método foi utilizado como forma de planejar e organizar o desenvolvimento desta pesquisa, com o uso de instrumentais técnicos adequados para a execução dos objetivos preestabelecidos no decorrer do planejamento dessa.

Outrossim, utilizamos como norteador da nossa pesquisa e como base filosófica a teoria psicanalítica e, como referencial teórico-metodológico, o materialismo histórico e dialético. Os princípios da dialética que foram utilizados nessa pesquisa, pautam-se nas concepções realizadas por Marx. Desta forma, a dialética nos forneceu durante a produção de conhecimentos desta pesquisa, fundamentos para desenvolver um estudo que perceba a realidade enquanto movimento. Ao analisar uma parte significativa desse movimento, é possível relacioná-lo com a totalidade. Este processo decorre da percepção das mudanças que ocorrem com o passar do tempo, ou seja, de elementos da história que constituem a sociedade e a cultura que os indivíduos estão inseridos. O movimento histórico que enfatizamos, refere-se às formas com que os estudos e as questões de gênero foram abordadas e problematizadas, enfatizando a origem com as duas primeiras ondas do feminismo (OLIVEIRA, 2016).

Dessa maneira, segundo Triviños (1987), o materialismo dialético como base filosófica busca encontrar explicações que possam ter lógica e coerência para os fenômenos que estão presentes na natureza, tanto da sociedade quanto dos pensamentos dos sujeitos. Buscar interpretar e compreender, dialeticamente o mundo e o pensar do ser humano, demonstra a dimensão e a importância do quanto essa concepção científica da realidade tem para enriquecer as práticas sociais cotidianas.

Por considerarmos essa perspectiva teórica, nossa pesquisa se desenvolve por meio da dialética da Psicologia e da Educação. Desta forma, afirmamos que o movimento da realidade, concebida através dos processos históricos, pode ser compreendido com a dialética e que esta, por possibilitar a compreensão da realidade, não significa que seja imutável e fixa: pode ser modificada pela educação. Estas

modificações são sociais e subjetivas, pois nas relações interpessoais que constrói e/ou vivência, o indivíduo também pode se modificar.

O mundo das ideias, para Marx, diferente daquilo que já foi desenvolvido por Hegel, é o mundo material transformado e vivenciado pelo espírito humano, em que se acentuam as condições econômicas no desenvolvimento e modificação das ideias filosóficas, éticas, morais e/ou religiosas. Com o materialismo histórico e dialético é possível buscar explicações na história a partir das lutas de classes. Essas lutas de classes são observadas e discutidas na dicotomia classe burguesa/proletariado, pois os avanços no campo das ideias podem ser problematizados por meio das contradições existentes na sociedade ocidental. A libertação das imposições hegemônicas construídas e vigiadas na sociedade, poderia acontecer com a luta de classes (FILHO & SANTOS, 1998).

O materialismo histórico e dialético é descrito por Triviños (1987) como parte da ciência filosófica do marxismo, que busca compreender o que caracteriza os indivíduos na sociedade por intermédio da evolução histórica e a relação destes no desenvolvimento da humanidade.

Existem no materialismo histórico, conceitos específicos que possibilitam a compreensão do pensamento e da teoria marxista, que podem facilitar o entendimento da direção que desenvolvemos no decorrer da nossa pesquisa. Entre estes conceitos, elencamos os seguintes a partir do que Triviños (1987) apresenta: Ser Social: independente da consciência e de modo objetivo, o ser social se refere a relação dos sujeitos com a natureza e entre si; Consciência Social: os sujeitos vivenciam não somente uma consciência subjetiva, mas também uma consciência que se refere às ideias construídas sobre questões sociais, como por exemplo, as ideias filosóficas, jurídicas, religiosas e estéticas sobre si e sobre os outros; Meios de Produção: tudo aquilo que os sujeitos empregam para a construção de bens que são materiais; Forças Produtivas: em conjunto com os meios de produção, refere-se àquilo que depende dos sujeitos propriamente ditos, como a sua experiência de produção e seus hábitos durante o desenvolvimento do trabalho; Relações de Produção: tem relação com as forças de produção e podem ser assimiladas as relações de cooperação, submissão, gênero/normas de gênero como dominação, ou quaisquer outras formas de relações que possam influenciar o contexto material; Modos de Produção: por meio da história, podem ser elencados cinco modos de produção, identificados como: meios de produção da comunidade primitiva, escravagista, feudalista, capitalista e comunista.

A partir da utilização dos conceitos acima, consideramos que a inserção dos indivíduos em todos os contextos sociais possibilita uma infinita gama de influências externas sobre a subjetividade e que essas podem ocorrer independente do tempo histórico e da idade dos indivíduos.

As categorias do materialismo histórico e dialético que foram utilizadas para mediar as discussões desenvolvidas são as seguintes: materialidade, trabalho, totalidade, contradição e hegemonia. Essas categorias nos auxiliaram a compreender os fatores que podem influenciar inconscientemente na formação da identidade de gênero. Nosso enfoque se dá no desenvolvimento psicosssexual, considerando as construções sociais sobre papéis tradicionais a serem desempenhados por homens e mulheres. A partir disso, nos referimos à relação professor-aluno nos espaços escolares em que conceitos arraigados na psique dos professores podem influenciar na utilização dos mecanismos de defesa do ego, impossibilitando diálogos e manifestações de identidades de gênero dissidentes, tanto em alunos quanto em professores. Goldenberg (2004) destaca que ao escolher um objeto de estudo, a pesquisadora não o faz espontaneamente sem motivações de ordem maior, sem que tenham relação direta com a forma com que a pesquisadora está inserida na sociedade, pois os espaços políticos que ocupam e as trajetórias e vivências sociais são capazes de impulsionar o pesquisador a produzir conhecimento sobre a realidade escolhida.

Nesse sentido, as motivações de ordem pessoal e subjetiva emergiram de inquietações referentes às curiosidades voltadas para temáticas que hoje sabemos como são nomeadas: *identidade de gênero e orientação sexual*. Desde a segunda infância, algumas “curiosidades de criança” passaram a ser cada vez mais constantes no meu cotidiano, principalmente após o falecimento prematuro de minha mãe, aos meus 07 anos de idade. Diante deste infeliz fato da vida, cresci e convivi a maior parte do tempo com homens cisgênero e heterossexuais. Aprendi, através das crenças da igreja católica, com presença marcante em toda a família, valores, comportamentos, posturas, vestimentas e tarefas que eram (e ainda são) atribuídas às mulheres cisgênero e heterossexuais.

Em conjunto com o “tornar-me mulher⁸” pregado pela religião seguida pela minha família, aprendi sobre valores, comportamentos, posturas, vestimentas e tarefas que também eram (e ainda são!) atribuídas aos homens cisgênero e heterossexuais. Crescer em um ambiente familiar com figuras de referência exclusivamente masculinas

⁸ A frase “tornar-me mulher” é uma referência à frase de Simone de Beauvoir (p. 09, 1967): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A afirmação faz parte da concepção de que o gênero é construído e não definido pelo sexo biológico ao nascimento.

enquanto outras crianças próximas a mim e da mesma idade que a minha viviam em famílias compostas por pai e mãe cisgênero e heterossexuais representou, durante boa parte de minha vida, uma série de incógnitas sobre as questões de gênero e sexualidade: Como meninos e meninas podem, de fato, vestirem-se? Quais são as brincadeiras “permitidas” considerando as distinções de gênero, e as que meninos e meninas podem desenvolver em conjunto? Por que as diferenças entre as brincadeiras também são vistas como formas de delimitar fronteiras sobre o que é considerado o gênero feminino, e o gênero masculino? Por que não poderia utilizar roupas mais largas, e excluir os vestidos e roupas com cores de tom suave e detalhes frágeis, se não percebia diferença na pessoa que eu era ao vesti-las?

Nessa perspectiva, perguntas como estas foram constituindo cada vez mais forma no decorrer do desenvolvimento psicossocial da infância e da adolescência e quando iniciei a graduação no curso de psicologia (2011). Na faculdade, entrei em contato com as abordagens teóricas da psicologia e as diferentes formas de compreender o ser humano em sua totalidade. Logo, no segundo ano de graduação, observei que entre as abordagens teóricas da psicologia apresentadas, a que mais me identificava era a da psicanálise e desenvolvi uma pesquisa sobre “luto na segunda infância”. Pesquisar sobre luto, reacendeu em mim vontades que até então estavam “adormecidas”, fomentando o desejo de buscar respostas e compreender ações e pensamentos que não podem ser explicados pelo acaso. A tentativa de apreender sobre conexões de fatos que já foram vivenciados em algum momento do passado com quem somos hoje, tornou-se possível por meio da conciliação entre a ciência psicanalítica e o materialismo histórico e dialético.

Foi no ano de 2016, ao ingressar no Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), do *campus* de Francisco Beltrão-PR, que entrei em contato pela primeira vez com um grupo de estudos composto por psicólogas, pedagogas, advogadas e bolsistas de graduação, o Laboratório e Grupo de Pesquisas em Educação e Sexualidade (LABGEDUS). Ao participar de discussões voltadas para a área da educação sexual, gênero e orientação sexual a partir de referenciais teóricos psicanalíticos que remetiam às práticas dos professores nos espaços escolares, as ideias foram se materializando e consistiram na escolha pelo objeto de estudo desta pesquisa.

Ao participar dos encontros do LABGEDUS, questionamentos culminaram na construção da problemática desta pesquisa. Além da ausência da formação em educação sexual formal para os professores, há discrepâncias, confusões e tabus relacionados às

questões de identidade de gênero e sexualidade. E, então, como que por intermédio de um *insight*⁹, nos demos conta de que mesmo cursando psicologia na graduação, ciência que busca compreender os comportamentos humanos em todas as suas dimensões, em raros momentos falava-se sobre sexualidade, e das aulas que participava assiduamente, dificilmente ouvia-se falar sobre *identidade de gênero*.

Entre as experiências da pesquisadora ao realizar oficinas de formação de professores em algumas escolas da região sudoeste do Paraná, com o intuito de demonstrar vantagens e formas para desenvolver espaços de falas sobre *gênero e sexualidade*, constatamos diversas resistências dos professores ao tratarem sobre ambas as temáticas.

Seriam as formações existentes em educação sexual capazes de suprir a carência das dúvidas dos docentes, ou teriam os docentes outras questões remetidas à própria identidade que, inconscientemente, impediriam a promoção do pensamento crítico nos espaços escolares? Questionar a realidade sob a qual estamos imersas enquanto pesquisadoras nos faz imaginar, mesmo que utopicamente, mudanças que proporcionem nos espaços escolares melhores condições de ensino, não apenas sobre os conteúdos programáticos de cada disciplina. Nos preocupamos e, com esperança, acreditamos em uma educação que seja capaz de abordar com empatia a identidade de gênero na sua totalidade.

Nesses aspectos, os principais objetivos que constituem a presente pesquisa, estão pautados no **primeiro capítulo** para contextualizar historicamente, socialmente e culturalmente o gênero enquanto construção vista de diferentes formas na sociedade ocidental. Demonstramos, por meio da contextualização histórica levantada, teorias que abordam a temática *gênero*, bem como explicitamos as diferenças, divergências e/ou convergências entre essas, incluindo as críticas mais acentuadas pelas teorias feministas, especialmente de segunda onda, que são voltadas à teoria psicanalítica. Abordamos as divisões do trabalho e a construção social do gênero na sociedade ocidental, por intermédio de movimentos sociais e lutas de classe, bem como os debates políticos contemporâneos que se remetem à identidade de gênero no Brasil e as tentativas de barrar abordagens sobre a temática nos espaços escolares.

No segundo capítulo, discutimos gênero e identidade nas ciências biológicas e na psicanálise, demonstrando, com base nas pesquisas encontradas nos bancos de dados selecionados, que existem poucas pesquisas nestas áreas que abordam a identidade de

⁹São diversas as definições que abarcam a palavra *insight*, mas neste momento, nos referimos a ela como sinônimo de intuição.

gênero. Elencamos discursos médicos que patologizam identidades que diferem da cisnormatividade e abordamos a sexualidade e a identidade de gênero na ciência psicanalítica, assinalamos conceitos imprescindíveis para a compreensão dos mecanismos de defesa, em especial, o da repressão. Por fim, abordamos sobre diferentes concepções da sexualidade e da identidade de gênero na educação sexual escolar brasileira.

Desse modo, demonstramos, com a revisão teórico bibliográfica das produções científicas nas pós-graduações *stricto sensu*, acerca das temáticas de identidade de gênero, psicanálise e educação. Entre os resultados obtidos, a carência de pesquisas que discutam formações de educação sexual para os professores nas ciências biológicas, bem como demonstrar, além de fatores sociais e coletivos, a influência da relação professor-aluno, no que tange as identidades de gênero nos espaços escolares.

No capítulo três intitulado Identidade de gênero, psicanálise e educação: limites, possibilidades e repercussões no espaço escolar, apresentamos elementos dispostos pelo Conselho Federal de Psicologia para o atendimento às demandas que estejam relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual, através das resoluções 001/1999 e 001/2018. Por fim, apresentamos a relação entre a educação sexual emancipatória e a psicanálise, enquanto aportes para as práticas pedagógicas.

A falta de educação sexual emancipatória desde a infância na formação da sociedade como um todo (destacamos aqui especialmente mães, pais, psicólogos e professores), acaba promovendo a patologização de todas as identidades de gênero, sobretudo das pessoas trans, o que acarreta em consequências negativas na vida de quem não segue os papéis tradicionais que a hegemonia da sociedade enfatiza como normais. Esperamos, assim, contribuir para que os estudos de gênero de aporte psicanalítico, sejam reconhecidos e utilizados no desenvolvimento das práticas pedagógicas, apontando possibilidades de os professores encontrarem respostas, na psicanálise para questões sobre a identidade de gênero nos espaços escolares. A imagem apresentada na capa, é uma pintura de Gerda Wegener (1889-1940), representando Lili Elbe, uma das primeiras pessoas trans submetidas à cirurgia de redesignação sexual, que se tem notícia.¹⁰

¹⁰Gerda Wegener foi uma pintora que viveu entre 1889-1940 na Dinamarca. Casada com Einar Mogens, ganhava a vida pintando modelos. Na ausência de uma das modelos, Gerda pede para Einar colocar um vestido para que pudesse pintá-lo como uma figura feminina. A partir disso, Einar veste-se frequentemente como Lili Elbe, nome escolhido por ele para designar seu alter-ego, para que Gerda pudesse pintá-la. Anos depois, Einar com identidade de gênero trans, passa a vestir-se como Lili Elbe com cada vez mais frequência. Em 1933 passou por uma cirurgia de redesignação sexual, sendo uma das pioneiras no mundo. Lili não resistiu, e acabou falecendo, dias antes de completar 50 anos. A história de Gerda e Einar, inspirou o filme “*A Garota dinamarquesa*”, de 2015, indicado ao Oscar® em 2016.

I. O GÊNERO COMO IDENTIDADE PESSOAL

*Volte seus olhos para dentro,
contemple suas próprias profundezas,
aprenda primeiro a conhecer-se!
Então compreenderá porque está destinado a ficar doente e,
talvez, evite adoecer no futuro
(Sigmund Freud).*

Neste capítulo, buscamos contextualizar o gênero como produção cultural, histórica e social, enquanto algo que pode ser modificado e ressignificado a partir de novas disposições apresentadas na cultura das diferentes sociedades. Por meio disso, abordamos sobre diversas concepções teóricas acerca do gênero e apontamos as que discutem a sexualidade e o gênero na sociedade ocidental.

Entre as teorias abordadas, especificamos, a partir de discussões desenvolvidas, divergências e/ou convergências históricas que nos fizeram refletir sobre a repercussão nos espaços escolares na maneira como papéis tradicionais da hegemonia *cis-hétero* são naturalizados. Também salientamos críticas que são voltadas à teoria psicanalítica como construtora de uma linguagem que centraliza o falo: falocentrismo.

Nesse âmbito, compreendendo que o campo da identidade de gênero é amplo, quando consideramos os fatores sociais, históricos, culturais e econômicos da sua construção, demonstramos como foram originados os “estudos de gênero”, a partir da primeira e segunda onda feministas. Para isso, apresentamos teóricas clássicas do feminismo, que consideraram a teoria marxista, nas reflexões sobre as divisões do trabalho a partir de lutas de classe (HARAWAY, SAFFIOTI, SCOTT, etc.). Nesta perspectiva, buscamos esclarecer que o gênero também pode ser trabalhado no espaço escolar com a educação sexual emancipatória e que *gênero e educação sexual*, embora sejam assuntos distintos, são temáticas que relacionam-se entre si.

1.1 GÊNERO COMO IDENTIDADE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Desenvolver a identidade de gênero como objeto de estudo requer, assim como qualquer outra pesquisa desenvolvida, cientificidade e compromisso com a ética.

Gerda Wegener também é conhecida por retratar pinturas com erotismo lésbico. A pintura utilizada na capa desta dissertação, trata-se de ‘Air de Capri’ (1923), em que Gerda aparece representada pela mulher de cabelos vermelhos, ao lado de Lili Elbe, a mulher de cabelos loiros (EL PAÍS...2016).

Discutir a temática do gênero, nesse sentido, é quase como que “pisar em ovos”¹¹: não abordamos na nossa pesquisa, a identidade de gênero no espaço escolar como algo relacionado à chamada “ideologia de gênero”, ideia incutida por alguns grupos político-partidários e religiosos¹², que afirmam com veemência, embora sem prova alguma, que educadores sexuais estariam impondo dogmas pessoais acerca da identidade de gênero de crianças e adolescentes, mais especificamente no espaço escolar.

A história sobre como se deu a construção da categoria de análise do gênero é representada pela transformação das lutas feministas no decorrer do tempo. Separado em “ondas”, a primeira onda do feminismo corresponde ao período do final do século XIX e início do século XX. As principais reivindicações das mulheres, nesse período, estavam pautadas nos direitos políticos sobre o voto por meio do movimento sufragista, acompanhados pelo direito à educação, e ao trabalho remunerado. A segunda onda do movimento feminista surge e passa a ganhar cada vez mais força após a Segunda Guerra Mundial, reivindicando o poder sobre o próprio corpo, com relação ao prazer e as estruturas de dominação do patriarcado, que exercem influências significativas no que tange a todos os espaços de inserção social da mulher (WOLLF & SILVA, 2016).

O cenário político e econômico no período pós-guerra foi marcado por questionamentos e reivindicações realizadas pelas mulheres sobre a existência, enquanto sujeitos sociais de direitos, que não tem a importância legitimada por razões econômicas e sexuais, que passaram a ser objeto de diversos estudos feministas. O direito ao voto, conquistado a partir do sufrágio, fez com que o interesse das pessoas que pretendiam se eleger, inserissem nos espaços midiáticos, notícias e informações que interessavam para as vivências cotidianas das mulheres. O voto foi o estopim para uma série de reivindicações que surgiram a seguir, no anseio pela emancipação nas singularidades de existir, na área da saúde e do trabalho (WOLFF & SILVA, 2016)

Segundo Wolff & Silva (2016), as feministas revolucionaram a década de 1960, com inúmeros estudos sobre as mulheres. Cada vez mais, eram colocados em xeque as organizações das estruturas socioeconômicas, os formatos das relações interpessoais e as possíveis influências dessas sobre o corpo humano. O período da ditadura militar no Brasil fez com que o movimento feminista tivesse, por alguns instantes, prioridades

¹¹Agir com cautela.

¹²Embora algumas religiões não levantem bandeiras específicas contra a identidade de gênero e a sexualidade, atualmente existem parcerias entre grupos religiosos com organizações partidárias e apartidárias. Considerando movimentos partidários, existe no Congresso Nacional a chamada “Frente Parlamentar Evangélica”, composta por deputados estaduais e federais do Brasil inteiro. A lista dos parlamentares pode ser encontrada no endereço eletrônico: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>.

diferentes, enquanto em outros países do ocidente já existiam lutas pelo direito ao aborto, prazer sexual e métodos contraceptivos. A prioridade da esquerda era derrubar a ditadura militar. Como os interesses feministas eram contrários ao que o conservadorismo agregado à violência que a ditadura impunha, aliaram-se à luta, sendo até os dias atuais, engajadas e relacionadas politicamente com os movimentos de esquerda.

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento de diversos grupos de mulheres, que subdividiram as lutas e reivindicações após a instituição do Ano Internacional da Mulher, em 1975.

Os movimentos de mulheres da periferia e rurais, além das mulheres negras, trouxeram para o feminismo o questionamento da irmandade, ou seja, será que todas as mulheres são iguais? Tem os mesmos interesses? Suas reivindicações principais são as mesmas? Então não seria mais possível usar a categoria MULHER, no singular. Nasce aí a necessidade de colocar esta categoria no plural: MULHERES, mulheres negras, índias, brancas, da periferia, do campo, da cidade, jovens, idosas, religiosas, artistas, profissionais, operárias, donas de casa, empregadas domésticas, políticas, da floresta, vítimas de violência. Tantas mulheres (WOLFF & SILVA, p. 100, 2016).

Assim, a subdivisão da categoria “mulher” em “mulheres” impulsionou outros grupos a questionarem as representações sociais sobre “ser mulher”. Isso porque a palavra “mulher” por incitar significados de características físicas e comportamentais, como alguém com seios, vulva, cabelos compridos, frágil, sensível, etc., que conceituariam quem ela é. Da mesma forma, sobre os homens, espera-se que sejam pessoas com pênis, pelos no peito, barba, que goste de futebol e que seja insaciável sexualmente, transando com o maior número de mulheres possível, desde que sigam a representação social do que significa ser bonita (WOLFF & SILVA, 2016)

As singularidades de cada pensamento feminista do período pós-guerra podem ser identificadas por meio da busca pela compreensão do indivíduo e das sociedades em aspectos históricos, culturais, humanos e enquanto modos de produção do sistema capitalista. Embora o valor das categorias de análise não precise, necessariamente, serem anuladas ou desprezadas pela criticidade, o feminismo acaba colocando, de forma mais acentuada, os problemas da categoria ‘gênero’, enfatizando as diferenças culturais e a influência da linguagem e da política (HARAWAY, 2004).

Nesse sentido, o gênero surge como uma necessidade de questionar ideais de comportamentos que naturalizam processos históricos, diferenciando “homens e mulheres” com oposições hierárquicas e antagônicas. Os estudos de gênero, no

pensamento marxista, estão pautados nas relações do mundo do trabalho estabelecidas entre homens e mulheres e na forma com que os meios de produção e o desenvolvimento do sistema capitalista alienaram as mulheres aos espaços domésticos (HARAWAY, 2004).

Para Haraway (2004), a produção dos meios de existência e da constituição dos seres humanos foram o interesse inicial de diversas feministas marxistas, que desenvolveram suas teorias da divisão do trabalho por intermédio da construção dos conceitos de sexo/gênero. Entre as inúmeras críticas realizadas sobre o marxismo, no que tange os estudos de gênero, está a forma com que as análises dos modos de produção capitalista reforçariam, a partir da linguagem, uma oposição binária entre homens e mulheres cisgênero e heterossexuais.

A “segunda onda” da política feminista em torno dos “determinismos biológicos” versus “construcionismo social” e das bio-políticas das diferenças de sexo/gênero ocorrem no interior de campos discursivos pré-estruturados pelo paradigma de identidade de gênero, cristalizado nos anos cinquenta e sessenta. O paradigma da identidade de gênero era uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir nos anos quarenta, de que não se nasce uma mulher (ou um homem) tornou-se um problema para os funcionalistas burgueses e os existencialistas pré-feministas no mesmo período histórico do pós-guerra no qual os fundamentos das vidas das mulheres num sistema dominado pelos homens, num mundo capitalista, estavam passando por reformulações básicas (HARAWAY, p. 216, 2004).

Entre as reformulações encaradas pelos movimentos feministas como tentativas incansáveis para retirar as mulheres da posição de produtos da natureza, estava a busca pelo reconhecimento dessas enquanto sujeitos sociais, construídas pelos determinismos da hegemonia social. Assim, se iniciavam anos de lutas contra o determinismo biológico e a favor do construcionismo social (HARAWAY, 2004).

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político” (PEDRO, p. 118, 2005).

Foram os movimentos feministas e LGBT que inseriram questionamentos em relação às determinações naturais sobre homens e mulheres. Nem todas as mulheres têm

vagina, assim como existem homens sem o pênis. Existem homens com vagina, e mulheres com pênis, sem os seios e assim por diante. Isso porque, toda a identidade humana é construída e não nata e determinada no nascimento ou ao descobrir o sexo do bebê, ainda na gestação. A partir disso, a categoria de “mulheres”, é transformada na categoria de análise de “gênero”.

A discussão sobre o trabalho doméstico como um problema para as mulheres se faz presente na atualidade e é uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas que se mantém hasteada por mais de trinta anos, em maior ou menor intensidade. Observar de que forma, nos anos 1970-80, esta questão foi problematizada por mulheres organizadas com o intuito de reivindicar direitos específicos a elas, é também uma forma de tentar compreender em que momento histórico o trabalho doméstico se torna uma questão (WOLFF & SILVA p. 111, 2016).

A utilização da categoria “mulher” e “mulheres” servia para designar as reivindicações realizadas por essas e romper com a ideia de “homem universal”, que supostamente representaria a toda as mulheres.

Todo este debate fez ver que não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais (PEDRO, p. 121, 2005).

Da mesma forma que os movimentos feministas conseguem avançar com relação aos objetivos, existem movimentos antagônicos compostos por mulheres que negam o feminismo e algumas religiões que criticam as mulheres que não seguem o padrão hegemônico, reforçando o processo de naturalização de estereótipos, como por exemplo, a maternidade.

A inserção de cada vez mais mulheres desenvolvendo pesquisa científica,¹³ é imprescindível para analisar a história e reescrevê-la de outras formas. Scott (1989) faz menção à inexistência de clareza e/ou coerência quando se trata da categoria de gênero e que existe um emaranhado de descrições teóricas sobre as relações sociais entre os sexos.

O gênero, enquanto uma categoria de análise histórica, acaba sendo abordado pelos historiadores com a utilização de explicações causais universais.

¹³Embora as mulheres ocupem cada vez mais os espaços para o desenvolvimento de pesquisas científicas, vale destacarmos que são poucas as mulheres trans que chegam até os espaços acadêmicos.

As abordagens utilizadas pela maioria dos (as) historiadores (as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1989, p. 06).

Embora a categoria histórica de análise sobre “gênero” aborde diretamente sobre os movimentos feministas e as lutas de classe que englobam a construção social das identidades, não é suficiente para alterar paradigmas históricos. Quando se aborda a temática do gênero na história em novos estudos, são necessárias correlações e reflexões com fatos contemporâneos para que, dessa forma, a categoria “gênero” tenha força de análise suficiente.

Nesse viés, Nunes (1987) seguindo a perspectiva do marxismo, desenvolveu pesquisas voltadas à sexualidade e à educação sexual, com uma leitura materialista histórica e dialética. A partir dos apontamentos realizados pelo autor, que se utiliza de Engels para compreender a história da sexualidade no ocidente, é possível termos noção de como as repressões estiveram presentes e que, em proporções significativas, muitas delas ainda existem na contemporaneidade. Embora, nesse momento histórico, os temas transversais¹⁴ já sejam mais aceitos em comparação com o ensino realizado nas escolas há algumas décadas, ainda é longo o caminho a ser percorrido para que de fato, as repressões sejam menos constantes, ou para que deixem de proporcionar tanto sofrimento na vida dos indivíduos.

Engels (1984) aborda em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, questões socioeconômicas que estiveram (e estão) relacionadas às estruturas de dominação e produção da existência humana. Através disso, em todos os espaços sociais, incluindo a família, foram naturalizados os chamados “papéis tradicionais”. Os papéis tradicionais são aqueles desenvolvidos a partir da hegemonia *cis-hétero* e estão relacionados a práticas cotidianas que determinam como as pessoas devem se comportar, vestir e viver as suas relações afetivas e/ou sexuais, expressando ou deixando de expressar os próprios desejos. São estes papéis tradicionais que deveriam ser problematizados nos espaços escolares, por meio da educação sexual emancipatória, pensamento enfatizado por Gagliotto (2009) em sua tese de doutorado (NUNES, 1987).

Nesse sentido, Figueiró (2010) demonstra que a partir do século IX d.C., com a oficialização do cristianismo, a doutrina passou a ter domínio universal, com suas ideias

¹⁴ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dispõe sobre os Temas Transversais, que constituem as questões de Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual. (MEC...2019)

pautadas na Bíblia Sagrada e com a inspiração de nomes significativos como São Paulo e os santos padres da Idade Média (São Tomaz de Aquino e Santo Agostinho). O cristianismo já exerceu e ainda exerce consideráveis influências no que se refere à moral que envolve a identidade de gênero e a sexualidade e, conseqüentemente, as repressões. A preeminência é tamanha que abordar os assuntos distintamente torna-se complexo, sem fazer referência aos costumes éticos e morais pregados pelas religiões remetidas ao cristianismo ocidental.

Para mais, Nunes (1987) aponta para a finalidade das relações sexuais que são inculcadas pela moral cristã a partir do pensamento platônico que concebe a dualidade e a separação entre o corpo e a alma, sendo os desejos do corpo os principais responsáveis pela perdição do homem para o mundo do pecado. Mesmo aqueles que não seguem os princípios pregados pelas religiões cristãs (protestantes ou não-protestantes), podem estar susceptíveis ao julgamento social, ético e moral que a predominância das religiões adeptas aos ensinamentos cristãos prega. Isso ocorre porque as religiões exercem significativas influências nas construções sobre representações sociais de temas como identidade de gênero e sexualidade¹⁵.

A partir da moral incansavelmente enfatizada pelas religiões cristãs, após a oficialização do cristianismo, a noção de pecado foi atribuída ao sexo e ao que pode permear as relações afetivas entre pessoas que manifestem quaisquer formas de desejo sexual latente. Essas atribuições foram sendo desenvolvidas a partir de discursos e da organização de programas de evangelização (FIGUEIRÓ, 2010).

A ligação entre sexo e pecado e o preconceito cristão contra a atividade sexual começaram com São Paulo. Este foi o primeiro cristão importante a lidar diretamente com o comportamento sexual e suas ideias tiveram muita influência no pensamento de outros teólogos (FIGUEIRÓ, p.11, 2010).

Dessa forma, a partir das evangelizações, o envolvimento das religiões cristãs com a sociedade passou a ser o destaque da importância do matrimônio entre homens e mulheres cisgênero. Para conviver em harmonia, as famílias com organizações semelhantes precisariam seguir com afinco às normas encontradas nos catecismos da igreja e nos discursos realizados pelos líderes religiosos. Desta forma, as configurações familiares moldadas pela Igreja passaram a ser não apenas regidas por estes princípios, como também foram sutilmente instauradas formas de controlar e vigiar a vida familiar (FIGUEIRÓ, 2010).

¹⁵ Dados do IBGE (2010) demonstram que 64,6% da população brasileira relata seguir e praticar os ensinamentos da doutrina católica.

Outras práticas foram incorporadas à disciplina e à conduta das religiões cristãs, assim como princípios desenvolvidos para reger e vigiar os comportamentos individuais de forma cada vez mais íntima. A protagonização do ato confessional foi crucial para que, não apenas os comportamentos materializados¹⁶ pudessem ser regulados e julgados como pecado ou não, mas também as intenções em pensamentos. Julgar as intenções em pensamentos é um fator relevante e pertinente a ser considerado no que tange à construção de restrições morais voltadas à identidade de gênero (FIGUEIRÓ, 2010).

Nesse paradigma, Lorenzi (2017) destaca que as junções dos significados entre os papéis hegemônicos considerados tradicionais comportam julgamentos morais e derivam entre dois extremos. Entre esses, podem ser considerados os costumes que envolvem a sexualidade enquanto algo sujo e pecaminoso e a banalização da liberdade. Há na contemporaneidade, a necessidade de discussões que problematizem a identidade de gênero e a sexualidade não como algo sem critérios éticos, mas que, ao contrário, resgatem a afetividade e proporcionem a ressignificação de sentimentos e verdades subjetivas assimiladas ao longo do desenvolvimento humano.

Foucault (1999), em *“A História da Sexualidade I: A vontade de saber”*, desenvolve a partir da retomada de alguns momentos históricos, a hipótese de que a repressão como proibição, além de exercer interdições, produzia a curiosidade sobre o assunto interdito. O autor destaca que no início do século XVII, na Inglaterra e no restante da sociedade ocidental, não existiam normatizações sociais e culturais que regulassem os comportamentos desenvolvidos no convívio social sobre a identidade de gênero e a sexualidade, ao menos que vigiassem com tanta veemência a sexualidade, fato que mudou com a chegada da chamada “era vitoriana”¹⁷, desenvolvida com o reinado da Rainha Vitória.

A repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (FOUCAULT, p. 09, 1999).

A sexualidade do mundo ocidental tem como uma das suas marcas a Era Vitoriana. Os costumes e a cultura foram regulados por meio das imposições morais da

¹⁶Relações sexuais antes do matrimônio, relações extraconjugais ditas como adultério, masturbação, pensamentos voltados a desejos de manter relações sexuais, etc. Sonhos eróticos também podem ser incluídos nesta lista.

¹⁷Vitória reinou na Inglaterra dos 18 aos 63 anos de idade. Durante o período que esteve no poder, a sexualidade passou a ser velada e vigiada. O período do seu reinado, ficou conhecido como “Era Vitoriana”.

burguesia vitoriana. As relações sexuais existiam para fins reprodutivos e as leis eram impostas pelos casais “legítimos” e procriadores: seu estilo de vida era visto como única verdade e, desta forma, reproduziam nas relações interpessoais que mantinham, as normas vigentes.

As regras impostas pela rainha Vitória foram legitimadas como verdades que demarcaram um período histórico de repressões da sexualidade e do corpo e da dominação do homem sobre a mulher nas relações afetivas e interpessoais. Essas determinações foram construídas e moldadas a partir de princípios morais e éticos que eram duramente impostos, principalmente sobre as mulheres. Foucault (1999), questiona a submissão da mulher nas relações de poder que são estabelecidas com os homens, relacionando com a dependência entre *senhor-escravo*, hipótese que explicaria estas relações de poder:

O senhor e o escravo estão unidos por uma necessidade econômica recíproca que não liberta o escravo. É que, na relação do senhor com o escravo, o primeiro não põe a necessidade que tem do outro; ele detém o poder de satisfazer essa necessidade e não a mediatiza; ao contrário, o escravo, na dependência, esperança ou medo, interioriza a necessidade que tem do senhor; a urgência da necessidade, ainda que igual em ambos, sempre favorece o opressor contra o oprimido: é o que explica que a libertação da classe proletária, por exemplo, tenha sido tão lenta (FOUCAULT, p. 14, 1999).

As regras impostas no período vitoriano, podem ser encontradas na sociedade contemporânea, embora com menos requintes. Observar a proliferação de discursos conservadores em espaços que deveriam ser de aprendizagem e respeito a todas as formas de diversidade, proporcionam inquietações. Essas, demonstram o quanto ainda é utópico pensarmos na possibilidade de todas as áreas do conhecimento discutirem identidade de gênero e sexualidade nos espaços escolares, ainda deixadas ao encargo de disciplinas que utilizam determinismos biológicos. Seria utópico, se os conteúdos disciplinares fossem abordados por todas as disciplinas da escola, prezando o respeito à diversidade e fornecendo aos alunos possibilidades para analisar criticamente as construções sociais, culturais, econômicas, éticas, morais e religiosas sobre a identidade de gênero.

1.2 DEFINIÇÕES DE GÊNERO

Para refletir sobre as problematizações pertinentes que estão engendradas no espaço escolar, abordamos conceitos imprescindíveis para as *questões de gênero*.

Partimos do princípio de que o binarismo também tem suas implicações e particularidades a serem problematizadas e repensadas e que, muitas delas, se voltam para a fluidez do gênero. O gênero ainda é visto como algo que resulta naturalmente como masculino-feminino na infância e na vida adulta, delimitado através do sexo biológico no nascimento e não como algo construído subjetivamente pelo sujeito por meio das suas vivências sociais.

Desse modo, Beauvoir (1970) torna nítida a diferença entre sexo e gênero, ao esmiuçar, por intermédio do conhecimento desenvolvido a partir dos seus estudos, o que audaciosamente resumimos em breves palavras, as suas colocações de que a mulher não nasce mulher, mas que se torna como tal. A partir dessa concepção, pesquisadores contemporâneos passaram a questionar conceitos e significados já existentes sobre o gênero, reforçados por discursos do senso comum e da religião. Enfatizamos algumas das problematizações realizadas por Beauvoir em *“O segundo sexo: mitos e tabus”* (1970), para a partir do gênero binário, adentrarmos no conceito de identidade de gênero.

Na contemporaneidade, as ciências biológicas e sociais não consideram mais a existência de identidades imutáveis, previamente fixadas de determinada forma que não seriam passíveis de modificações no decorrer dos tempos. Embora diga-se que mulheres são seres humanos capazes de desempenhar quaisquer funções como os homens, movimentos que são contrários aos ideais do feminismo de segunda onda fazem questão de ressaltar o contrário. Desenvolver tarefas e atitudes que, socialmente, sejam remetidas aos sujeitos do sexo biológico masculino, conotam olhares, comportamentos e características que são atribuídas ao sexo masculino, o que performatiza papéis que foram previamente atribuídos ao binarismo de gênero, o que seria considerado parte do gênero masculino (BEAUVOIR, 1970).

Os estudos de gênero propõem, de maneira geral, problematizar o conceito de gênero, questionando a ideia de que as diferenças sociais existentes entre homens e mulheres é determinada pelo sexo biológico, passando a discutir as representações que são atribuídas aos gêneros a partir da construção da consciência subjetiva, produzida a partir do atravessamento de diversos saberes.

Afirmar que “homens e mulheres são iguais” passa a ser significativo por não se considerar que cada ser humano, de modo subjetivo, é singular com relação às suas autopercepções, sentimentos, desejos e vivências. Beauvoir (1970) questiona o quanto mulheres que tentam desconstruir significados atribuídos ao gênero feminino o fazem pela sua singularidade e não para serem “aplaudidas” por determinados grupos de

homens. Em suma, seria possível dizer, que a desconstrução do binarismo de gênero¹⁸ necessita de mais tempo, e que as pesquisas desenvolvidas sobre a identidade de gênero carecem de aplicabilidade nas práticas cotidianas, de forma com que todas as pessoas possam desenvolvê-las sem complicações.

E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total (BEAUVOIR, p. 10, 1970).

Um dos fatores que comprovam a força da representatividade voltada para os binarismos de gênero pode ser observado no emprego linguístico, como exemplo, quando queremos fazer referência a todos os seres humanos, nos referimos como “os homens”. Uma das formas de realizar a desconstrução do binarismo de gênero a partir da linguagem, é a utilização da linguagem não-binária.¹⁹ Afirmar-se através de significados ou como alguém pertencente a determinado grupo, auxilia indivíduos a inserirem-se na sociedade. Negar a própria subjetividade pode ocasionar sofrimento psíquico, embora não questionar características peculiares do gênero na própria personalidade possa ser, em determinados casos, uma forma particular de sobrevivência para manter-se em relações interpessoais nos âmbitos sociais que o sujeito ainda necessite para a própria subsistência (trabalho, família, status social, etc.) (BEAUVOIR, 1970).

Na afirmação realizada por Beauvoir (p. 11, 1970), “*O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro*”, é possível questionar o binarismo de gênero, comumente defendido e apresentado como normal e correto para todas as pessoas, ignorando subjetividades e diferentes formas de ser homem e de ser mulher. A própria autora enfatiza o fato de que: “nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar

¹⁸Binarismo: gênero feminino e gênero masculino.

¹⁹A linguagem não-binária ou linguagem inclusiva, passou a existir através de um descontentamento apontado por alguns movimentos feministas, que passaram a criticar a total alusão dos seres humanos expressada através da empregação da linguagem masculina, designando por exemplo, profissões e funções desta forma. Sendo assim, a linguagem não-binária ou inclusiva faz determinantes marcações nos processos discursivos, incluindo a marcação do gênero feminino juntamente com a forma masculina (Ex: “Es pedagogues” onde se lê “Os pedagogos”) (BONISSON, 2016). Esta forma de exercer a linguagem na língua portuguesa, ainda é pouco ou raramente utilizada nos discursos, embora existam diversas pesquisas sendo desenvolvidas nos campos do gênero e da sexualidade, onde esta forma de linguagem é utilizada e reforçada como fator importante para a desconstrução do gênero masculino como hegemonia. Ribeiro (2018) em sua dissertação de mestrado intitulada: “Discursos e não-discursos do isso: passarofes de uma escola do campo, inadubações e lesbianidades cis”, faz referência a utilização da linguagem não-binária, empregando a linguagem inclusiva no desenvolvimento do próprio trabalho de pesquisa.

imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, p.12, 1970). Contudo, de fato, esse ponto passa a ser preocupante quando apenas o Outro acaba por definir socialmente a existência dos demais, e nesse caso, o Outro pode ser definido como a hegemonia *cis-hétero*.

Além disso, Beauvoir (1970) ressalta que os homens definem quem as mulheres são, também lhes diz respeito em partes, sobre como existem e atuam no mundo. Mesmo com os papéis tradicionais de gênero sendo cotidianamente questionados, as mulheres ainda precisam constantemente lutarem para serem reconhecidas como integrantes da sociedade e, portanto, devem ter os mesmos direitos que os homens. A ausência de sororidade²⁰ entre as categorias de mulheres, faz com que várias ainda vivam dispersas em meio a determinados grupos de homens que podem exercer influência sobre elas com o uso de poderes econômicos. De fato, as colocações realizadas por Beauvoir são pertinentes, mas não se encaixam necessariamente para todas as mulheres, tendo em vista o número das que têm conseguido libertar-se e conquistar espaço em ambientes e profissões que ainda são consideradas dominadas por sujeitos do sexo masculino, o que impulsiona outras a seguirem caminhos semelhantes e as inspiram a lutar por ideais similares.

Nesse sentido, sendo a mulher considerada a partir da ideia de alteridade como “o Outro” que teria sido definido pelo “Um” (sexo masculino), um dos fatores que possibilitam essa conquista de espaços ocupados majoritariamente por sujeitos do sexo masculino, é a desconstrução de ideais pré-estabelecidos com o passar do tempo através da cultura, com reflexões e questionamentos sobre os papéis atribuídos aos gêneros, um caminho também para a desconstrução do binarismo (BEAUVOIR, 1970).

Entre as discrepâncias, acentuadas pelas representações que foram sendo atribuídas aos gêneros no decorrer da história nas diferentes culturas, é possível constatar, especialmente no mercado de trabalho, desigualdades gritantes.

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política, etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens (BEAUVOIR, P. 16-17, 1970).

²⁰ “Relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs [...] União de mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos” (AURÉLIO, 2019)

Compreender o papel que o Outro exerce e diferenciá-lo enquanto formas de existir e atuar no mundo, não deveria ser um dado para anular ou diminuir alguém, mas de conceber com naturalidade aquele que é diferente. Beauvoir (1970) correlaciona as diferenciações e minimizações do gênero feminino, com os movimentos de segregação racial dos Estados Unidos da América (EUA), ressaltando que, por mais que comparações com o movimento possam ser realizadas, as mulheres existem em número páreo em comparação aos homens, mas que por alguma razão no decorrer da história, o gênero feminino passou a ser diminuído e, de certa forma, submetido ao gênero masculino.

Embora as particularidades consideradas características do gênero feminino sejam distintamente assimiladas como algo inferior com relação ao gênero masculino, não significa que de fato o seja, assim como Beauvoir ressalta:

Quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade ele é de fato inferior. Mas é sobre o alcance da palavra ser que precisamos entender-nos; a má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se (1970, p. 19).

De fato, a perpetuação ou não da inferioridade de possibilidades existentes sobre as mulheres em comparação com os homens também depende do desenvolvimento de atividades que se voltem para a problematização das questões de gênero nos espaços escolares em conjunto com a educação sexual emancipatória, enfatizada por Gagliotto (2009). Mesmo existindo uma série de pesquisas e trabalhos desenvolvidos que demonstram que os fatores biológicos não estão necessariamente relacionados a construção do gênero, existem questionamentos que tratam gênero como dado previamente estabelecido através do sexo biológico de nascimento.

É um pressuposto de certa linha importante do feminismo contemporâneo que todas essas diferenças do sexo terminam com o corpo e que as mentes femininas e masculinas são essencialmente idênticas. Para pessoas com essa perspectiva, todas as diferenças de sexo se tornam diferenças de gênero – isto é, diferença no modo como meninos e meninas são socializados. É implausível, contudo, que isso seja inteiramente verdade, e um ramo importante da biologia masculina e feminina foram moldadas por exigências diferentes de adaptação evolucionária (FUKUYAMA, 2003, p.49).

A construção social, política, econômica, ética, moral e religiosa das identidades de gênero sobre o *Tornar-se mulher*, e *Tornar-se homem*, tanto cisgênero quanto

transgênero, derivam de processos educativos desenvolvidos em espaços escolares, sociais, grupos religiosos e também pelo costume e a moral vivenciadas cotidianamente no ambiente familiar, o que pode produzir aspectos morais rígidos ligados à repressão de si e do outro.

Assim, todas as teorias feministas buscam, de certa forma, tentativas de articular as singularidades que diferentes formas de opressão exercem sobre o gênero e o sexo em culturas distintas. A compreensão sobre as nuances das identidades, discutidas nos estudos de gênero pelas feministas, derivam do pensamento de Simone de Beauvoir em que “não se nasce mulher, tornar-se mulher”²¹ (HARAWAY, 2004).

Esse pensamento feminista é um marco que sintetiza as revoluções propostas por elas sobre as estruturas sociais e econômicas de dominação que naturalizam formas de existência de homens e mulheres cisgênero e patologizam aqueles que simplesmente não se adequam e não tem interesse em seguir padrões sociais. *Ser* mulher enquanto uma categoria histórica de análise²² foi imprescindível para que fossem questionadas e, conseqüentemente, mais visibilizadas outras realidades transpassando barreiras e revolucionando o pensamento humano.

O termo “gênero” surge em 1968, utilizado por Robert Stoller em “Sex and Gender”. Ao discutir sobre tratamentos com intervenções cirúrgicas sobre pessoas trans e intersexuais para adequar a anatomia com a identidade escolhida (gênero), acreditava que *sentir-se* como homem ou mulher era mais significativo do que a anatomia corporal (PEDRO, 2005).

Ademais, Scott (1989) menciona o uso empregado há séculos sobre a forma figurada dos termos gramaticais que evocam traços que são relacionados ao caráter e/ou à sexualidade. As primeiras ondas feministas também tiveram importante participação quanto o emprego da palavra “gênero”, referindo-se às organizações sociais das relações entre os sexos²³.

Ao questionar as formas como as distinções sociais eram realizadas por meio das diferenças entre os sexos, as feministas americanas empregavam a palavra “gênero” como uma forma de protestar e rejeitar os determinismos biológicos empregados, principalmente, sobre o “homem universal”²⁴.

²¹Beauvoir discorre sobre a construção da mulher em sua obra intitulada “O segundo sexo: mitos e fatos”, publicada originalmente em 1949.

²²As nomenclaturas se modificaram de “mulher” para “mulheres”, de “mulheres” para “gênero”.

²³Por “relação entre os sexos”, compreende-se o sexo de nascimento.

²⁴Gramaticalmente na língua portuguesa, o “homem universal” corresponde a termos linguísticos que universalizam o masculino como a maioria, fator que pode subjetivamente, pode promover fatores sociais que sobrepõe à equidade entre homens-cis-trans e mulheres-cis-trans.

Nessa lógica, Scott (1989, p. 21) divide sua definição de gênero em duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” A partir disso, quando ocorrem mudanças nas relações interpessoais e sociais, as representações de poder variavelmente passam a ter novas perspectivas. O que constitui as relações sociais a partir das diferenças enfatizadas sobre os sexos, no que tange o gênero, estaria dividido em quatro elementos associados entre si.

Os componentes das diferenciações sobre o gênero seriam: 1) A existência de símbolos culturais disponíveis aos quais são comumente atribuídos com diferentes e contraditórios significados. Eva e Maria, por exemplo, representações da mulher no cristianismo do ocidente, insígnias de purificação, inocência, corrupção, e traição, etc. Tais nomes quando mencionados e questionados da sua origem evocam inúmeros significados simbólicos, em diferentes contextos sociais, históricos e culturais. 2) A normatização e relativização de conceitos limitam as interpretações dos simbolismos e metáforas acerca do gênero. Os conteúdos expressos no formato de conceitos, podem ser encontrados nas diferentes doutrinas religiosas, políticas e científicas, usualmente caracterizando oposições binárias de forma contundente. 3) Os conceitos hegemônicos são dispostos limitando a expressão da identidade de gênero dominante e reprimindo identidades dissidentes. A história, enquanto material para ser discutido na contemporaneidade, pode [...] “explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (SCOTT, p. 22, 1989).

O quarto elemento definido por Scott (1989) é o gênero enquanto identidade subjetiva. Existe a contraditória busca por legitimação do gênero nas diferenças entre os sexos, em ocasiões que os fenômenos sociais não têm necessariamente relação com a sexualidade. Algumas áreas do conhecimento (especialmente a antropologia), já fizeram outras conceituações acerca da utilização da categoria “gênero”, demarcando o universo doméstico e familiar como princípio da organização social.

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) (SCOTT, p. 22, 1989).

As relações de parentesco organizadas no ambiente doméstico auxiliam na construção da identidade de gênero, porém na organização dos aspectos políticos e econômicos, também é possível encontrar elementos que a constituem, já que a política constrói o gênero da mesma forma que o gênero constrói a política (SCOTT, 1989).

A sociedade e o conjunto de “regras e padrões sociais” dispostos para serem seguidos estão, historicamente, interligados, sendo impossível dissociar um de outro. Assim, como é possível utilizar a história para problematizar antigas imposições de dominação e opressão sobre os corpos, diferentes esferas políticas podem manipulá-la visando benefícios econômicos a seu favor para validar novos regimes e regras sobre as expressões do gênero.

Outrossim, Bonnici (2007) define o gênero como a forma com que homens e mulheres podem ser percebidos por intermédio das diferentes culturas. Desta forma, os estudos de gênero não estão necessariamente pautados nos aspectos biológicos do sexo. Não caberia, desta forma, aos estudos de gênero, referir-se aos estereótipos de feminilidades e masculinidades de acordo com características que já são acentuadas cotidianamente através dos papéis tradicionais²⁵, descritos por Engels (1984).

Estes papéis tradicionais dos gêneros feminino e masculino foram construídos culturalmente e vivenciados por várias gerações (e ainda o são) associados e atribuídos ao gênero binário, marcando incisivamente características que demarcam padrões ainda instaurados nas instituições como via de regra, nas quais o que foge à norma ainda é atribuído à uma anormalidade patológica reforçada por várias estruturas de dominação social.

1.3 GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E A TEORIA PSICANALÍTICA

Freud (2016), em *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria (“O caso Dora”) e Outros Textos [1901-1905]*, expõe no prefácio, na terceira edição da obra, sua posição independente com relação à pesquisa da biologia sexual humana, por considerar pertinente, por intermédio dos estudos desenvolvidos até então, observar o quanto se consegue pensar sobre a biologia da sexualidade humana a partir da realização de pesquisas e observações em parâmetros psicológicos. O autor também enfatiza que não precisou desviar-se do que já havia

²⁵Ao referir-se às mulheres cis ou trans por exemplo, como choronas, fofoqueiras, tímidas, naturalmente passivas, intuitivas, dependentes, sem iniciativas, frágeis, indefesas, e irracionais, da mesma forma, referir-se a homens cis ou trans, como fortes, viris, ativos, independentes, durões, racionais, e insensíveis (BONNICI, 2007).

encontrado como resultados dentro do método psicanalítico para dizer que dentro do campo biológico da vida sexual encontrou pontos controversos ou incompletos quando relacionados à *psique* humana²⁶.

Assim, como o método psicanalítico busca proporcionar a compreensão da sexualidade infantil, bem como a facilitação no momento da realização de diagnósticos com a psicoterapia clínica em adultos²⁷, Freud (2016) faz uma ressalva ao dizer que as suas descobertas relacionadas ao início da vida sexual humana podem ser comprovadas e observadas apenas pelos pesquisadores que demonstram interesse na teoria psicanalítica e que consigam ter domínio nas habilidades técnicas necessárias para levar o paciente durante uma situação de análise, até os anos iniciais da sua infância.

A partir da concepção do tempo que os médicos desenvolvem diagnósticos sobre os seus pacientes, Freud (2016) faz um adendo ao dizer que os médicos que não têm conhecimento sobre a teoria psicanalítica e não aderem ao método psicanalítico, podem desenvolver juízo de valores que interfiram nas colocações sobre a subjetividade do paciente, ideia que se contrapõe, de uma forma específica, às críticas desenvolvidas por alguns teóricos pós-estruturalistas, como Foucault (1999) e Butler (1987) que referem-se à psicanálise como uma “ciência do confessionário”, em que o analista interpretaria ao paciente apenas aquilo que lhe convém do consciente ao mais ínfimo inconsciente, ideia contraposta por Freud.

As discussões iniciais levantadas por Freud (2016) a partir da construção da teoria que culminou sobre o desenvolvimento psicosexual infantil tiveram início a partir da observação que Freud desenvolveu pensando na questão do “instinto sexual”²⁸ do ser humano. Esse instinto sexual, seria semelhante ao instinto de fome encontrado tanto em seres humanos quanto em animais, fazendo alusão a algo biológico.

Questionando o senso comum que sustentava a ideia de que a pulsão sexual²⁹ estaria ausente na infância e apareceria somente na puberdade e na vida adulta, Freud encontra controvérsias, já que as pulsões sexuais derivariam de fatores mais complexos.

²⁶O que significa que em algum momento entre o resultado das pesquisas realizadas e as conclusões que obteve ao escrever a obra *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, percebeu que a biologia não seria capaz de explicar tudo sobre a vida sexual humana e que também existiriam razões psicológicas que seriam capazes de influenciá-la de alguma forma.

²⁷Ao fazer o paciente lembrar do início da infância, o analista pode perceber como foram as primeiras relações interpessoais da criança, e que repercussões estas tiveram no início do desenvolvimento que possam ter influenciado ou ainda estar influenciando comportamentos da vida adulta, como Freud enfatiza na obra *Além do Princípio do Prazer* (1920) e dá continuidade em *O Ego e o Id* (1923).

²⁸Grifo realizado por Freud (2016).

²⁹Freud utiliza inicialmente o termo “instinto” para caracterizar questões biológicas. O termo utilizado por psicólogos que seguem abordagens da psicanálise e psicanalistas é *pulsão*: “Processo dinâmico que consiste numa **pressão ou força** [...] que faz o organismo tender para um objetivo. [...] seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional: é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir sua meta” (LAPLANCHE E PONTALIS, p. 394, 1998).

A partir disso, o autor divide os conceitos de *Objeto Sexual*³⁰ e *Meta Sexual*³¹ para referir-se a outros pontos pertinentes sobre a sexualidade e as pulsões (FREUD, 2016).

Dessa forma, Freud concebeu a ideia de que as pessoas que se relacionariam sexualmente/afetivamente com pessoas do mesmo sexo seriam chamadas de invertidos³². Dentro desta nomenclatura, estariam as pessoas absolutamente invertidas (as que apenas se relacionam com o mesmo sexo), os invertidos anígenos (as que não definem apenas um dos sexos para relacionar-se) e os invertidos ocasionais (que se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo apenas em algumas condições externas, como a privação) (FREUD, 2016).

Embora Freud tenha se utilizado do termo “invertido” para designar os homossexuais femininos e masculinos, na contemporaneidade, é um termo que não é utilizado pelos psicanalistas e psicoterapeutas que seguem a abordagem psicanalítica. Uma das críticas dirigidas à Freud, no que diz respeito a sexualidade, é a de que esse é um dos termos que seriam utilizados com conotação machista. Após os primeiros estudos para compreender a até então chamada “inversão”, Freud descarta a possibilidade de relacionar os “invertidos” a alguma forma de degeneração psicológica, já que não encontrou a inversão em pessoas com funcionamento cognitivo prejudicado, ou com quaisquer outros desvios da patológicos (FREUD, 2016).

Ao descartar a hipótese da influência de fatores orgânicos relacionados à capacidade cognitiva, o autor busca explicações sobre a origem da “inversão”. Nesse sentido, Freud considera pertinente a existência de outros fatores psíquicos responsáveis, que não tenham necessária relação com patologias (FREUD, 2016).

A descoberta de Freud (2016), que culminou no que viria a ser chamado de teoria do desenvolvimento psicosssexual³³, ocorreu por meio da tentativa de buscar compreender os sintomas nos tratamentos dos seus pacientes que manifestavam

³⁰“A pessoa da qual vem a atração sexual” (Freud, 2016, p. 21).

³¹“A ação à qual o instinto impele, observação, cientificamente filtrada, indica numerosos desvios no tocante aos dois” (Freud, 2016, p.21).

³²Utilizaremos neste tópico, este termo utilizado por Freud para referir-se às pessoas que são homossexuais.

³³“Para Freud, é sobretudo a existência de uma sexualidade infantil que atua desde o princípio de vida, que vem ampliar o campo daquilo que os psicanalistas chamam sexual” LAPLANCHE & PONTALIS, p.477, 1998). Os mesmos autores enfatizam que quando se trata do desenvolvimento psicosssexual, não é concebido apenas a existência de excitações através de estímulos ou necessidades genitais precoces, mas também a presença de atividades em zonas erógenas como a dos adultos, buscando prazer em diferentes regiões do corpo. A partir disso, é possível encontrar na teoria psicanalítica, o destaque a comportamentos independentes a funções biológicas, e portanto, a constatação da organização libidinal em diferentes partes do corpo (oral, anal e genital), além da sublimação da energia libidinal (na fase da latência) (LAPLANCHE & PONTALIS, 1998).

sintomas histéricos. Ao analisá-los, durante a associação livre³⁴, percebeu que seus pacientes faziam alusão a situações ocorridas durante a infância. Isso significa que seu ponto de partida não foi necessariamente a hipótese da existência da sexualidade na criança.

Nesse viés, a teoria do desenvolvimento psicosssexual de Freud (2016) demonstra como as construções sociais, no que tange as masculinidades e as feminilidades, são refletidas a partir das primeiras relações interpessoais vivenciadas por todas as pessoas ainda na infância, as chamadas relações objetais³⁵.

O conceito de repressão, que foi apreendido por Foucault (1999), é diferente do conceito de mecanismo de defesa da repressão, inicialmente tratado por Sigmund Freud e posteriormente desenvolvido por Anna Freud (2006). Foucault (1999) não buscou justificar a repressão, mas sim priorizar a tentativa de buscar compreender o porquê das afirmações que realizamos sobre sermos reprimidos em nossos comportamentos. Ao realizar indagações como esta, o autor demonstra a repressão sob uma perspectiva um tanto quanto diferente da que ela é associada socialmente. A sexualidade foi produzida ao longo da história por meio dos discursos de saber-poder.

Para mais, Foucault (1999) nomeia a negação da existência de uma repressão, que única e exclusivamente teria a função de proibir, de *hipótese repressiva*. Por meio dessa, sugere que as interdições não deixam de produzir a sexualidade, e essas podem ser consideradas sobre a identidade de gênero, visto que o não falar sobre algo também quer dizer alguma coisa: que o assunto não pode ser comentado, ou que é necessário comportar-se com cautela em torno dele. Considerando as repercussões da era vitoriana, o autor realiza conexões com a história e o que ainda permeia os discursos contemporâneos, provenientes da mesma forma de conceber as proibições.

É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna (FOUCAULT, p. 16, 1999).

³⁴“Método que consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação) quer de forma espontânea” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 38, 1998).

³⁵“[...] O modo de relação do sujeito com seu mundo, relação que é o resultado complexo e total de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantasística dos objetos e de certos tipos privilegiados de defesa” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 443, 1998). Conforme os mesmos autores, o termo *relações de objeto* além de referir-se a determinado sujeito, também diz respeito aos tipos de relações de objeto.

A linguagem é um processo primordial para a construção do conhecimento desde as fases iniciais do desenvolvimento psicosssexual infantil. Seja ela verbal e/ou simbólica, é um dos pilares que sustentam a identidade de gênero. O drama vivenciado pelo complexo edipiano propicia a inserção da criança nas interações culturais a respeito dos papéis tradicionais hegemônicos da sociedade que está inserida. Isso significa que as imposições relacionadas ao complexo de Édipo são inerentes ao gênero, já que, a partir dessas, as identificações com os gêneros apresentados serão mais significativas (SCOTT, 1989).

Ao realizar a repressão no complexo de Édipo, a pessoa que desempenha o papel de falo³⁶ pode reprimir a predisposição que o sujeito tem à bissexualidade³⁷. Como o conceito de “falo”, na psicanálise, não está limitado ao pênis do homem cis, qualquer pessoa que faça parte da concepção ou esteja diretamente ligada aos cuidados do desenvolvimento da criança pode acabar exercendo o papel de falo. Realizar a castração simbólica não é uma característica passível de escolha espontânea sobre quem irá ou não fazê-la, exceto sob situações de análise da criança que o analista percebe a necessidade de que a criança seja frustrada.

Desse modo, a psicanálise e feminismo constituem movimentos de diferentes pensadores a partir do final do século XIX. As polêmicas que rodeiam ambas as teorias, são conhecidas por desencontros, polêmicas oposições e divergências ainda presentes na contemporaneidade. As críticas à teoria psicanalítica são acentuadas quando é colocado em voga o “homem universal” como homem, europeu, branco, burguês, cisgênero e heterossexual, ponto de partida das críticas feministas. Enquanto as concepções marxistas eram utilizadas para buscar explicações sobre a organização da sociedade de classes no capitalismo, Freud questionava-se sobre a organização da psique a partir do sofrimento psíquico (LAGO, 2010).

Embora tenha existido em um contexto patriarcal, o interesse inicial de Freud estava voltado na busca pelo tratamento da histeria, diagnóstico fornecido para pacientes mulheres sob influência do discurso médico predominante na época. Ao perceber que a histeria tinha relação com a sexualidade, o autor passou a interessar-se pela origem dos conflitos psíquicos que poderiam estar relacionados com a histeria. O

³⁶“Falo é o nome que damos a qualquer coisa altamente investida, tão investida e amada que não cessa de ser concreta para ser fantasiada. Uma mãe, um pai, nosso cônjuge, o pênis, o clitóris ou mesmo uma casa, uma carreira, uma promoção – tudo são suportes concretos que podem se tornar o nosso falo” (NÁSIO, p. 82, 2007).

³⁷Freud (2016) faz menção sobre uma predisposição que todas as pessoas teriam sobre a bissexualidade. A partir da castração simbólica do ego no período do complexo de Édipo, o interesse em ter relações afetivas e/ou sexuais com outras pessoas seria construído no decorrer do desenvolvimento.

falocentrismo é até os dias atuais, uma das maiores críticas voltadas à teoria psicanalítica. O desconhecimento e a incompreensão da dimensão histórica e simbólica sobre a teoria freudiana fez diversos pesquisadores buscarem explicações das diferenças entre os sexos nas raízes da biologia (LAGO, 2010).

Nessa perspectiva, elementos contraditórios podem ser encontrados nesta busca, quando o próprio Freud expõe, em uma carta endereçada a Carl Müller-Braunschweig, em ([1935], 1969), a seguinte proposição:

Eu me oponho a todos vocês (Horney, Jones, Rado, etc.) na medida em que não fazem uma distinção clara entre o que é psíquico e o que é biológico, pois vocês tentam estabelecer um paralelismo nítido entre os dois e, motivados por tal intento, constroem irrefletidamente, fatos psíquicos que são improváveis e que vocês, no processo de fazê-lo, devem declarar como reativos ou regressivos, mas que sem dúvida são primários. Logicamente essas censuras devem ficar sem divulgação. Além disso, eu gostaria de enfatizar que devemos manter a psicanálise separada da biologia, assim como a mantivemos afastada da anatomia e da fisiologia [...]

Dessa maneira, separar a psicanálise da biologia não significa negar a existência do sexo biológico de nascimento, tampouco negá-la enquanto ciência. A psicanálise analisa significados culturais, as insígnias das representações, bem como relações sociais/interpessoais e como cada uma delas, desde o nascimento até a morte, influenciam na subjetividade psíquica de cada sujeito, independente da identidade de gênero e da orientação sexual. As interpretações que Freud desenvolveu sobre o complexo de castração foram instrumentos utilizados na sociedade burguesa e patriarcal da sua época. Assim, reduzir Freud ao machismo é negar as inúmeras contribuições desenvolvidas inicialmente por ele para a psicanálise e a psicologia, pois incontáveis estudos a respeito da mente e do comportamento humano derivaram das suas descobertas.

Ademais, Lago (2010) destaca que todas as produções das teóricas feministas da segunda onda foram marcadas pelos debates psicanalistas e do materialismo histórico e dialético, seja pela posição favorável ou contrária a estas teorias. As feministas contrárias à psicanálise, que escreveram suas obras a partir da segunda onda, de modo geral, se utilizaram da castração simbólica da mulher, descrita por Freud, a fim de justificar as colocações feitas para as mulheres em um contexto patriarcal reforçado pelo período da era vitoriana. De forma semelhante, obras foram desenvolvidas por aquelas que compreendem a importância de analisar com cuidado o mesmo período e as possíveis razões que levaram Freud a algumas conclusões a respeito do conflito

edipiano das mulheres. Não negligenciar a importância da teoria psicanalítica, mesmo não concordando com as suas origens, fomentaram gradativamente a transição dos “estudos de mulheres” para os “estudos de gênero”³⁸.

A releitura que Lacan faz sobre Freud é criticada pelas feministas com a justificativa de que seriam enfatizadas as diferenças entre feminino-masculino analisando uma série de características sociais e subjetivas, sem existir, a princípio, um posicionamento teórico que questione a opressão das mulheres nos mesmos âmbitos. As feministas de primeira e de segunda onda subsidiaram reflexões sobre igualdades e diferenças entre homens e mulheres, em busca da superação da dicotomia binária, assim como sobre o reforçamento simbólico de padrões hegemônicos das identidades de gênero (LAGO, 2010).

A psicanálise, enquanto teoria utilizada na prática clínica do psicanalista e abordagem teórica à disposição dos psicólogos está submetida a infundáveis críticas, que inclusive colocam em pauta se na contemporaneidade funcionam para algum fim. Brenner (1975) destaca que a teoria psicanalítica compõe hipóteses que auxiliam a pessoa que procura pela clínica a encontrar respostas sobre problemáticas até então concebidas como injustificadas.

De fato, se somos resultados de produções históricas, sociais e culturais, por que não buscar na subjetividade consciente e inconsciente de cada indivíduo, quais seriam as implicações de ordem social e cultural que tem lhe causado sofrimento, a partir da própria história de vida? A psicanálise contemporânea tem inúmeros aparatos e subsídios teóricos que norteiam a prática, independente do contexto que seja aplicada, sem excluir outros elementos das relações sociais desenvolvidos com os estudos feministas.

É pertinente ressaltar que a psicanálise contemporânea não nega as contribuições dos estudos feministas, assim como não pode negligenciar ou banalizar as críticas dessas, tendo em vista que emergem conteúdos fundamentais para refletir sobre novos estudos psicanalíticos. A necessidade de novos desdobramentos e implicações sobre as teorias feministas e psicanalíticas sobre a identidade de gênero são aprimoradas e cada vez mais intensificadas, já que novas disputas políticas acerca do poder, assim como novas configurações familiares são dispostas dia após dia.

³⁸Entre as teóricas feministas que desenvolveram estudos de gênero questionando a opressão dos homens sobre as mulheres, estão Judith Butler, Nancy Chodorow, Hélène Cixous, Hélène Deutsch, Jane Gallop, Carol Gilligan, Clare Hemmings, Karen Horney, Luce Irigaray, Lisa Jardine, Ernest Jones, Ann Rosalind Jones, Melanie Klein, Juliet Mitchell, Simone Perelson, Joan Rivière, Gayle Rubin, Silvia Tubert, Margaret Whitford, entre outras.

1.4 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: “HOMENS *VERSUS* MULHERES”

A história da produção do mundo capitalista no ocidente é permeada por “divisões” de sociedades de classe e constituem, até nos dias atuais, delimitações sobre *ser* homem e *ser* mulher, questões de gênero e sexualidade, que no cotidiano podem estar tão naturalizadas que passam despercebidas.

O trabalho transforma a natureza, pois ao anteciparmos na própria consciência o que será feito, produzimos novas formas de atuar sobre o mundo. Este processo não inclui somente a realidade modificada pela produção, visto que ao atuarmos sobre o mundo por meio da consciência, estamos modificando, ao mesmo tempo, a própria natureza, transformando a sociedade e as pessoas que vivem nela (LESSA, 2012).

O conhecimento sobre a formação de grupos de pessoas, assim como o desenvolvimento de novas técnicas para extrair da natureza aquilo que homens e mulheres necessitam para a própria sobrevivência faz parte da base histórica que pode ser analisada a fim de, novamente, transformar a realidade dos indivíduos. Os povos primitivos organizavam-se em grupos e a partir desses buscavam meios de subsistência individuais. Essas sociedades, desconheciam a existência de classes. Não existiam explorações do trabalho entre si, tampouco classes sociais, Estado e política. As tarefas eram divididas de acordo com critérios que não incluíam explorações e hierarquias de gênero (LESSA, 2012).

Algumas tarefas eram divididas de acordo com fatores biológicos e naturais, porém, sem enfatizar fatores sociais, os critérios eram pautados na idade e força física. Nas organizações sociais primitivas não existiam remunerações salariais e comércio, sendo as mercadorias trocadas por valores ideológicos que solidificavam e estreitavam os vínculos das relações interpessoais no grupo. A inexistência de regras sobre trabalhar ou não promoveram um legado de cooperação, diferente do mundo capitalista competitivo, que exclui ou anula aqueles que não se enquadram nas regras dispostas para serem seguidas³⁹ (LESSA, 2012).

Nesse sentido, conviverem com a cooperação não foi uma escolha moral dos povos primitivos, assim como a exploração mútua no trabalho entre homens e mulheres. Foi a partir da descoberta da semente da agricultura e pecuária que os povos posteriores aos primitivos produziam mais do que necessitavam para sobreviver, sobrando mais tempo em virtude do trabalho excedente.

³⁹Trabalhar, sustentar a si e prover para os membros da família nuclear, comportar-se socialmente de tal forma que no próximo dia possa fornecer o máximo de si no trabalho, etc.

Sua necessidade decorre da carência, isto é, da situação histórica na qual a produção não é suficiente para atender às necessidades de todos os indivíduos. Ou seja, o indivíduo que trabalhava produzia mais do que ele, individualmente, precisava; mas, como uma parte da sociedade não produz (crianças, grávidas, velhos, doentes, etc.), esse “a mais” não era ainda o suficiente para atender todos os indivíduos e todas as suas necessidades. Ao lado do trabalho excedente, as sociedades daquela época conheciam também a carência, pois o total da produção não era suficiente para atender às necessidades. Com a carência, uma distribuição igualitária do produzido faria com que tudo fosse consumido, não restando nada para desenvolver as forças produtivas (LESSA, p. 22, 2012).

Como a produção nas sociedades de classes não é suficiente para ser consumida, aqueles que concentram maior parte da riqueza têm a possibilidade de investir no crescimento dos próprios negócios. Quanto maior a concentração de bens para algumas pessoas em detrimento de outras, mais trabalhadores para atuar no ramo dos negócios investidos⁴⁰, visando adquirir meios de subsistência para sustentarem a si próprios e prover, caso existam, seus dependentes financeiros. Isso fez com que ocorresse um desenvolvimento cada vez mais acelerado das forças empregadas nos meios de produção em comparação com os povos primitivos (LESSA, 2012).

Ao entrar em contato com sociedades primitivas baseadas na cooperação mútua, as classes obtêm vantagem. Isso acontece porque a tendência é que destrua a organização social com princípios igualitários, lucrando as classes dominantes. As sociedades de classes estruturaram novas formas de relações entre a coletividade das pessoas:

A propriedade privada é fundada por uma nova forma de trabalho, o trabalho alienado (explorado): a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência será realizada, agora, por meio da exploração do homem pelo homem (LESSA, p. 23, 2012).

Além disso, a propriedade privada se constituiu a partir da vigilância realizada pelas minorias sobre aqueles que transformavam a natureza nos meios de produção para a subsistência, fundamental para que a exploração do trabalho fosse perpetuada por meio da violência. Só assim, os indivíduos eram capazes de entregar o fruto do trabalho para aqueles que geriam e poderiam investir nos próprios negócios: a classe dominante. O marxismo concebe que a propriedade privada e a violência social cotidiana são indissolúveis, o que as faz parte do mesmo princípio de totalidade: a sociedade de classes (LESSA, 2012).

⁴⁰Fábricas, estradas, portos, etc.

O instrumento especial criado pela classe dominante para organizar e aplicar cotidianamente a violência é o Estado. Este novo complexo social, que nem em germe existia nas sociedades primitivas, é composto pelo Direito (as leis escritas, os juízes, magistrados, torturadores, prisões, etc.), pelas forças armadas (exército, polícia, vigilantes, milícias, etc; a parcela da sociedade que tem legitimidade para usar a violência em nome do Estado, isto é, das classes dominantes) e pela burocracia. Os indivíduos que são empregados nesse novo complexo social são assalariados pela classe dominante e têm a função social de auxiliar na organização e aplicação da violência, sem a qual a vigilância e o controle dos trabalhadores não seriam possíveis. Sem esse conjunto de assalariados o trabalho alienado não poderia existir. Entre a classe dominantes e os que produzem o “conteúdo material da riqueza” (Marx), sempre encontraremos um corpo de assalariados que funciona como auxiliar da classe dominante na exploração dos trabalhadores (LESSA, p. 25, 2012).

Com a passagem das organizações sociais primitivas para as sociedades de classe, juntamente com a criação da propriedade privada e do Estado, passou a existir a família monogâmica. O trabalho anteriormente baseado na cooperação e na igualdade da coletividade foi transposto à preocupação individual, pois havia a vigilância instaurada com a origem da propriedade privada. As organizações no âmbito doméstico, com os meios de produção sendo cada vez mais aprimorados, alteraram completamente a forma de *ser* na subjetividade dos povos das sociedades de classe, em comparação com os primitivos (LESSA, 2012).

As relações passaram a ser veladas, visto que um dos principais objetivos da união entre homens e mulheres era a concepção de um herdeiro que pudesse perpetuar as riquezas da família. A garantia de que o filho seria legítimo era a constatação da virgindade da mulher, dessa forma cabia ao primogênito o destino das heranças familiares. As limitações sobre o corpo e a sexualidade da mulher passaram a ser cada vez mais constantes a partir deste período. Repressões sobre a liberdade sexual eram dirigidas quase que exclusivamente a elas, pois as que não fossem mais virgens não forneciam a garantia de herdeiros legítimos para perpetuar as riquezas da família (LESSA, 2012).

Nesse contexto, da mulher, na sociedade patriarcal, esperava-se que desde a primeira infância fosse educada para que pudesse aprender a dominar a realização de tarefas domésticas e suportar, com plenitude, as repressões sobre a própria sexualidade. A educação, desde a infância, passou a construir perfis característicos de mulheres⁴¹

⁴¹Feminilidades que se limitavam à comportamentos de subserviência, em que o homem dominava a mulher. Na contemporaneidade, ainda é possível encontrar relacionamentos afetivos entre homens e mulheres, ambos cisgênero, com esta rigidez.

para casarem-se com homens herdeiros de famílias mais abastadas, nas classes dominantes (LESSA, 2012).

Embora as mulheres tenham sofrido repressões significativas a respeito da identidade de gênero e da sexualidade, aos homens, apesar de serem mais privilegiados que as mulheres nesse contexto social, esperava-se que se relacionassem sexualmente com diversas parceiras e que a primeira relação sexual fosse com prostitutas. De forma paralela, as mulheres também eram alienadas pelo casamento monogâmico. Assim, a afetividade das relações foi cada vez mais reprimida, pois o foco era a transformação do homem em um padrão ríspido, dominador, a quem eram destinadas todas as tentativas possíveis da mulher para que ele obtivesse prazer, e assim, garantisse a reprodução da espécie e a existência de herdeiros (LESSA, 2012).

A sua alienação⁴², que a converte em esposa ou prostituta, é a negação de sua potência histórica, o rebaixamento do seu patamar de humanidade. Por isso, o mesmo processo de alienação será muito mais confortável ao homem que à mulher (LESSA, p. 32, 2012).

A dominação do homem *versus* a submissão da mulher isolou as mulheres da vida coletiva, uma vez que não cabia mais a elas resolver assuntos fora do âmbito doméstico. Lessa (p.33, 2012) descreve esse período como:

Ser masculino e ser feminino incorpora, agora, essa nova determinação: aos homens cabe pensar os grandes problemas e decidir o destino da humanidade; às mulheres está conservado o pobre horizonte de cuidar dos filhos, dos alimentos e da casa. Por essa razão, nas sociedades de classe os homens têm sido quase sempre mediações mais apropriadas do que as mulheres para as realizações que marcaram o desenvolvimento humano.

Não foram somente homens e mulheres adultos que passaram a ser alienados na sociedade de classes. As crianças, que antes poderiam brincar coletivamente sem se preocuparem com qualquer forma de determinação social sobre seus comportamentos, eram educadas na base da violência (LESSA, 2012). Os comportamentos violentos dirigidos às crianças eram relacionados à forma como deveriam se comportar para crescerem e se transformarem no modelo mais próximo esperado pela sociedade patriarcal para futuros homens e mulheres, baseando-se como referência, no sexo biológico de nascimento.

Para se transformarem em homens e mulheres cisgênero/heterossexuais, eram dispostos brinquedos e brincadeiras que, de alguma forma, poderiam caracterizar

⁴²A citação refere-se às mulheres.

caminhos a serem seguidos na vida adulta, sendo reprimidos pelo uso da violência os comportamentos inesperados ou vistos como inadequados para meninos e meninas.⁴³ Realizar ou interessar-se por atribuições contrárias as que lhe eram dispostas não constituiria as organizações familiares esperadas para adquirir um herdeiro que pudesse perpetuar as riquezas e o nome da família.

Dessa forma, pessoas com identidade de gênero trans, e/ou que tivessem orientação sexual diferente da heterossexualidade foram constituindo os grupos conhecidos por minorias, o que incluiu também as mulheres que se negavam à maternidade e a viverem submissas aos homens e aos padrões hegemônicos que ditavam regras sobre o corpo, a sexualidade e suas formas de *ser* mulher. As minorias que contestam os meios de produção e as organizações sociais dominantes construídas a partir das sociedades de classes não se enquadram nas propostas impostas pelo patriarcado. Na luta constante pelo direito de existir em um mundo que não seja definido pela exploração entre homens e mulheres, pleiteiam pela equidade entre os gêneros: seus corpos e sua forma de existir, simbolizam a resistência política sobre as classes dominantes.

Nesse âmbito, Heleieth Saffioti foi a primeira mulher brasileira a desenvolver um livro inserido em um contexto acadêmico e a realizar discussões e reflexões sobre a dominação da mulher a partir de uma perspectiva marxista. Embora não se nomeasse como feminista, os trabalhos desenvolvidos por ela na década de 1960, período em que a segunda onda do feminismo crescia exponencialmente, integraram a sociologia com as análises históricas desenvolvidas pelo marxismo. Pinto (2014) descreve a obra de Saffioti "*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*"⁴⁴ como uma elaboração dos conceitos marxistas sobre o desenvolvimento do capitalismo, atribuindo a existência de ser mulher a uma das inúmeras condições alienantes que esse sistema é capaz de produzir: a submissão.

Para Saffioti (1976, p. 66), as necessidades do sistema capitalista modificaram a vivência das mulheres:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individuação inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, estrutural, à medida que se desenvolviam as forças

⁴³Por exemplo, meninas que se interessavam pelo universo dominado até então pelos homens, e meninos interessados na maternidade e em afazeres domésticos, tarefas que as mulheres eram submetidas.

⁴⁴A obra foi desenvolvida por Saffioti na década de 1970.

produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Enquanto o movimento da segunda onda feminista alavancava os estudos de gênero, Saffioti (1976) segue a perspectiva do marxismo dizendo que não considerar a existência das mulheres como membros de uma sociedade de classes, seria reduzir a essência a aparência, o que não justificaria por completo a submissão ao sistema patriarcal. Nesse sentido, a luta por melhores condições de trabalho para as mulheres não seria suficiente, pois restringiria os problemas sociais e econômicos do país.

Dessa forma, a transformação da realidade social sobre a existência das mulheres não se daria na luta pela igualdade entre homens e mulheres e sim com mudanças no sistema socioeconômico, da passagem do sistema capitalista para o socialista. Por meio desta transformação, existiria um estado capaz de subsidiar as necessidades econômicas que não fossem supridas pelas instituições familiares.

A mudança nas estruturas socioeconômicas, alterariam os modos de produção, a existência e a disposição dos papéis, até então tradicionais e, conseqüentemente, resultariam em novas formas de relações interpessoais e configurações familiares.

Embora tenha ficado sob a responsabilidade da mulher o dever sobre as tarefas domésticas, cuidado e educação dos filhos, não significa que o seu papel não teve contribuições significativas acerca da economia e subsistência familiar, assim como para a construção da riqueza social. Mulheres e crianças foram fundamentais para o desenvolvimento econômico e dos modos de produção em todos os âmbitos e campos de trabalho. Para vender uma imagem de felicidade nas mulheres, a noção de casamento estava diretamente incluída. Pela proteção da sua “fragilidade e dependência”, para continuar existindo sob uma suposta segurança, esperava-se como troca o dever da submissão e da obediência ao marido e/ou o patriarcado (SAFFIOTI, 1976).

Nas classes econômicas menos abastadas, mulheres também exerceram o trabalho de forma semelhante ao homem. Mesmo desenvolvendo as mesmas e/ou tarefas similares, eram reduzidas por serem subversivas ao sistema patriarcal.

Na medida em que a mulher foi, em sua expressão o primeiro ser humano a sofrer a escravidão, antes mesmo que ela existisse como fundamento de um modo de produção, a mulher carrega o pesado fardo da tradição da subalternidade. O passado se enraizou de tal modo em seu ser que suas condições de vida lhe parecem normais. Se é difícil tornar o trabalhador consciente do mecanismo pelo qual opera a ordem social competitiva, muito mais difícil será conscientizar na mulher sua determinação potenciada. Além do mais, a divisão da sociedade em classes sociais (totalidades parciais apresentando certo

grau de autonomia) impede a solidariedade entre a totalidade das mulheres (SAFIOTTI, p. 85, 1976).

A alienação não ocorreu somente com as disputas entre o gênero considerado binário e antagônico (homem *versus* mulher), mas também com a falta de consciência de classe entre homens e entre mulheres. Embora dispostas a formas similares de opressões, há discordâncias entre as mulheres, uma vez que existem opiniões que resistem e discordam do movimento feminista que visa a equidade. Isso ocorre porque a transformação da consciência pelos modos de produção pode ser semelhante para várias mulheres, contudo existem inúmeros outros fatores que devem ser considerados nos processos de subjetivação da consciência de cada uma.

Entre os fatores de subjetivação da consciência, está a história de vida de cada uma, pois os graus de rigidez e flexibilização dos responsáveis na representação social dos papéis tradicionais são diferentes em cada família. Consequentemente, os mecanismos de defesa (especialmente as repressões) serão de intensidades diferentes, influenciando na educação, organização familiar, desenvolvimento, etc.

Nesse viés, considerando que ninguém nasce com conhecimento para subverter-se com relação ao patriarcado, é pertinente, para transformar a realidade social, a união da classe de todas as mulheres (cis e trans). Assim, mesmo que os primeiros papéis tradicionais sejam dispostos a cada mulher ao longo da vida desde a infância, resultando em padrões que limitam o autoconhecimento e o respeito à diversidade sexual e de gênero, existirão outras mulheres para servir de inspiração e sororidade.

Ao questionar os papéis tradicionais, não significa que, necessariamente, as famílias precisam ser destruídas, afirmação equivocada utilizada por alguns críticos ao feminismo e à Marx:

Ao contrário do que frequentemente se afirma, Marx não propõe a destruição da família. Denuncia a incompatibilidade entre a família que observa e o trabalho da mulher fora do lar. Deplora as consequências que a dura existência da mulher trabalhadora encerra para a educação dos filhos, para a autoridade dos pais, para a moralidade da família. Não se trata, contudo, de ver na família europeia de então a única possibilidade de associação conjugal. [...] A família enquanto instituição social não pode ser pensada como imutável. Entre a família cristã-germânica há grandes diferenças, embora haja também um laço de continuidade histórica (SAFFIOTTI, p. 73, 1976).

Isso significa que, embora questionar a organização social seja relevante para a possibilidade de libertação de sistemas opressores ser maior, cautelas podem ser

tomadas para não se libertar de um padrão específico de pensamento hegemônico e entrar em outros paradigmas alienantes. Como exemplo disso, citamos as mulheres que deixam de seguir o modelo patriarcal como uma conquista feminista, todavia entram em uma lógica feminista, com discursos de ódio sobre homens (cis e trans). Saffioti (1976) enfatiza que a primeira opressão de classe foi realizada pelos homens em detrimento às mulheres nas relações conjugais.

O casamento conjugal foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, ele inaugura ao lado da escravidão e da propriedade privada, esta época que se prolonga até nossos dias e na qual cada progresso é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, visto que o bem estar e o desenvolvimento de uns são obtidos pelo sofrimento e pelo recalçamento de outros. O casamento conjugal é a forma-célula da sociedade civilizada, forma na qual já podemos estudar a natureza dos antagonismos e contradições que nela se desenvolverão, plenamente (SAFFIOTI, p. 76, 1976).

Outrossim, Saffioti (1987) aborda a temática das representações tradicionais que são socialmente atribuídas a homens e mulheres. Seu principal objetivo foi sistematizar as imposições advindas do mundo capitalista e que, de alguma forma, transformaram-se em representações sociais sobre perfis característicos de *ser* homem e mulher. O prejuízo que as imposições acarretam enquanto consequências, não se restringem somente às mulheres.

Sem menosprezar fatos históricos de que as mulheres são oprimidas por estruturas de dominação que empoderam os homens, ao enfatizar que o macho tem poder, também é pertinente refletir sobre o que as imposições machistas refletem no comportamento do “tornar-se homem”. Ao excluir esta possibilidade de análise dos estudos de gênero, a construção da identidade de gênero de homens e mulheres trans passa despercebida. A concepção de macho opressor não oprime somente mulheres cis. Ao gênero binário, o esperado pelo modelo patriarcal é que as determinações sociais sejam seguidas por todas as pessoas enquanto identidade, expressão corporal, e a relação feita com a orientação sexual de cada um.

Não seguir a norma *cis-hétero* vigente pode implicar em severas consequências para quem não o faz, entre elas a exclusão da família, diversas formas de violência, especialmente física, psicológica e sexual, que podem partir da família, instituições sociais (incluindo a escola), entre outras consequências como a não aceitação no mercado de trabalho.

Entre os papéis tradicionais elencados por Saffioti (1987) estão os afazeres do lar, em que, além das tarefas domésticas, também fica incumbido à mulher o cuidado

com os filhos. A justificativa de que o homem provê o sustento da casa com o trabalho externo e, em contrapartida, a mulher colabora realizando os afazeres domésticos, não se torna plausível quando essa também desenvolve alguma profissão. É possível observar, a partir de elementos históricos, que na busca que homens e mulheres realizam no mercado de trabalho, os sujeitos do sexo masculino saíam ganhando⁴⁵.

O fato de exercer alguma atividade remunerada não isenta a mulher dos afazeres do lar. Delegar o cuidado dos filhos para outra pessoa de forma remunerada, apenas se justifica quando o trabalho fora de casa precisa ser desenvolvido para prover alguma forma de sustento. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, de uma forma ou de outra, acaba sendo injustificável. O mesmo não ocorre com as mulheres das classes econômicas mais abastadas, que têm a possibilidade de delegar a função de cuidar dos filhos para outras pessoas pela remuneração financeira. Com essa analogia, Saffioti (1987) exemplifica a ideia de que *ser* mulher pode variar entre as classes econômicas da sociedade.

É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos (SAFFIOTI, p. 11, 1987).

Além disso, Saffioti (1987) aponta que as relações de dominação-opressão não são encontradas apenas entre homens e mulheres (cis), embora sejam hegemônicos. Isso porque existem outras identidades de gênero e de sexualidade dissidentes, assim como outros elementos estruturantes da sociedade que resultem na dominação/exclusão.

A partir do pensamento de Saffioti (1987), defendemos que as relações entre opressores e oprimidos na sociedade não devem incluir homens e mulheres de todas as classes sociais sob o mesmo paradigma. Não é possível esperar que a transformação dos problemas sociais se deem como se as experiências fossem únicas para todos em meio a tantas formas de diversidades tanto de gênero quanto de sexualidade. São inúmeras as estruturas de dominação e negligenciar os âmbitos sociais, históricos e culturais das representações sociais constrói novas formas de alienação. A probabilidade de transformar a sociedade aumenta significativamente quando se considera a equidade entre homens e mulheres, cis e trans, de todas as classes socioeconômicas.

⁴⁵Ainda é possível encontrar em diversas profissões, homens e mulheres desempenhando as mesmas funções, ou funções semelhantes sendo remunerados de formas diferentes em decorrência das concepções construídas acerca do gênero de cada um. É mais comum homens cisgênero receberem maior remuneração.

Dessa forma, Hirata (2010) estabelece uma relação entre a precarização do trabalho e as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, comparando com as relações que ocorrem nos âmbitos domésticos (relações de trabalho, de poder e de dominação, etc.). Para demonstrar essa disparidade, o autor cita como exemplo uma situação que foi comentada durante um colóquio que aconteceu em Tóquio sobre as “mulheres sem teto”, em que essas relatavam que sofriam agressões por parte dos homens que passavam pelas praças e eram questionadas sobre o motivo de não estarem se prostituindo e continuarem ali, situação que não ocorria com os homens sem teto que estavam no mesmo local. Esse é apenas um exemplo entre diversos outros que demonstram o quanto existem vulnerabilidades sociais e voltadas à identidade de gênero, em casos semelhantes a esse.

Também não se pode dizer que a globalização tem os mesmos efeitos econômicos, políticos, culturais e sociais sobre as diferentes identidades de gênero. Com a globalização, mais empregos foram criados para as mulheres-cis, mas ao mesmo tempo com condições precárias e vulneráveis, já que essas acabam exercendo dupla jornada de trabalho, considerando os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos. Nesse processo, é comum que, em várias áreas de atuação, ainda recebam menos salário do que os homens desempenhando as mesmas funções, precisando lutar diariamente pelos direitos que já foram conquistados e que fragilmente são mantidos (HIRATA, 2010).

A discrepância entre os gêneros, é comumente atribuída pelos seguintes fatores: o homem *cis-hétero* considerado como forte e onipotente enquanto a mulher *cis-hétero* como frágil e dependente. Atribuições semelhantes podem ser encontradas considerando outras identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes, mas que acabam, de alguma forma, sendo relacionadas à hegemonia *cis-hétero* (BUTLER, 1987).

Dessarte, Gramsci, em Cadernos do Cárcere (1891-1937), aborda as questões sexuais. Existiu, inicialmente, um certo interesse dos empregadores com relação aos funcionários sobre as atividades que eram desenvolvidas em tempo ócio. Isso ocorria porque as energias que poderiam ser gastadas com atividades do tempo ocioso, poderiam ser utilizadas desempenhando o trabalho nas indústrias, surgindo assim, regulações sobre a sexualidade. Desta forma, além de não “sujar” a moral do local de trabalho, os trabalhadores poderiam utilizar mais força de trabalho, gerando mais lucros.

As pulsões sexuais de todos os indivíduos da sociedade, até mesmo os desempregados, sofriam (e ainda sofrem) grandes repressões que passaram a ser representadas socialmente através de comportamentos “moralmente aceitos” de acordo

com cada cultura. O acesso ao mercado de trabalho acaba sendo dificultado para aqueles que buscam, por diversas vezes e sem sucesso, conviver socialmente sem seguir um padrão hegemônico de identidade de gênero e orientação sexual. Daí originam lutas do movimento LGBT que questionam a redução da capacidade que cada indivíduo tem à aparência física e/ou estética.

A teoria psicanalítica faz uma crítica sobre as regulações das pulsões sexuais, já que existem inúmeros estudos que apresentam a sexualidade enquanto parte da dimensão afetiva das relações interpessoais, não tendo a sua existência para a exclusividade da reprodução. Gramsci (1891-1937) ressalta que a função econômica da reprodução não é mais um fato generalizado que interessa a toda a sociedade como algo que controle e faça a manutenção da população, mas é um fato “molecular”, que está presente até mesmo nos menores aglomerados econômicos, como a família.

Por conseguinte, como são questões inseridas inclusive nos âmbitos familiares, a identidade de gênero também passa por processo semelhante a essa regulação das pulsões sexuais com finalidades econômicas. A sociedade contemporânea, no ocidente, hegemonicamente ainda vê com maus olhos a inserção dos temas transversais nos espaços escolares.

As crises do cenário político brasileiro demonstram a instauração de uma educação cada vez mais tecnicista para formar cidadãos que possam suprir o mercado de trabalho e não construir ou apropriar-se de conhecimento. Excluir os temas transversais dos currículos vai ao encontro com o movimento Escola Sem Partido que, uma vez aprovado como projeto de lei, dificultará o acesso a discussões que propõe a promoção do respeito e da equidade. Os contrários à educação sexual, desconhecem e/ou ignoram as violências que a população LGBT pode sofrer nos espaços escolares, o que leva à evasão e ao abandono escolar. Como consequência, podemos destacar a ocorrência de conflitos familiares, abandono familiar e a inserção na prostituição em decorrência das portas fechadas para o mercado de trabalho.

1.5 DEBATES POLÍTICOS SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO NO BRASIL: PROJETOS ESCOLA SEM HOMOFOBIA E ESCOLA SEM PARTIDO

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós essa volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nos fecharmos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente.

Assuntos que envolvem as temáticas gênero e sexualidade estão sendo alvos cada vez mais frequentes de calorosas discussões e debates nos ambientes sociais, políticos e científicos.

No segundo mandato realizado pelo ex presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio da Silva (2005 a 2008), ressurgiram questões polêmicas que englobavam a temática LGBT nos espaços escolares. Os debates sobre gênero e sexualidade que estiveram em pauta, inicialmente no governo *Lula*, foram apenas o estopim para que após 10 anos, discussões polêmicas ainda tenham repercussão na mídia brasileira e em diversos outros espaços⁴⁶.

O chamado “*Kit Gay*”, apelido dado pelo até então deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), trata-se de um combo de cartilhas e vídeos do programa escola sem homofobia, que dispõe de conteúdos sobre a visibilidade da diversidade sexual e algumas possibilidades para que professores pudessem desenvolver trabalhos sobre a desconstrução da LGBT-fobia nos espaços escolares. O material foi desenvolvido por profissionais e pesquisadores da área da educação, representantes da sociedade civil, poder legislativo e da área do direito em seminários que abordavam questões que englobavam infância, sexualidade e educação. Também tratavam especificamente sobre o reconhecimento das identidades de gênero que diferem da hegemonia *cis-hétero*, além da inclusão e da promoção de igualdade perante a lei quando se trata da equidade de direitos dos sujeitos LGBT.

Reconhecer que a falta e/ou a inexistência de educação sexual na infância e na adolescência pode ter consequências negativas não foi discutido como hipótese e/ou prioridade. Pelo contrário, as identidades de gênero dissidentes acabaram sendo vistas e divulgadas na mídia como um risco à sociedade. Há inúmeras contradições presentes quando “prevenir a ideologia de gênero” exclui, ignora, e invisibiliza quem não se enquadra na hegemonia *cis-hétero* e, ao mesmo tempo, naturaliza a heterossexualidade compulsória que oprime as mulheres.

Embora existam inúmeros eventos como simpósios, seminários e congressos a nível nacional e internacional, nos quais pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento compartilham contribuições desenvolvidas após intensos trabalhos de

⁴⁶Os debates sobre o “*Kit Gay*” não permaneceram apenas nas pautas do governo na época, as discussões passaram a ser assunto tratado nas direções e reuniões em espaços escolares, nas conversas entre amigos e familiares com a utilização para embasamento com materiais disponibilizados em sites de notícias na internet, e/ou postados em páginas de redes sociais como Facebook®, Whatsapp® e YouTube®.

pesquisa, um evento específico tem sido utilizado para fomentar invisibilidade, desrespeito, patologização e repressão às pessoas LGBT desde 2012.

O evento IX Seminário Nacional LGBT⁴⁷ aconteceu em um contexto em que frentes parlamentares de esquerda se uniram em prol da luta pela igualdade de direitos da população LGBT. Entre as atividades programadas, foram organizadas mesas de debates com os seguintes temas: “*Subjetividade e papéis de gênero: é possível falar em uma infância e adolescência gay?*”, “*Educação, sexualidade e gêneros: O que os papéis de gênero têm a ver com a prática do bullying nas escolas?*” e “*Infância, adolescência e estado de direitos: Como estender as redes de proteção da infância e da adolescência aos meninos e meninas que fogem dos papéis de gênero?*” (JEAN WYLLYS...2012).

Em sua nona edição, o Seminário Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que este ano acontecerá no dia 15 de maio no Plenário 9 da Câmara dos Deputados, pioneiramente abre espaço no Congresso Nacional para uma discussão sobre sexualidade na infância e na adolescência, papel de gênero e bullying. Com o lema “Respeito à Diversidade se Aprende na Infância” e o tema “Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência”, o evento olhará amplamente para essa questão, ouvindo o campo do direito, da psicologia e da educação, com o objetivo de recuperar a discussão que foi soterrada do projeto “Escola Sem Homofobia”, abrindo o diálogo com outros setores da sociedade civil, sobretudo o campo da educação [...] O Seminário LGBT do Congresso Nacional é uma atividade democrática que há oito anos garante, a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) [...] um espaço para discussões dos temas que lhe dizem respeito e para exposição de suas demandas e reivindicações políticas (JEAN WYLLYS...2012).

Realizado num ambiente politizador propício, o evento seguiu por perspectivas que buscaram discutir inclusão, respeito e cidadania às pessoas LGBT em diversos espaços sociais, especialmente nos espaços escolares. Grupos de parlamentares contrários à iniciativa do 9º Seminário LGBT também se utilizaram dos temas discutidos no evento, mas para incutir teorias sobre os papéis de gênero. Logo, foram atribuídas acusações de “doutrinação ideológica” sobre identidade de gênero e sexualidade na infância, doutrinações que foram politicamente relacionadas e atribuídas aos partidos de esquerda, e ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁴⁷Intitulado: “Respeito à Diversidade se aprende na infância: IX Seminário LGBT – Sexualidade, papéis de gênero e educação na infância e na adolescência”, o evento foi organizado e desenvolvido pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias, Educação e Cultura, e pela Câmara dos Deputados, com a participação de frentes parlamentares mistas pelos direitos LGBT (JEAN WYLLYS...2012).

Os discursos sobre a “*doutrinação ideológica*”, também foram associados aos escritos desenvolvidos por pensadores como Marx, Engels, Hegel e Gramsci⁴⁸, nos quais questões da identidade de gênero e da sexualidade aparentemente difundiram-se com o socialismo e o comunismo. Esses equívocos teóricos, passaram a ser utilizados como bandeira por movimentos políticos contrários à esquerda. Mas, afinal de contas, estariam os partidos de esquerda incentivando e/ou influenciando formas de doutrinação ideológica nas escolas?

De fato, as calorosas discussões sobre o assunto tomaram gigantescas proporções, principalmente no que tange a participação dos pais e/ou responsáveis na educação dos filhos. A associação realizada entre a suposta doutrinação ideológica com autores renomados demonstra a falta de conhecimento sobre fatos históricos e políticos da população brasileira. Há contradição nestes discursos, quando analisamos a história, já que a criticidade desenvolvida pelo professor no espaço escolar proporciona o contato com diversas teorias do conhecimento e não apenas de uma.

Assim, a denominada luta contra as *doutrinações ideológicas* vai ao encontro com o princípio da liberdade de Cátedra, que considera a importância de os processos educativos serem desenvolvidos com liberdade de expressão, pensamentos, teorias e posicionamentos, porém sob a égide da ciência.

[...] A educação não é um movimento unilateral, realizado apenas pela atuação docente, mas envolve igualmente um movimento de recepção e trocas com os discentes, por isso, reitere-se, os verbos ensinar e aprender foram inseridos num mesmo inciso quando da instituição do tema como base principiológica da educação.[...] Apenas a partir da definição de educação é que se poderá avançar para então compreender a liberdade de ensinar e aprender, a chamada tradicionalmente liberdade de cátedra (TOLEDO...2017).

O movimento desenvolvido para questionar a postura e os assuntos abordados pelos professores nos espaços escolares e responsável por propor a censura do pensamento crítico nesses ambientes, é conhecido como “*Escola sem partido*”⁴⁹. O projeto supracitado apresenta, entre as principais características, o intuito de fiscalizar professores em sala de aula. Dos temas pautados em sala de aula, entre os quais o projeto visa coibir, estão as questões de gênero e sexualidade.

⁴⁸São pensadores que desenvolveram, no período da revolução industrial, críticas voltadas ao capitalismo e a utilização dos meios de produção, em que a força de trabalho é utilizada para suprir a necessidade do capital (VIGEVANI *et al*, 2011).

⁴⁹Fundado em meados de 2003, inspirados em outros movimentos semelhantes já existentes em outros países como os Estados Unidos da América, seu principal idealizador é o advogado procurador do Estado de São Paulo - SP, Miguel Francisco Urbano Nagib (ESCOLA SEM PARTIDO...2013).

Dessa forma, segundo o idealizador do projeto “*Escola sem partido*”, independente da disciplina, quando os educadores falam sobre temas *transversais*⁵⁰, utilizam-se da escola para inculzir valores morais e éticos, além de sentimentos e posicionamentos pessoais aos estudantes, fazendo com que passem a adotar determinados “comportamentos inapropriados”⁵¹. Seguindo esta lógica simplista, ao propor a discussão de textos em sala de aula que estejam relacionados a pautas LGBT, os professores poderiam estar impondo comportamentos homossexuais (NAGIB...2013).

O projeto do movimento “*Escola sem partido*”⁵² teve tanta repercussão enquanto discussão política que tramita na assembleia legislativa da Câmara dos Deputados por intermédio do Projeto de Lei (PL) 7180/14⁵³. Os objetivos da luta pleiteada pelos simpatizantes do movimento estão basicamente pautados na fiscalização de professores que, em algum momento, possam estar inculzindo ideais morais em meio aos assuntos trabalhados em sala de aula, que apresentem divergências significativas quando comparadas a crenças e estilos de vida da hegemonia *cristã-cis-hétero*.

Ao entrar em contato com o projeto “*Escola sem Partido*”, encontramos contradições sobre os objetivos que esse propõe executar nos espaços escolares e o que está destinado a vetar enquanto princípio de liberdade de cátedra. O respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes está centrado em costumes morais e religiosos tratados como “tradicionais” para composições específicas de organizações familiares que excluem a existência da diversidade.

Figueiró (2010, p. 09) enfatiza que:

A religião tem exercido forte influência sobre a vida sexual das pessoas ao longo dos séculos, em especial, no mundo ocidental, procurando ditar normas e controlando a sua observância, fazendo, enfim, do comportamento sexual, um objeto de preocupação moral.

O centro da proposta do “*Escola sem Partido*” contém informações relevantes a serem consideradas, bem como o receio que o professor fale sobre assuntos que causem

⁵⁰Os temas *transversais* compõem conteúdos que englobam orientação sexual, gênero, ética, educação ambiental, pluralidade cultural e saúde. São chamados dessa forma, por apresentarem cunho social e serem incluídos de maneira transversal, sem compor uma área específica podem ser trabalhados pelos professores em diferentes disciplinas que fazem parte do currículo, como português, matemática, história, geografia, ciências biológicas, etc (WENCESLAU & SILVA, 2017).

⁵¹Os comportamentos inapropriados são aqueles que fogem do padrão *cis-hétero*, que são inculzidos pelos papéis tradicionais.

⁵²As propostas podem ser encontradas no site oficial do projeto: www.escolasempartido.org

⁵³O Projeto de Lei (PL) 7.180/14 propõe: “[...] Incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (CÂMARA DOS DEPUTADOS...2014).

divergências da moral cristã, sem considerar que nem todas as configurações familiares organizam-se dessa forma. Roudinesco (2003) destaca que uma das formas de considerar a composição de família, está relacionada a pessoas que mantêm vínculos interpessoais intensos, recíprocos e duradouros, configurando-se de modo com que a família nuclear é estendida para a inserção de outras pessoas, como por exemplo amigos e padrinhos.

Em suma, não é por acaso que essas preocupações morais passaram a existir nos ambientes educacionais e espaços de formação diária. Ao promover projetos que tiram a autonomia de ensinar e o desenvolvimento de pensamento crítico, imprescindível para a aprendizagem profissional e pessoal de personalidade, determina-se um risco iminente. Desfalca-se a educação em todos os níveis de ensino (do básico ao superior) e excluem-se possibilidades de fomentar a visibilidade de identidades de gênero dissidentes da hegemonia *cis-hétero*. Nomear o ensino da diversidade política e de gênero como “doutrinação ideológica”, é impedir a propagação de novos conhecimentos e da aprendizagem. Além disso, também é vendiar os olhos do outro para que não enxergue aquilo que, na verdade, difere daquilo que quem venda, concebe como verdade e um padrão específico, como cristão, cisgênero, e heterossexual, o que não deixa de ser doutrinação ideológica de valores.

II. GÊNERO E IDENTIDADE NAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E NA PSICANÁLISE

Neste capítulo, apresentamos os aspectos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa e os resultados encontrados a partir da pesquisa bibliográfica nos bancos de dados elencados: CAPES, BDTD, Domínio Público, Bibliotecas digitais das universidades públicas do estado do Paraná. Destacamos a delimitação do objeto de estudo e os procedimentos utilizados para a coleta de dados a partir das pré-categorias selecionadas *a priori*.

Posteriormente, abordamos a identidade de gênero nas ciências biológicas, demonstrando recortes do contexto médico/psiquiátrico e as formas como definem e patologizam as identidades. Também inserimos conceitos da psicanálise sobre os mecanismos de defesa do ego e a topografia do aparelho psíquico, além da primeira e segunda tópicos⁵⁴.

2.1 METODOLOGIA

2.1.1 Delimitação do objeto de estudo e procedimentos para coleta de dados

Inicialmente, delimitamos a busca de dados para as universidades públicas estaduais do Paraná, sendo essas: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), além de uma federal, Universidade Federal do Paraná (UFPR)⁵⁵.

Ao escolher as universidades do estado do Paraná, objetivamos elencar as produções buscadas nas bases de dados definidas: BDTD, Domínio Público, CAPES e nas bibliotecas digitais das universidades públicas do estado do Paraná. Utilizamos as seguintes pré-categorias: gênero e identidade pessoal, identidade de gênero e biologia, identidade de gênero e psicanálise, assim como identidade de gênero e educação sexual

⁵⁴ A primeira tópica constitui pré-consciente, consciente e inconsciente, enquanto a segunda constitui id, ego e superego (ZIMERMANN 1999).

⁵⁵No caso das seguintes universidades UNIOESTE, UNESPAR e UNICENTRO que dispõem de vários *campus* universitários, foram considerados os dados disponíveis sobre todos.

escolar, todas as pesquisas que abarcassem a identidade de gênero, psicanálise e educação sexual escolar e, a partir desta busca, pré-selecionamos os trabalhos conforme a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Número de dissertações e teses pré-selecionadas nos bancos de dados

PRÉ-CATEGORIA	FONTE	DISSERTAÇÕES E TESES	TOTAL
GÊNERO E IDENTIDADE PESSOAL	UEL	8	64
	UEM	20	
	UENP		
	UEPG	8	
	UFPR	1	
	UNESPAR		
	UNICENTRO	3	
	UNIOESTE	24	
IDENTIDADE DE GÊNERO E BIOLOGIA	UEL		26
	UEM	13	
	UENP		
	UEPG	1	
	UFPR	10	
	UNESPAR		
	UNICENTRO		
	UNIOESTE	2	
IDENTIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR	UEL		26
	UEM	13	
	UENP		
	UEPG	1	
	UFPR	10	
	UNESPAR		
	UNICENTRO		
	UNIOESTE	2	
IDENTIDADE DE GÊNERO E PSICANALISE	UEL		6
	UEM	2	
	UENP		
	UEPG	1	
	UFPR	3	
	UNESPAR		
	UNICENTRO		
	UNIOESTE		

Fonte: Autoria própria, 2019.

2.1.2 Critérios de inclusão e exclusão

Realizamos a leitura dos resumos dos trabalhos pré-selecionados encontrados nas bases de dados a partir das pré-categorias elencadas para essa pesquisa. Posteriormente, consideramos critérios de inclusão ou exclusão, os quais são apresentados no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Critérios de seleção dos trabalhos

PRÉ-CATEGORIAS	INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Gênero e identidade pessoal	- Teses e dissertações de autores que tenham utilizado como objeto de estudo a construção da identidade subjetiva do (os) gêneros.	- Teses e dissertações de autores que não tenham utilizado como objeto de estudo a construção da identidade subjetiva do (os) gêneros.
Identidade de gênero e biologia	- Teses e dissertações de autores que tenham desenvolvido estudos que abarquem a identidade de gênero e as ciências biológicas; - Pesquisas no campo das ciências biológicas que abarquem identidade de gênero.	- Teses e dissertações que não se encaixem nos critérios de inclusão.
Identidade de gênero e psicanálise	- Teses e dissertações em que os autores abordem a identidade de gênero sob a luz da teoria psicanalítica; - Pesquisas que abarquem o desenvolvimento da subjetividade e das identidades pessoais; - Pesquisas que abordem (o) os mecanismos de defesa no que tange a identidade de gênero.	- Teses e dissertações que não se encaixem nos critérios de inclusão.
Identidade de gênero e educação sexual escolar	- Teses e dissertações em que os autores abordem a temática identidades de gênero em contextos escolares (salas de aula, oficinas, matrizes curriculares, abordagem e formação dos professores sobre o assunto, etc.); - Pesquisas que abarquem a educação sexual escolar, no que tange as identidades de gênero; - Educação sexual escolar e gênero nos espaços escolares.	- Teses e dissertações que não se encaixem nos critérios de inclusão.

Fonte: Autoria própria, 2019.

No quadro abaixo, apresentamos as pesquisas encontradas e selecionadas a partir dos critérios de inclusão-exclusão, na pré-categoria: “gênero e identidade pessoal”.

Quadro 2 - Dissertações da pré-categoria gênero e identidade pessoal.

PRÉ-CATEGORIA: GÊNERO E IDENTIDADE PESSOAL	
Título:	Construção do masculino na Curitiba das décadas de 1940 e 1950 tornar-se homem
Autoria:	Sesarino, Shirley Valera Rialto Ano: 2001 Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Federal do Paraná
Programa:	Programa de Pós-Graduação em História
Eixo principal:	Aborda a construção da masculinidade para rapazes que viveram sua juventude na cidade de Curitiba-PR, nas décadas de 1940 e 1950.
Título:	A formação do conceito de gênero dos substantivos entre alunos do ensino fundamental: um processo de tomada de consciência
Autoria:	Biondo, Fabiana Poças Ano: 2007 Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras
Eixo principal:	Buscou compreender como alunos do ensino fundamental concebem a palavra gênero, em seu conceito, como tomada de consciência, a partir do gênero gramatical.
Título:	Foucault, o sujeito e a sexualidade: a produção do sujeito na história da sexualidade de Michel Foucault
Autoria:	Hack, Rafael Fernando Ano: 2007 Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa:	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia
Eixo principal:	O trabalho discute e caracteriza os mecanismos e processos de produção do sujeito nas três obras da História da Sexualidade de Michel Foucault. Aborda temas como: os processos de produção do sujeito (objetivação, individuação e subjetivação) e uma análise dessas a partir dos três volumes da História da Sexualidade.
Título:	Mulheres em conflito com a lei: representações sociais, identidades de gênero e letramento
Autoria:	Oliveira, Erika Patrícia Teixeira de Ano: 2008 Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras

Eixo principal:	A pesquisa investiga as representações sociais de gênero apresentadas por mulheres encarceradas em um presídio feminino e as identidades sociais constituídas neste contexto específico de aprisionamento.		
Título:	Discurso, mídia e identidade masculina: quem é esse "novo" homem		
Autoria:	Bonácio, Daiany	Ano: 2009	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal:	A pesquisa analisa os discursos que produzem sentidos sobre o "novo homem" na mídia brasileira contemporânea.		
Título:	Feminismo e construção de identidades femininas: as meninas, de Lygia Fagundes Telles		
Autoria:	Ruela, Natália	Ano: 2009	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal:	Essa dissertação investiga a representação das personagens femininas Lorena, Ana Clara e Lia, protagonistas do romance <i>As Meninas</i> (1973), de Lygia Fagundes Telles.		
Título:	Identidade(s) do sujeito masculino no programa humorístico <i>sexo frágil</i>		
Autoria:	Bazza, Adéli Bortolon	Ano: 2009	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal:	Refere-se à produção discursiva da identidade masculina, representada pelo programa <i>Sexo Frágil</i> , apresentado na Rede Globo de Televisão.		
Título:	Práticas de resistência em Antônia: identidade, representação e exclusão social da mulher negra da periferia		
Autoria:	Gomes, Viviane dos Santos	Ano: 2010	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal:	A pesquisa visa compreender a resistência (não o mecanismo de defesa) na construção da identidade e representações da mulher negra e da periferia na mídia televisiva brasileira, por meio do seriado <i>Antônia</i> , transmitido pela Rede Globo.		
Título:	Um corpo de sentidos: discurso, subjetividade e mídia		

Autoria: Lachi, Poliana da Silva	Ano: 2010	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual de Maringá		
Programa: Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal: Esta pesquisa tem como temática a subjetivação do sujeito atual pelos discursos sobre o corpo materializados na mídia impressa. Observa-se que a modernidade, caracterizada por sua dinamicidade, liquidez, elevação do conhecimento para a forma de hipóteses e alta reflexividade – reflexividade que afeta o sujeito - produz uma dissolução das certezas que o sujeito tinha sobre si, configurando assim a crise de identidade e a própria identidade como um processo em eterna construção.		
Título: Interfaces de um retrato: identidade e representações do gay/homem em Madame Satã		
Autoria: Lima, André Ricardo Pinheiro	Ano: 2011	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual de Maringá		
Programa: Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal: A pesquisa visou analisar as marcas discursivas emanantes da narrativa fílmica Madame Satã que concorrem para a emergência e consequente promoção de um "gay-homem", despido de trejeitos e afetações que caracterizavam os gays de antigamente.		
Título: Memórias escolares de travestis: a formação dos sujeitos nos discursos da ciência		
Autoria: Shimura, Joyce Mayumi	Ano: 2012	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual de Maringá		
Programa: Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciência e a Matemática		
Eixo principal: A pesquisa questiona se os corpos travestis são transformados em sujeitos ou se tais corpos, ao debaterem com o discurso de poder, são transformados em sujeitos infames		
Título: A construção de corpos e feminilidades: travestis e transexuais para além da prostituição		
Autoria: Pessoa, Emerson Roberto de Araujo	Ano: 2013	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual de Maringá		
Programa: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais		
Eixo principal: Esta pesquisa tem como foco compreender a construção de corporalidade e feminilidade por travestis e transexuais que não participam do mercado do sexo. Por meio da História Oral, foi investigado como as tecnologias médicas (hormônios e silicone), indumentárias e acessórios são utilizados na produção da visualidade feminina pelas trans.		

Título:	Corpo e sexualidade: discursos constituidores nas revistas Nova e Playboy anos 1970		
Autoria:	Mucelin, Patrícia Carla	Ano: 2013	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em História		
Eixo principal:	O trabalho foi desenvolvido a partir da análise das revistas Nova Cosmopolitan e Playboy da década de 1970. A partir dessa, a autora busca compreender como as duas revistas construíram significados às identidades de gênero.		
Título:	Identidades sociais em re-vistas: os sujeitos homens e mulheres sob o olhar do discurso publicitário		
Autoria:	Grzeszeszyn, Claudineya Aparecida	Ano: 2013	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal:	O trabalho consiste na análise de discursos publicitários na pós-modernidade, na constituição de identidades sociais sobre homens e mulheres.		
Título:	Impressões do corpo feminino: representações da mulher e do corpo-imagem na imprensa brasileira		
Autoria:	Mazer, Dulce Helena	Ano: 2013	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Londrina		
Programa:	Programa de Mestrado em Comunicação		
Eixo principal:	Este trabalho investiga as representações da mulher e do corpo-imagem na imprensa brasileira. Questiona, na sociedade midiática, a divisão sexual pelo viés das imagens nos meios de comunicação.		
Título:	Mulheres incansáveis: a construção da identidade de trabalhadoras do setor de higiene e limpeza		
Autoria:	Pereira, Cleumary Soletti	Ano: 2013	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais		
Eixo principal:	A presente pesquisa tem por objetivo analisar e interpretar como ocorre a construção da identidade da mulher na atividade humana do trabalho remunerado, especialmente no setor de higienização e limpeza em duas instituições de Ensino Superior na cidade de Maringá, PR, uma pública e outra privada.		
Título:	Narrativas autobiográficas de mulheres que (con)vivem com o HIV: identidades sociais de gênero		

Autoria: Oliveira, Linete Adma de	Ano: 2015	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa		
Programa: Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade		
Eixo principal: O trabalho propõe assumir a concepção de que a identidade é compreendida como um processo de produção simbólica e discursiva, vivenciada por meio de práticas e interações sociais. A partir das narrativas das mulheres antes de contraírem o vírus do HIV, a autora buscou entender como se dá o processo de reconstrução da identidade de gênero feminina após a doença.		
Título: "Sou mulher e quero participar!": narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014)		
Autoria: Santana, Talita Maisa	Ano: 2016	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa: Programa de Pós-Graduação em História		
Eixo principal: A pesquisa teve como proposta analisar a criação e a atuação do Conselho da Condição Feminina de Toledo (CMCFT), a partir das memórias e narrativas de mulheres que participaram direta ou indiretamente do órgão.		
Título: A genealogia das relações de gênero no Brasil através dos discursos das colunas de Clarice Lispector em 1959 e em 1960		
Autoria: Sopelsa, Kaoana	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa: Programa de Pós-Graduação em Educação		
Eixo principal: A pesquisa apresenta uma análise do discurso do livro "Correio Feminino", da colunista Clarice Lispector, na formação de um possível estereótipo de mulher. A questão que norteia os objetivos do trabalho, foi: Como a autora se posiciona acerca dos papéis sociais de gênero no período delimitado, considerando o impacto que eles proporcionaram na educação formal e informal de mulheres?		
Título: Corpos em protesto: análise discursiva do movimento Femen		
Autoria: Pereira, Fernanda	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa: Programa de Pós-Graduação em Letras		

Eixo principal:	A pesquisa baseia-se na análise de elementos discursivos de enunciados que manifestantes do grupo feminista Femen vestem em seus corpos. Teve como objetivo compreender os processos discursivos e a produção dos efeitos de sentido que podem ser desenvolvidos pelo deslocamento dos corpos das manifestantes quando equiparados com as características patriarcais de feminilidade, tais como a submissão, docilidade e o "objetivo principal": maternidade.		
Título:	“Um dos Homens Seria Travesti”: Análise do Discurso Jornalístico sobre as Travestis em Cascavel – PR		
Autoria:	Silva, Jonathan Chasko da	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal:	A pesquisa foi uma análise do discurso jornalístico do portal de informação virtual Central Gazeta de Notícias sobre as travestis em Cascavel-PR. O principal objetivo foi analisar as formações discursivas, ideológicas e imaginárias sobre as travestis no discurso do jornal.		
Título:	"Gay-macho", "travesti" ou "bicha pintosa"? - A produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)		
Autoria:	Pereira, Ronielyssom Cezar Souza	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em História		
Eixo principal:	O principal objetivo da pesquisa foi interpretar a construção de sentidos e as práticas discursivas que tensionaram as representações homoeróticas do sexo masculino nas páginas do Lampião da Esquina. Desta forma, o autor partiu de uma questão: Como as práticas discursivas do jornal desconstruíam estereótipos e reconstruíam tipos ideais que incentivavam os homossexuais a assumirem a sua sexualidade?		
Título:	Identidades de raça, de gênero e de sexualidade nas aulas de língua inglesa na visão das/os estudantes		
Autoria:	Sene, Rosana Aparecida Ribeiro de	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Ponta Grossa		
Programa:	Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem		
Eixo principal:	A pesquisa foi desenvolvida por intermédio de estudos de linguagem, em que foram abordados em grupo focal: identidades de raça, gênero e sexualidade. Os resultados da pesquisa apontam para o currículo escolar conservador, que reforça a hegemonia "homem/cisgênero/branco/heterossexual", desconsiderando ou minimizando identidades de gênero dissidentes.		

Título:	Direito e literatura: a construção identitária da mulher em Marina Colasanti		
Autoria:	Jacobsen, Kallige Cristina	Ano: 2018	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Londrina		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		
Eixo principal:	O objetivo deste estudo é analisar os mecanismos de construção da identidade feminina nas narrativas ficcionais de Marina Colasanti, observando o fenômeno jurídico pelas lentes da Literatura, por meio dos imaginários sociojurídicos e dos sistemas de valores instaurados nos contos da autora.		
Título:	Discursos e não-discursos do isso: passarofes de uma escola do campo, inadubações e lesbianidades CIS		
Autoria:	Ribeiro, Raoany de Souza	Ano: 2018	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação		
Eixo principal:	A pesquisa aborda as lesbianidades cisgêneros a partir de discursos (abordados) e não abordados por professores do ensino médio, de uma escola do campo, no interior de Francisco Beltrão-PR. Também propõe reflexões sobre as percepções que os professores têm sobre relações homoeróticas entre adolescentes lésbicas cisgênero.		
Título:	O debate de gênero no ensino de história: moças para casar – representações femininas nos processos crime de sedução em ponta grossa (1940-1970)		
Autoria:	Pinto, Solange da Silva	Ano: 2018	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Ponta Grossa		
Programa:	Programa de pós-graduação Profissional em Ensino de História		
Eixo principal:	Propõe reflexões sobre o debate de gênero e violência no ensino de História escolar. A partir da análise de processos criminais, a autora correlaciona com a construção de estereótipos de identidade de gênero que influenciam as relações interpessoais nos dias atuais.		
Título:	Pais e filhos em contos de Luiz Vilela: as representações das masculinidades		
Autoria:	Canassa, Lucélia	Ano: 2018	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Londrina		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Letras		

Eixo principal:

A proposta da pesquisa foi analisar a contística de Luiz Vilela sob o enfoque das masculinidades, na qual a autora optou pelos contos e que há relação entre pais e filhos. A partir disso, foram sistematizadas algumas características nas figuras paternas de Vilela e questionados os papéis tradicionais de homem e mulher, além de estereótipos da masculinidade padrão.

Fonte: autoria própria, 2019.

Ademais, sobre “Gênero e Identidade Pessoal”, selecionamos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, 27 dissertações de mestrado. Não foram encontradas teses de doutorado. Entre estas, os conceitos que mais surgiram foram: produção, construção, formação, e representação do gênero enquanto identidade pessoal e social. Estes conceitos, de maneira geral, destacam formas de feminilidades e masculinidades, que questionam papéis sociais sobre ser homem e ser mulher em diferentes contextos sociais, históricos e culturais, por meio de revistas, mídias, escritores, programas de televisão, entre outros.

Nesta pré-categoria, destacamos a pesquisa de Sesarino (2001), que enfatizou, entre os resultados obtidos, a significativa influência que a escola e a família tiveram na formação da identidade dos homens cis entrevistados. A pesquisa desenvolvida por Lachi (2010) também demonstrou que diferentes realidades sociais constroem e caracterizam a identidade de gênero e que são apresentadas enquanto sinônimos de exercer ou não os próprios desejos, sonhos e vontades enquanto um ato político. Nesse aspecto, todas as pesquisas encontradas destacaram a existência de influências externas na formação da identidade de gênero subjetiva, seja por meio de estereótipos ou da naturalização de papéis considerados tradicionais.

No quadro abaixo, apresentamos as pesquisas encontradas e selecionadas pelos critérios de inclusão-exclusão, na pré-categoria “Identidade de gênero e biologia”.

Quadro 3 - Dissertações da pré-categoria identidade de gênero e biologia.

PRÉ-CATEGORIA: IDENTIDADE DE GÊNERO E BIOLOGIA	
Título:	Determinismo biológico e educação sexual: análise retórica da concepção da sexualidade em livros didáticos
Autoria:	Piovezan, Gustavo
Ano:	2010
Tipo:	Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática
Eixo principal:	O objetivo da pesquisa foi encontrar o sentido que os argumentos e as figuras de retórica dos manuais didáticos de ciências e biologia contém/continham, no que se refere à identidade de gênero.

Título:	Memórias escolares de travestis: a formação dos sujeitos nos discursos da ciência		
Autoria:	Shimura, Joyce Mayumi	Ano: 2012	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática		
Eixo principal:	A pesquisa questiona se os corpos travestis são transformados em sujeitos ou se tais corpos, ao debaterem com o discurso de poder, são transformados em sujeitos infames.		
Título:	Formação de educadores sexuais no curso de Ciências Biológicas da UEM: a concepção dos graduandos sobre a atuação do professor de ciências e biologia na educação sexual		
Autoria:	Diniz, Bruna Larissa Ramalho	Ano: 2015	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática		
Eixo principal:	A pesquisa se desenvolveu pela busca da(s) concepção(ões) de graduandos do curso noturno de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEM sobre o papel do professor de Ciências e Biologia na Educação Sexual. Discute a formação familiar, escolar e acadêmica dos graduandos nessa temática, na intenção de identificar possíveis deficiências e obstáculos à atuação desses futuros profissionais na Educação Básica, na área da Educação Sexual.		
Título:	A educação sexual na concepção e prática de professores de biologia do ensino médio		
Autoria:	Magalhães, Kécia Priscilla Palombello	Ano: 2016	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática		
Eixo principal:	A presente pesquisa, de caráter qualitativo, investigou como professores de Biologia do Ensino Médio compreendem e desenvolvem a Educação Sexual em suas aulas.		

Fonte: autoria própria, 2019.

Desse modo, foram encontradas 04 dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado nos trabalhos elencados pela pré-categoria “identidade de gênero e biologia”, todas da Universidade Estadual de Maringá – UEM. O que nos chamou a atenção nessa pré-categoria, é a escassez de trabalhos realizados nas universidades públicas do estado do Paraná, a nível *stricto sensu*, voltados à identidade de gênero relacionadas às ciências biológicas. Considerando que, historicamente, “gênero” é relacionado com o sexo biológico de nascimento e que, além disso, os temas transversais são delegados às ciências biológicas nas escolas, apenas um dos trabalhos, realizado por Piovezan (2010), investigou o desenvolvimento da educação sexual na escola pelos professores de

biologia do ensino médio. O autor defende que os professores das áreas de Ciências e Biologia necessitam urgentemente de formações em educação sexual para desenvolver a prática, necessidade reconhecida pelos próprios professores entrevistados.

Nessa lógica, Piovezan (2010) pautou-se no princípio de que os estudos feministas se contrapõem aos determinismos biológicos sobre as identidades de gênero e as representações que chamou de *cis-hétero*-normativas. Shimura (2012) desenvolveu a pesquisa a partir de memórias escolares de travestis, no que tange o ensino de Ciências e Biologia. Ao mesmo tempo que pessoas travestis “desequilibram” estruturas de dominação e hegemonia *cis-hétero*, questionando as imposições binárias de masculino-feminino e normalidade/anormalidade, seus corpos são produzidos e expressados como sujeitos por intermédio de discursos das políticas públicas (especialmente a medicina), vivenciando a infâmia.

No quadro abaixo, apresentamos a pesquisa encontrada e selecionada pelos critérios de inclusão-exclusão, na pré-categoria “Identidade de gênero e psicanálise”.

Quadro 4 - Dissertação da pré-categoria identidade de gênero e psicanálise.

PRÉ-CATEGORIA: IDENTIDADE DE GÊNERO E PSICANÁLISE	
Título:	O mito das Amazonas: uma discussão psicanalítica sobre a feminilidade
Autoria:	Souza, Ivy Semiguem Freitas de
Ano:	2012
Tipo:	Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Eixo principal:	A construção da feminilidade a partir de conceitos psicanalíticos, relacionando ao mito das Amazonas, aos estudos de gênero e a psicanálise.

Fonte: autoria própria, 2019.

Na pré-categoria: “identidade de gênero e psicanálise”, foi encontrada 01 dissertação de mestrado, sendo que não foram encontradas teses de doutorado. A pesquisa encontrada relaciona a psicanálise e sua ligação com a sexualidade e a construção da identidade de gênero. Nesse viés, Souza (2012) discute psicanaliticamente a feminilidade a partir do mito das Amazonas, uma sociedade que não permitia a presença de homens no seu território.

A autora desenvolve a pesquisa a partir de conceitos psicanalíticos, como a castração, complexo de Édipo e Elektra e correlaciona com a história do mito das Amazonas. A pesquisadora propõe que foram construídas relações de dependência no aparelho psíquico das mulheres, estabelecendo a dependência (do homem) e se transformando em questões de gênero. A leitura do mito das Amazonas, pensando na

resistência que a sociedade feminina do mito apresenta, pode auxiliar na desconstrução da dominação/subordinação, no que tange as identidades de gênero (SOUZA, 2012).

O que nos chamou a atenção nesta pré-categoria, foi a ausência de pesquisas em psicanálise no estado do Paraná que abordem a identidade de gênero, dado significativo quando se considera a relevância da teoria psicanalítica, na contemporaneidade, para atendimentos clínicos e sociais na psicologia, o que inclui a elaboração de documentos da psicologia.⁵⁶ Embora a psicanálise freudiana tenha desenvolvido estudos sobre a sexualidade na infância, a escassez também pode ser justificada com as críticas realizadas em peso pelas teorias feministas à psicanálise, ao enfatizar os determinismos biológicos.

No quadro abaixo, apresentamos a pesquisa encontrada e selecionada pelos critérios de inclusão-exclusão, na pré-categoria: “Identidade de gênero e educação sexual escolar”.

PRÉ-CATEGORIA: IDENTIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR			
Título:	A experiência escolar cotidiana e a construção de gênero na subjetividade infantil		
Autoria:	Marangoni, Davi	Ano: 2004	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Federal do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação		
Eixo principal:	Investiga como a escola interfere na construção do gênero na subjetividade de meninos e meninas pré-escolares, com idade entre 5 e 6 anos, utilizando os expedientes da pesquisa qualitativa em um estudo de caso.		
Título:	Educação em ciência e sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre a sexualidade no aluno		
Autoria:	Silva, Ricardo Desidério da	Ano: 2009	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino da Matemática		
Eixo principal:	Apresenta atitudes e crenças de professores, no que tange à atuação de temas sobre a educação sexual nos espaços escolares.		
Título:	Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas		
Autoria:	Santos, Dayana Brunetto Carlin dos	Ano: 2010	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Federal do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação		

⁵⁶Entre as modalidades de documentos que podem ser elaborados pelos psicólogos, destacamos os laudos e pareceres, que podem ser utilizados para a realização de cirurgias de redesignação sexual em pessoas com identidade de gênero trans.

Eixo principal:	Aborda as narrativas de experiências transexuais na escola, a partir do processo de escolarização formal.		
Título:	Educação e relações de gênero: entre avanços e desafios na experiência da escola latino americana de agroecologia		
Autoria:	Miranda, Tereza Lopes	Ano: 2011	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Ponta Grossa		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas		
Eixo principal:	A Presente pesquisa aborda questões de gênero e meio ambiente em relação com a educação no processo de formação de tecnólogas (os) da Escola Latino Americana de Agroecologia, situada no Município da Lapa no Estado do Paraná. Tem como problemática verificar de que forma a escola organiza as questões, no que se refere à educação e meio ambiente, com ênfase nas relações de gênero.		
Título:	Corpo, gênero e sexualidade na educação física escolar: uma cartografia das práticas discursivas em escolas do Paraná		
Autoria:	Ribeiro, Gabriela Chicuta	Ano: 2012	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Federal do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Educação		
Eixo principal:	Apresenta uma cartografia das narrativas docentes, curriculares e de formação continuada da Educação Física escolar, sobre as temáticas de corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual.		
Título:	Educar para a diferença: uma análise das relações de gênero presentes na literatura infantil sob o olhar da psicologia histórico-cultural e do feminismo de orientação marxista		
Autoria:	Toffanelli, Ana Caroline	Ano: 2016	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Maringá		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Psicologia		
Eixo principal:	Nesta pesquisa, foi desenvolvida uma análise de quatro livros infantis, que abordam as diferenças entre feminino e masculino. A autora propõe uma discussão sobre a constituição dos gêneros.		
Título:	Feminismos e antifeminismos na política brasileira: "ideologia de gênero" no Plano Nacional de Educação 2014		
Autoria:	Moreno, Meire Ellen	Ano: 2016	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Londrina		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais		
Eixo principal:	O trabalho está pautado na análise em torno do processo político de formulação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014, especificamente sobre as recusas com relação à inserção dos termos "gênero" e "sexualidade/orientação sexual" no Plano.		
Título:	Gênero nos currículos e nas percepções das/dos estudantes do ensino médio: uma caracterização sociológica		
Autoria:	Cruz, Andréia Cristina da	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual de Londrina		
Programa:	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais		

Eixo principal:	Propõe uma reflexão acerca da discussão das questões de gênero e de seus desdobramentos no currículo do Ensino Médio, com enfoque na disciplina de Sociologia. Os estudos enveredaram sobre os elementos deste processo no âmbito escolar, pensando a sala de aula como um espaço relevante para problematização dos papéis de gênero.		
Título:	O desenvolvimento psicosssexual na criança com autismo no espaço educativo: um estudo empírico bibliográfico à luz da psicanálise.		
Autoria:	Fieira, Jaqueline Tubin	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-graduação em Educação		
Eixo principal:	A pesquisa foi desenvolvida sobre a sexualidade da criança com autismo, a partir da teoria psicanalítica. Entre os resultados obtidos, está a necessidade de formação em educação sexual para os professores investigados, propiciando a desconstrução de tabus relacionados à sexualidade do autista.		
Título:	Sexualidade e agressividade do adolescente no espaço escolar: contribuições psicanalíticas.		
Autoria:	Pimentel, Gisele Arendt	Ano: 2017	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-graduação em Educação		
Eixo principal:	O trabalho propõe que a sexualidade é uma categoria ontológica da psicanálise, investigando, assim, as manifestações da agressividade com a sexualidade, considerando as pulsões.		
Título:	A importância dos Contos de Fadas para o desenvolvimento psicosssexual da criança: o que pensam, o que dizem e o que fazem as professoras?		
Autoria:	Brittos, Eritânia Silmara de	Ano: 2016	Tipo: Dissertação
Instituição:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		
Programa:	Programa de Pós-graduação em Educação		
Eixo principal:	O objetivo desta pesquisa foi conhecer como as professoras trabalham com os contos de fadas nos Centros Municipais de Educação infantil, destacando os contos originais e as interpretações/relações entre os contos, a manifestação da sexualidade e a psicanálise.		

Fonte: autoria própria, 2019.

Na pré-categoria “Identidade de gênero e educação sexual escolar”, foram selecionadas 11 dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado. De forma geral, as questões que mais surgiram nas pesquisas encontradas foram: relações de gênero, percepções sobre corpo, identidade de gênero e sexualidade. Para mais, outros conceitos que surgiram também estão atrelados a manifestações da sexualidade a partir do desenvolvimento psicosssexual e as possibilidades de atuação dos professores a partir da

compreensão do esperado/não esperado⁵⁷ enquanto comportamentos para as diferentes idades.

Destacamos que as pesquisas desenvolvidas sobre educação sexual pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) se deram a partir da iniciação científica do Laboratório e Grupo de Pesquisas em Educação e Sexualidade (LABGEDUS), do *campus* de Francisco Beltrão – PR. Todas as pesquisas relacionam Sexualidade e Educação Sexual como inerentes aos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos nos espaços escolares, enfatizando a importância da teoria psicanalítica para a compreensão dos indivíduos.

2.2 A SEXUALIDADE E A IDENTIDADE DE GÊNERO NA MEDICINA

Os temas *sexualidade* e *gênero* são, comumente, atribuídos ao campo das ciências biológicas e, logo, associados à medicina e à psiquiatria, subárea da medicina responsável pelas ciências do comportamento humano.⁵⁸ Os discursos realizados pelas ciências biológicas sobre identidade de gênero e sexualidades são questionados na contemporaneidade pelo viés patológico empregado na utilização desses termos, o que acaba desconsiderando fatores de aprendizagem social e reduzindo a identidade de gênero e a sexualidade ao determinismo biológico de macho e fêmea.

A história do nascimento da psiquiatria demonstra que houve, em determinado momento, a preocupação com a até então chamada “loucura”.

A psiquiatria como disciplina teórica e técnica terapêutica, como saber de tipo médico sobre a loucura – considerada como doença mental – e como uma prática com a finalidade de curá-la por um tratamento físico-moral, só se constituiu em determinado momento da história. A transformação da loucura em um tipo de doença diferente, fenômeno patológico, exigiu um tipo específico de medicina para tratá-la, a psiquiatria. Só é possível compreender o nascimento da psiquiatria a partir da medicina, no momento em que esta incorpora a sociedade como novo objeto e se impõe como instância de controle social dos indivíduos. É no seio da medicina social que se constitui a psiquiatria. Do processo de medicalização da sociedade surge o projeto –

⁵⁷Os comportamentos esperados e/ou não esperados para as diferentes idades no decorrer do desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente estão atrelados ao que faz parte do desenvolvimento. Como exemplo, crianças na faixa etária de quatro ou cinco anos que manipulam os próprios órgãos genitais e tem curiosidade para ver o de outras crianças são comportamentos comumente encontrados. O não esperado, seria a manipulação compulsória dos órgãos genitais, em que a criança pode acabar se machucando e conseqüentemente prejudicando a aprendizagem e a interação social com outras crianças, servindo como alerta para violências intrafamiliares (especialmente a sexual).

⁵⁸Historicamente, o nascimento da psiquiatria é demarcado pela necessidade de criar uma nova medicina que pudesse tratar das doenças mentais. A sexualidade e a identidade de gênero foi (e ainda é) campo de discussão na medicina e na psiquiatria (VIEIRA, 1981).

característico da psiquiatria – de patologizar o comportamento do louco, somente a partir de então considerado anormal e, portanto, medicalizável (VIEIRA, 1981, p.49-50).

Nesse paradigma, Dalgarrondo (2000) demonstra que a patologização do comportamento humano é vista sob o ponto de vista do conceito de *psicopatologia*, definida como “[...] ramo da ciência que trata da natureza essencial da doença mental – suas causas, as mudanças estruturais e funcionais associadas a ela e suas formas de manifestação” (DALGALARRONDO, p. 23, 2000).

Embora a psicopatologia seja atribuída às tradições médicas, também é utilizada por outras ciências que estudam o comportamento humano, como a psicologia e a psicanálise. Dessa forma, existe no campo da psicopatologia a definição entre os comportamentos considerados *normais* e *patológicos*. As definições partem da utilização de critérios de normalidade⁵⁹, questionados por Dalgarrondo (2000), visto a falta de objetividade que busque explicar os comportamentos patológicos e não-patológicos.

Ademais, Nunes & Nardi (2001) destacam que, independente da especialidade médica, o ser humano só poderá ser compreendido a partir da perspectiva biopsicossocial, que engloba seus três níveis de funcionamento, físico, psicológico e social. Nesta perspectiva, fisicamente o ser humano comporta uma base corporal e biológica necessária e indispensável para a vida, em que são vislumbradas infinitas possibilidades no campo psicológico e social. Da mesma forma, o nível psicológico diz respeito à processos conscientes e inconscientes que se relacionam com o mundo subjetivo/interno com o mundo externo, responsável pela forma com que materializamos ou deixamos de materializar pensamentos, sentimentos, desejos e frustrações. O nível social exerce influência sobre o campo psicológico e vice-versa, já que o ser humano é atravessado por questões morais, religiosas, econômicas, éticas, culturais e educacionais.

A partir dos aspectos biopsicossociais da existência humana, como ressaltam Nunes & Nardi (2001), torna-se praticamente impossível realizar o diagnóstico de qualquer doença (física ou mental) sem relacionar as vivências pessoais e subjetivas de

⁵⁹Entre os critérios de normalidade que caracterizariam o normal e o patológico, o autor destaca os seguintes: Normalidade como ausência de doença; Normalidade ideal; Normalidade estatística, Normalidade funcional, Normalidade como processo, Normalidade subjetiva; Normalidade como liberdade e Normalidade como bem-estar. Esta última, foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1958, em que foi definido o conceito de saúde como o “completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como ausência de doença” (DALGALARRONDO, p.26, (2000). A crítica realizada pelo autor à definição de saúde pela OMS, foi justificada pela imprecisão ao se definir objetivamente, o “bem-estar consigo mesmo”, por englobarem critérios subjetivos.

cada indivíduo, já que os fenômenos psicológicos não podem ser resumidos somente pelo campo biológico: o biológico influencia o psicológico que, por sua vez, influencia e é influenciado pela sociedade.

Para Dalgarrondo (2000, p. 29):

A perspectiva médico-naturalista trabalha com uma noção de homem centrada no corpo, no ser biológico como espécie natural e universal. Assim, o adoecimento mental é visto como um mau funcionamento do cérebro, uma desregulação, uma disfunção de alguma parte do “aparelho biológico”.

Além disso, Dalgarrondo (2000) também demonstra que doenças e sintomas mentais que possam definir qualquer tipo de transtorno psicológico são caracterizadas por alterações de circuitos cerebrais de bases neurofisiológicas e/ou neuroquímicas. Embora haja a necessidade de considerar as dimensões biopsicossociais para a então utilização de critérios diagnósticos de *normalidade* e *anormalidade* dos indivíduos, no que se refere ao campo da medicina, é possível encontrar contradições e até mesmo discussões na psiquiatria, no que tange a identidade de gênero e a sexualidade.

Atualmente, existem duas classificações na psiquiatria mundial para definir e padronizar as patologias e os critérios diagnósticos para organizá-las, tais como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11)⁶⁰.

O termo “transtorno” (em inglês, *disorder*) é utilizado pelas duas classificações. O objetivo é evitar problemas inerentes ao uso de palavras como “doença” ou “enfermidade”. Transtorno não é um termo exato, porém é utilizado para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamento clinicamente identificável. Em última análise, transtorno é mais específico que síndrome, mas não atinge o vigor de doença, que implica conhecimento de etiologia, por exemplo, “doença de Chagas” (NUNES & NARDI, 2001, p. 38-39).

Nessa perspectiva, Nunes & Nardi (2001) enfatizam que o comportamento sexual humano é influenciado subjetivamente pela sociedade e sua cultura nos processos biológicos de cada indivíduo. Definem *identidade de gênero* e *identidade sexual* como:

[...] juízo que o indivíduo tem de sua masculinidade ou feminilidade. A *identidade sexual* refere-se às características sexuais biológicas

⁶⁰Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) teve sua 5ª e mais recente edição disponibilizada em meados de 2014. Já o Internacional Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (em inglês: ICD), teve sua nova e esperada classificação divulgada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no mês de junho de 2018.

(cromossomos, genitália externa, genitália interna, composição hormonal, gônadas e características sexuais secundárias) (NUNES & NARDI, 2001, p.25).

Os debates que englobam os campos da medicina e da psiquiatria também são desenvolvidos em outras áreas do conhecimento de forma abrangente. Eles pautam-se nas classificações disponíveis sobre a orientação sexual e as identidades de gênero a partir dos conceitos desenvolvidos pela psiquiatria mundial.

No CID 10 (1993), é possível encontrar no grupo dos Transtornos de Personalidade e Comportamento em pessoas adultas, os Transtornos de Identidade Sexual (F64)⁶¹, no grupo dos Transtornos de Personalidade e Comportamento em pessoas adultas. O manual classifica entre os transtornos de Identidade Sexual o *transexualismo* e o *transvestismo de duplo papel*⁶².

O *transexualismo* (F64.0)⁶³ é definido pelo manual como:

Um desejo de viver e ser aceito como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico e um desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia para tornar seu corpo tão congruente quanto possível com seu sexo preferido (CID 10, p. 210, 1993).

Como diretriz diagnóstica, o manual orienta que a identidade transexual precisa estar presente pelo período mínimo de 02 anos e não deve estar associada a outros transtornos mentais como a esquizofrenia ou a anormalidades genéticas e/ou cromossômicas (CID 10, 1993).

De forma semelhante, o manual define *transvestismo de duplo papel* (F64.1) como:

O uso de roupas do sexo oposto durante parte da existência para desfrutar a experiência temporária de ser membro do sexo oposto, mas sem qualquer desejo de uma mudança de sexo mais permanente ou de redesignação sexual cirúrgica associada. Nenhuma excitação sexual acompanha a troca de roupas, o que distingue o transtorno do transvestismo fetichista (CID 10, p. 211, 1993).

⁶¹O bloco dos Transtornos de personalidade e de comportamento em adultos, subdividem-se em categorias do F60-F69. Os transtornos de identidade sexual estão na mesma categoria que outros transtornos específicos de personalidade, incluindo as organizações limítrofes, no caso do transtorno de personalidade emocionalmente instável do tipo borderline (CID 10, 1993).

⁶²Termos empregados no manual CID 10 (1993). O sufixo “ismo” não é mais utilizado, lê-se transexualidade e travestilidade.

⁶³Classificação empregada no manual, para a separação e diferenciação dos transtornos mentais (CID 10, 1993).

Além destes transtornos, existe outra subcategoria semelhante, que engloba Transtornos de Identidade Sexual na Infância (F64.2). Na conceitualização do transtorno, o manual destaca:

Transtornos, usualmente com sua manifestação inicial durante a primeira infância (e sempre bem antes da puberdade), caracterizados por uma angústia persistente e intensa com relação ao sexo designado, junto com um desejo de ser (ou insistência de que é) do outro sexo. Há uma preocupação persistente com a vestimenta e/ou atividades do sexo oposto e/ou repúdio pelo próprio sexo do paciente [...] O diagnóstico de transtorno da identidade sexual na infância requer uma profunda perturbação do sentido normal de masculinidade ou feminilidade; não é suficiente que a menina seja estabonada ou levada como um menino ou que um menino tenha comportamento de menina. O diagnóstico não pode ser feito quando o indivíduo já atingiu a puberdade.

As angústias apresentadas pela não identificação com os gêneros dissidentes são apresentadas pelo manual CID 10 (1993) como transtornos mentais, diagnóstico esse, que se volta para comportamentos e papéis que são “tradicional” pelas construções históricas que englobam diversos fatores sociais sobre a identidade de gênero. Seriam as capacidades psicológicas do indivíduo as responsáveis pela não identificação com os padrões culturais dos gêneros designados no nascimento? Defendemos a educação que seja capaz de proporcionar aos indivíduos a capacidade de analisar criticamente aquilo que já lhe fora designado antes mesmo de saber falar, caminhar e pensar para que não precise sobreviver na própria angústia de existir e ser no mundo.

No DSM V (2014) encontramos como definição da *identidade de gênero*:

[...] é uma categoria de identidade social e refere-se à identificação de um indivíduo como homem, mulher, ou, ocasionalmente, alguma categoria diferente de masculino ou feminino (DSM V, p. 451, 2014).

É possível encontrar no DSM V, a referência da determinação de gênero feminino e masculino ao nascimento, como alusão biológica aos genitais do sexo feminino e do sexo masculino, na seção II dos códigos e critérios diagnósticos como *Disforia de gênero*⁶⁴.

Na categoria de Disforia de Gênero, são encontrados critérios diagnósticos para a disforia percebida tanto em crianças quanto em adultos, conforme apresentados nas tabelas 3 e 4 a seguir:

64 Existem duas seções que são próximas e estão especificadas no DSM V como *Disfunções Sexuais* e *Disforia de Gênero*. A disforia de gênero foi definida como “Descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado [...] refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa” (DSM, p. 451, 2014).

Tabela 2 - Disforia de gênero em crianças

DISFORIA DE GÊNERO EM CRIANÇAS

A - Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo seis dos seguintes (um deles deve ser o Critério A1):

1. Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado).
2. Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas.
3. Forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias.
4. Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero.
5. Forte preferência por brincar com pares do outro gênero.
6. Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas.
7. Forte desgosto com a própria anatomia sexual.
8. Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado.

B - A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízo no funcionamento social, acadêmico ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

Fonte: Adaptado do DSM V, Disforia de gênero, critérios diagnósticos para disforia de gênero em crianças, adolescentes e adultos. p. 452-453.

Tabela 3 - Disforia de gênero em adolescentes e adultos

DISFORIA DE GÊNERO EM ADOLESCENTES E ADULTOS

A - Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes:

1. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas).
2. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas).
3. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do

outro gênero.

4. Forte desejo de pertencer ao outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado).
5. Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado).
6. Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado).

B - A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes do indivíduo.

Fonte: Adaptado do DSM V, Disforia de gênero, critérios diagnósticos para disforia de gênero em crianças, adolescentes e adultos. p. 452-453.

Entre as contradições encontradas ao analisar os critérios diagnósticos apresentados nas disforias de gênero, a de que é preciso existir a manifestação de pelo menos 6 dos critérios apresentados pelo período mínimo de seis meses. Esses, estão relacionados a comportamentos de ordem social e cultural que, conseqüentemente, serão encontradas de outras formas em culturas diferentes, ou seja, não são determinados por fatores exclusivamente biológicos. O que adoce, nestes aspectos, não é o *ser mulher* ou *ser homem*, é a desnaturalização social sobre as *diferenças*, em decorrência da falta de educação sexual emancipatória.

Essas diferenças sociais (discutidas nos itens 1.1 e 1.4) são decorrências de um processo histórico da construção cultural das características que definem *gênero*. A desnaturalização está entre as conseqüências do sistema patriarcal enraizado no Ocidente. Desta forma, é impertinente considerar como doença aquilo que é diferente de um padrão majoritário, justamente porque a diferença se origina nas classes socioculturais, econômicas e políticas.

O manual sugere que para fechar critério diagnóstico é necessário o paciente ter sofrimento clínico significativo (Critério B). O desenvolvimento de trabalhos voltados para a educação sexual possibilita a desconstrução de padrões comportamentais e sociais atribuídos aos sexos biológicos desde o nascimento, o que exclui a noção de doença. Desta forma, a educação sexual escolar poderia influenciar positivamente, na maneira que o indivíduo constrói e vivencia as percepções de si e dos outros.

Os desejos subjetivos relacionados à identificação com gêneros dissidentes também podem ser questionados, quando o manual faz referência a “brincadeiras” e “vestimentas típicas” de acordo com o gênero designado.⁶⁵ Afinal, como seriam

⁶⁵O gênero designado, é apresentado no manual como o gênero do nascimento, ou seja, gênero masculino: para pessoas biologicamente do sexo masculino, e gênero feminino: para pessoas biologicamente do sexo feminino (DSM V, 2014).

atribuídas organicamente, brincadeiras capazes de designar a identidade de gênero? Seriam as brincadeiras e as formas de vestir responsáveis por designarem os gêneros, ou os gêneros atribuídos pela separação realizada pelas brincadeiras e das vestimentas? Evidentemente, a separação ocorre pelos papéis tradicionais de gênero e de sexualidade atribuídos a comportamentos, vestuário e brincadeiras. Ao observar dados da ciência médica como esses e/ou semelhantes, fazemos alusão aos discursos de saber-poder empregados para enfatizar verdades que acabam por diminuir e invisibilizar identidades de gênero dissidentes, assim como reforçar padrões hegemônicos cisgênero-heterossexuais.

Mesmo considerando a exclusão da orientação sexual (em específico, da homossexualidade) como categoria diagnóstica pela associação americana de psiquiatria no ano de 1973, ainda existem caminhos a serem percorridos para de fato desconsiderar não apenas a orientação sexual, mas também as identidades de gênero dissidentes enquanto doença (SADOCK & SADOCK, 2013).

O conhecimento médico exerce significativas influências sobre a sociedade. Comumente nos deparamos com afirmações sobre “o que os médicos dizem” a respeito de determinados temas. Sem negar o saber médico constituído através de anos de pesquisas, quando o assunto é identidade de gênero e sexualidade, a sociedade se pauta na definição médica de doença e, logo, desde a primeira organização social (a família) se comportam como se realmente fosse. (COSTA, 2004)

O liberalismo-escravagista, em sua versão médico-social, também difundiu a ideia de que esse homem e essa humanidade existiam e que cada indivíduo era responsável por sua salvação ou perdição, conforme o trato que desse a seu corpo ou à vida de sua prole. Assumindo essa representação de seu papel social, cada família tornou-se sacerdote da natureza, catequista da humanidade, missionário da saúde, cruzado do Estado. Cada indivíduo passou a querer desempenhar melhor que o outro, através de seu corpo e de sua moral, a função de legítimo herdeiro e guardião da saúde da humanidade. Humanidade que não poderia ter sido concebida no seio do poder aristocrático, que sempre lutou por isolar a camada de sangue azul das demais camadas sociais (COSTA, p. 151, 2004).

Assim como o percurso histórico que constituiu a organização social que chamamos de “família”, a medicina foi e ainda é parte fundamental do mesmo processo histórico. Nesse aspecto, exerce até os dias atuais a perpetuação de valores burgueses sobre o corpo e a individualidade, culminando na concepção de que a família é o “porto seguro” da infância. Seguindo esta lógica higienista, prolongam-se tantas formas de violência sobre a subjetividade das pessoas LGBT, com a justificativa de protegê-los

e/ou curá-los das suas próprias características individuais consideradas como doença, tentativas que pelo contrário, adoecem e matam (COSTA, 2004).

Existe um movimento ativista internacional organizado por pessoas trans chamado *Stop Trans Pathologization*⁶⁶ que visa denunciar de forma pública, a partir de manifestos, a “psiquiatrização”⁶⁷ que reforça formas de violência contra as pessoas trans. A seguir, um trecho do manifesto escrito pela Rede Internacional pela Despatologização Trans (2012):

Legitimar as normas sociais que constroem nossas vivências e maneiras de sentir implica invisibilizar e patologizar o restante das opções existentes e marcar um único caminho que não questione o dogma político sobre o qual se fundamenta nossa sociedade: a existência, única e exclusiva, de somente duas formas de ser e sentir.

O movimento vai de encontro aos ideais reforçados pelo discurso médico e faz as seguintes reivindicações:

- O direito pela modificação de nome e sexo nos documentos sem a necessidade de passar por avaliações médicas e psicológicas;
- O direito de escolha sobre a modificação dos corpos, existindo o amparo para todas as classes socioeconômicas;
- O fim de operações e procedimentos cirúrgicos em recém-nascidos intersexuais ou hermafroditas;
- O acesso ao mercado de trabalho sem que existam violências institucionais que marginalizem as pessoas trans;
- Justiça por todas as pessoas que foram agredidas, assassinadas, discriminadas e violentadas por vivenciarem a identidade de gênero que se sentem à vontade, rompendo com o silenciamento da sociedade frente à estas questões.
- E a reivindicação da alteração nos manuais DSM e CID 11 para despatologizar as identidades trans.⁶⁸

Essas reivindicações dizem respeito às formas com que as pessoas trans são objeto de interesse de diversas áreas do conhecimento, que nem sempre as auxiliam, e por negligenciar os interesses da categoria, perpetuam a desigualdade e a violência social.

⁶⁶A campanha *Stop Trans Pathologization* pode ser lida na íntegra pelo endereço: <http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>. O endereço apresenta as ações do movimento, adesões ao redor do mundo, banners, manifestos, reivindicações, entre outros.

⁶⁷Termo utilizado pelo movimento para denunciar a forma com que as ciências biológicas tentam enquadrar pessoas trans no “Transtorno de Identidade de Gênero” (TIG).

⁶⁸Esta reivindicação foi conquistada pelo movimento no ano de 2018. A próxima versão do CID (11) e do DSM não constará mais conceitos que patologizam as identidades trans.

2.3 A SEXUALIDADE E A IDENTIDADE DE GÊNERO NA PSICANÁLISE

2.3.1 Topografia do aparelho psíquico

Para compreender a relação entre a psicanálise e a identidade de gênero no campo psicanalítico, é pertinente destacar como essa ciência concebe e considera o funcionamento do aparelho psíquico e o desenvolvimento psicosssexual. A psicanálise é uma ciência que pode ser desenvolvida clinicamente, tanto no campo da psicologia, quanto de forma independente, sem a necessidade da graduação em psicologia. O que difere a teoria psicanalítica da psicologia clássica é a forma com que os atos psíquicos são considerados, pois a psicanálise propõe a análise da vida psíquica e dos elementos que constituem a psicodinâmica do indivíduo (TALAFERRO, 1996).

A topografia do aparelho psíquico descrita por Freud não diz respeito a um local físico existente no cérebro, tampouco significa que as instâncias do pré-consciente, consciente e inconsciente sejam delimitadas em três planos específicos com maior ou menor tamanho de concentração (TALAFERRO, 1996).

Deve-se considerar que são forças, investimentos energéticos que se deslocam de certa forma, que têm um tipo de vibração específico e que vão todas estruturar os três sistemas que Freud denominou e dividiu topograficamente em *Inconsciente*, *Pré-consciente* e *Consciente*, cada um deles com características determinadas. Dentro desses três campos de limites imprecisos considera-se a existência de três instâncias ou localizações, que atuam em planos distintos e adquirem as características próprias desse nível da atividade psíquica: o *id*, o *ego* e o *superego* (TALAFERRO, p. 37-38, 1996).

Ao desenvolver um estudo sobre os sonhos, Freud (1996) identificou que ocorrem processos psíquicos com funções significativas na mente, então emprega o termo “aparelho psíquico”, A palavra *topos*, quer dizer *lugar*, dessa forma, *modelo tópico* refere-se à *modelo de lugares*, ideia original de Freud sobre o modelo topográfico. Foram nomeados dois modelos topográficos conhecidos como *Primeira* e *Segunda* tópicos (ZIMMERMAN, 1999).

2.3.2 As duas tópicos do aparelho psíquico

Os fenômenos inicialmente divididos por Freud (1996) em consciente, pré-consciente e inconsciente, são definidos como a *primeira tópica* do aparelho psíquico. As três instâncias da primeira tópica não atuam isoladamente, embora cada uma

apresente suas próprias características e meios de atuação. Entre as particularidades do inconsciente, podem ser consideradas a ausência de cronologia, ausência de contradições e de linguagem simbólica, além da igualdade de valores atribuídos para a realidade interna e a realidade externa, ou o predomínio da realidade interna sobre a realidade externa, em que se sobressai o princípio do prazer⁶⁹ (ZIMMERMAN, 1999).

A existência do inconsciente pode estabelecer-se pelo *conteúdo* e pelo *modo de atuar*. Nos conteúdos, devem-se considerar os *equivalentes instintivos* e as *representações de fatos, objetos e órgãos*.⁷⁰ [...] isto quer dizer que existem no inconsciente elementos instintivos que só se apresentam como tais quando traduzidos para o consciente (TALAFERRO, p. 40-41, 1996).

Dessa forma, existem emoções instintivas e subjetivas que, quando expressadas, dizem respeito às atividades que podem estar ocorrendo no inconsciente. Essas expressões das emoções⁷¹ inconscientes são chamadas de processos primários, por se tratarem das formas mais primitivas de atuação da *psique*. Na ciência psicanalítica, como os processos psíquicos são em essência, inconscientes, demandam meios significativos que podem ser considerados complicados e/ou complexos para chegarem à consciência, pois têm suas próprias regras e leis determinantes que caracterizam e regem este sistema (TALAFERRO, 1996).

Para a psicanálise, o termo subconsciente não é correto: “sub” é uma desvalorização [...] O inconsciente, para a psicanálise, é psicologicamente positivo, é um sistema em constante evolução e investido de energia psíquica (TALAFERRO, p. 39, 1996).

O Inconsciente, portanto, não é um lugar “infernai” e/ou caótico e não existe nada de arbitrário nos acontecimentos psíquicos, todos estão determinados e a diferença é que não existe uma única determinação. O inconsciente tem uma ordem: ele é estruturado como uma linguagem que poderá ser decodificada pelo terapeuta ou pelo psicanalista por meio da psicoterapia (GARCIA-ROZA, 2005).

Outro sistema que integra a primeira tópica desenvolvida por Freud, é o consciente.

O consciente é um órgão de percepção para as impressões que nos absorvem no momento e deve ser considerado como um órgão

⁶⁹“O homem normal aprende a esperar e a acomodar-se a fim de conseguir a satisfação dos instintos; em contrapartida, o neurótico e o psicótico, que se encontram dominados pelo processo primário, não podem suportar o desprazer, pois as tendências do inconsciente buscam sua satisfação” (TALAFERRO, p. 44, 1996).

⁷⁰Grifos do autor.

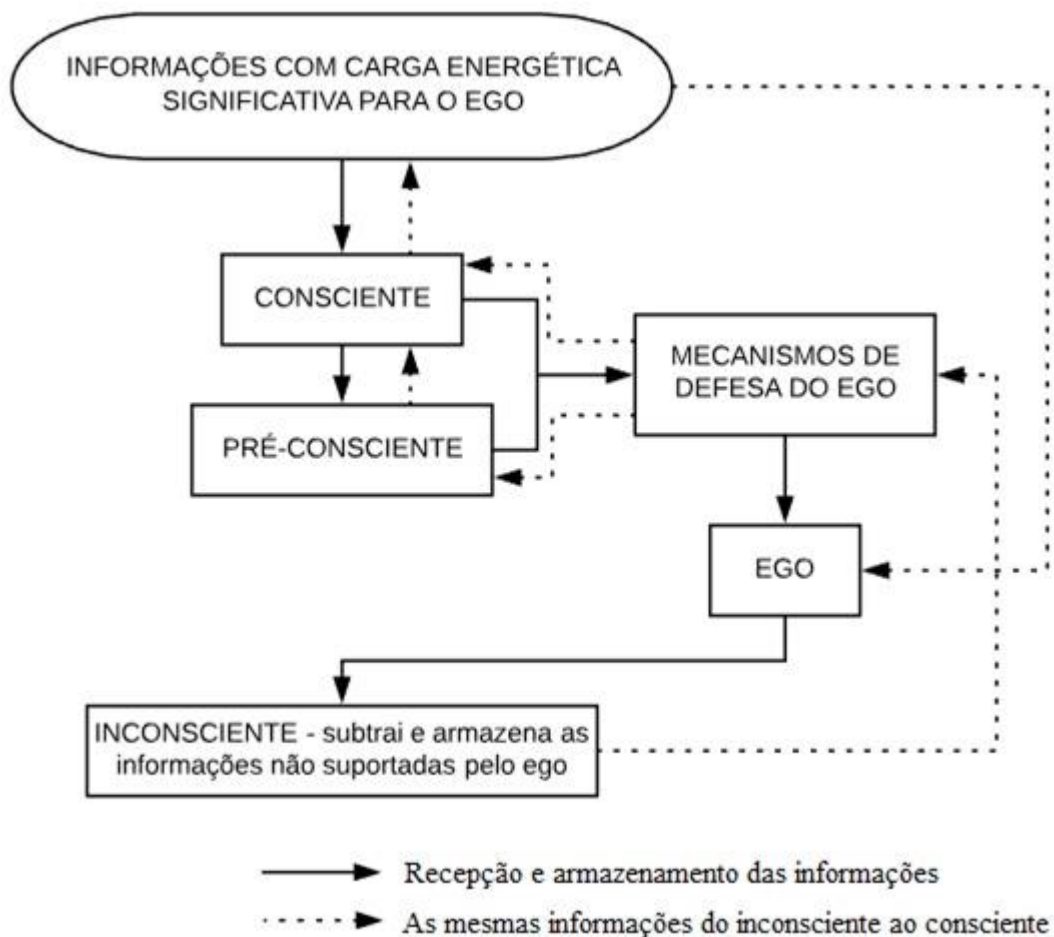
⁷¹Emoções, pensamentos, sentimentos, desejos, etc.

sensorial situado no limite entre o interno e o externo, com capacidade para perceber processos de uma ou outra procedência. [...] Para que um ato psíquico chegue a ser consciente, é necessário que percorra todos os níveis do sistema psíquico (TALAFERRO, p. 46, 1996).

O consciente opera por meio de sensações e percepções que chegam à consciência por diferentes meios e é, num primeiro momento, associado por essa sob a influência destes estímulos que podem (ou não) serem barrados por mecanismos de defesa do ego, de modo que não afete o seu equilíbrio. Assim, o sistema consciente detecta e amortece os estímulos que chegam até ele, permitindo (ou não) que estes mesmos estímulos atuem sobre o ego. Semelhante a isso, também é capaz de transformar cargas energéticas excessivas das informações que chegam até ele para que seja transmitido apenas aquilo que o consciente é capaz de suportar. Para articular as informações existentes entre o sistema consciente e inconsciente, existe o pré-consciente. Esse sistema funciona para interligar e integrar os elementos que transitam do inconsciente para o consciente, possibilitando ou impedindo o acesso aos conteúdos psíquicos (TALAFERRO, 1996).

Dessa maneira, Freud (2016) destaca a significância do desenvolvimento sexual, a partir das teorias de neurose e trauma. Eizirik (2015) demonstra que na existência de conteúdos inconscientes reprimidos pela desaprovação do ambiente, esses transformam-se em afetos e sintomas incompreendidos por traumas e experiências reais, que tornaram-se inconscientes devido ao peso significativo do trauma real, demasiadamente complexo para ser assimilado pela consciência de forma similar ao ego. As memórias, sensações e sentimentos relacionados às experiências traumáticas são, então, reprimidas do consciente para o inconsciente e suas lembranças inaceitáveis ao consciente, “involuntariamente” evitadas. Essas evitações ocorrem devido aos padrões e critérios de condutas morais que integram e constituem o funcionamento do superego.

Figura 1 – Assimilação e armazenamento das informações no inconsciente



Fonte: Autoria própria, 2019.

As informações que podem ser subtraídas ou reprimidas do ego pelo inconsciente são aquelas que o ego consciente não seria capaz de suportar, o que poderia ferir a sua própria integridade. Quando reprimidas no inconsciente, essas informações que não poderiam ser suportadas pelo ego podem manifestar-se por meio de sintomas físicos. Como a figura 1 demonstra, para assimilar as informações que foram reprimidas, o indivíduo pode necessitar de um *ego auxiliar*⁷², que com outro olhar, tornará possível para o paciente, o acesso a estes conteúdos, já que não dispõe dos mesmos mecanismos de defesa⁷³.

Destacam-se entre as teorias psicológicas, de modo geral, como os fenômenos psíquicos se desenvolvem na psique, para que psicólogos busquem contextualizar e compreender tanto o funcionamento psicodinâmico, quanto os significados dos comportamentos subjetivos. A inserção da ciência psicanalítica nos espaços escolares pode fornecer subsídios para que as práticas desenvolvidas por professores e formadores

⁷²O ego auxiliar pode ser encontrado na figura do psicólogo ou do psicanalista.

⁷³São apresentados no item 2.3.3.

possam ser repensadas. Além disso, a utilização da ciência psicanalítica e da psicologia, podem possibilitar ao indivíduo ressignificações, não apenas sobre conteúdos disciplinares e teóricos, mas também para proporcionar alívio das angústias que podem permear as vivências interpessoais.

2.3.3 Os mecanismos de defesa do ego

A partir da teoria da primeira e segunda tópicas, Freud dá continuidade aos seus estudos a fim de investigar a possibilidade da existência de outros processos psíquicos que impossibilitariam o acesso aos conteúdos inconscientes mediados pelo Id e pelo Superego. Ao analisar as formas subjetivas com que seus pacientes lidavam com os “assuntos difíceis”, observou a existência de “mecanismos de defesa”, que além de impossibilitar o acesso aos conteúdos inconscientes, também eram utilizados de forma inconsciente (FREUD, 1996).

Anna Freud (2006) deu continuidade aos estudos desenvolvidos por Sigmund Freud e especifica como se daria o funcionamento dos mecanismos de defesa do ego, que naquele momento, marcavam as novas descobertas sobre o inconsciente. A moção pulsional do ego permitiria ou deixaria de permitir, o acesso a certos conteúdos psíquicos, considerados até então, como inacessíveis nos indivíduos. Cada um tem uma psicodinâmica diferente e, conseqüentemente, atuações diferentes. O acesso aos conteúdos do Id é mais difícil, já que a satisfação que proporciona ao ego pode impossibilitar o desprazer, que surgiria em forma de conteúdo verbal e/ou não verbal. O mesmo não acontece com o Superego, já que os conteúdos derivam do consciente e podem ser apreendidos com maior facilidade, pois o que determina a forma com que o superego é construído são as questões morais incutidas e desenvolvidas pela sociedade.

Esse processo se inicia na primeira instituição social que a criança tem contato: a família. É na família que aprende sobre valores, regras de convivência e determinações sociais, sobre o que é certo e o que é errado a partir da cultura, sociedade e classe social que permeia a instituição familiar. Sendo assim, cada uma terá funcionamento psicodinâmico próprio. Conseqüentemente, existirão famílias tanto flexíveis quanto rígidas.

Nesse processo, os mecanismos de defesa são utilizados subjetivamente por cada indivíduo, com a finalidade de proteger o ego:

Situado entre o Id e o meio ambiente, e constantemente controlado pelo superego, o ego encontra-se em posição bastante difícil. Isso as

vezes lhe provoca angústia, e esta mobiliza o processo defensivo. A angústia é motivada pelo perigo de que a organização total do ego possa ser destruída (TALAFERRO, 1996, p. 77)

Para isso, constrói barreiras que possam ser capazes de protegê-lo de conteúdos que considera perigosos e são de ordem intrapsíquica, extra psíquica ou ambiental. Os mecanismos de defesa⁷⁴ podem atuar variavelmente sobre uma gama infinita de assuntos, conceitos, desejos, pensamentos e sentimentos, em conjunto e/ou isoladamente. Também podem ser acionados por estímulos ambientais externos que se remetam diretamente à assuntos específicos que podem estar relacionados com a identidade de gênero e a sexualidade. Como exemplo disso, podemos citar os espaços frequentados por pessoas LGBT e de discussões sobre educação sexual formal que abordem assuntos não-resolvidos ou evitados por motivações que podem incluir traumas reais.

Nesse viés, segundo Anna Freud (2006), entre os mecanismos de defesa conhecidos, alguns conseguem barrar cargas afetivas e/ou instintivas maiores que outros. De acordo com Talafarro (1996), as motivações que levam o ego à escolha de algum tipo de mecanismo de defesa são pouco conhecidas e que, na teoria, o ego recorre à repressão quando necessita inibir e combater os desejos sexuais. Entre os mecanismos de defesa do ego que atuam no aparelho psíquico, destacamos breves conceituações e exemplos que podem ser vistos nos quadros a seguir:

⁷⁴Foram inicialmente desenvolvidos por Sigmund Freud e posteriormente retomados e aprofundados por sua filha, Anna Freud em: “O ego e os mecanismos de defesa” (2006)

Quadro 5 - Mecanismo de defesa do ego: Anulação ou reparação.

ANULAÇÃO OU REPARAÇÃO	
CONCEITO	“Mecanismo psicológico pelo qual o sujeito se esforça por fazer com que pensamentos, palavras, gestos e atos passados não tenham acontecido; utiliza para isso um pensamento ou um comportamento com uma significação oposta” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 27, 1998)
EXEMPLO	Como exemplo, podemos citar os comportamentos obsessivos relacionados à religiosidade, que podem significar a anulação ou reparação de ações e pensamentos sobre a identidade de gênero e a orientação sexual. Nesse sentido, os comportamentos compulsivos (rezar compulsivamente) anulam pensamentos obsessivos (ser trans, por exemplo).

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quadro 6 - Mecanismo de defesa do ego: Formação reativa.

FORMAÇÃO REATIVA	
CONCEITO	Na formação reativa, o ego busca realizar o oposto das vontades do Id, protegendo o ego permanentemente contra as ameaças deste (FREUD, 2006).
EXEMPLO	Como exemplo, podemos citar um indivíduo que odeia o movimento LGBT, mas busca aproximar-se e manter no círculo de amigos, pessoas que são LGBT para, dessa forma, o desejo real não seja “questionado” pelo ego.

Quadro 7 - Mecanismo de defesa do ego: Identificação.

IDENTIFICAÇÃO	
CONCEITO	“Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 226, 1998).
EXEMPLO	Ao utilizar esse mecanismo de defesa, o indivíduo identifica-se de forma parcial ou total com o objeto.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quadro 8 - Mecanismo de defesa do ego: Isolamento.

ISOLAMENTO	
CONCEITO	“[...] consiste em isolar um pensamento ou comportamento, de tal modo que as suas conexões com outros pensamentos ou com o resto da existência do sujeito ficam rompidas” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 258, 1998).
EXEMPLO	O isolamento ocorre quando o indivíduo tem desejos sobre algo ou alguém e, dessa forma, isola-se do objeto desejado. Como exemplo, poderíamos citar pessoas cisgênero que podem, em algum momento, ter se deparado com pensamentos que questionem o a identidade expressada e sintam desejo em conhecer mais sobre a transexualidade. Ao se perceberem com esses pensamentos, evitam assuntos que sejam voltados à transexualidade, assim como a proximidade de pessoas que sejam transexuais.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quadro 9 - Mecanismo de defesa do ego: Projeção.

PROJEÇÃO	
CONCEITO	“[...] o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo “objetos” que ele desconhece ou recusa nele” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 374, 1998).
EXEMPLO	Como exemplo, podemos citar indivíduos que projetam, de maneira pejorativa, suas frustrações relacionadas à própria sexualidade em pessoas que acreditam (de forma inconsciente), vivenciarem com liberdade as experiências sobre o próprio corpo, expressão da identidade de gênero e orientação sexual.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quadro 10 - Mecanismo de defesa do ego: Regressão.

REGRESSÃO	
CONCEITO	“Num processo psíquico que contenha um sentido de percurso ou de desenvolvimento, designa-se por regressão um retorno em sentido inverso desde um ponto já atingido até um ponto situado antes desse” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 440, 1998).
EXEMPLO	Isso significa que o indivíduo poderá regredir para uma fase anterior do desenvolvimento em que se encontra. Fazendo alusão à um ego imaturo na utilização desse mecanismo de defesa, em específico, o indivíduo, inconscientemente, acredita que ao regredir para uma fase do desenvolvimento em que se sentia mais seguro, estará a salvo do que ameaça o ego no momento.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quadro 11 - Mecanismo de defesa do ego: Repressão.

REPRESSÃO	
CONCEITOS	<p>“Termo empregado em psicologia para designar a inibição voluntária de uma conduta consciente. Em psicanálise, a repressão é uma operação psíquica que tende a suprimir conscientemente uma ideia ou um afeto cujo conteúdo é desagradável” (ROUDINESCO & PLON, p. 659, 1998).</p> <p>“Operação psíquica que tende a fazer desaparecer da consciência um conteúdo desagradável ou inoportuno: ideia, afeto, etc. Neste sentido, o recalque seria uma modalidade especial de repressão” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 457, 1998).</p>
EXEMPLO	<p>Ao reprimir pulsões voltadas à identidade de gênero, os indivíduos podem evitar qualquer contato com a identidade desejada inconscientemente.</p>

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quadro 12 - Mecanismo de defesa do ego: Sublimação.

SUBLIMAÇÃO	
CONCEITOS	<p>“Processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. [...] como atividades de sublimação, a atividade artística e a investigação intelectual” (LAPLANCHE & PONTALIS, p. 495, 1998).</p>
EXEMPLO	<p>Como exemplo, podemos citar o indivíduo que sente vontade de agredir fisicamente um colega de trabalho. A sublimação pode ocorrer na prática de lutas marciais, corridas ao ar livre e/ou até mesmo ouvindo músicas.</p>

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quadro 13 - Mecanismo de defesa do ego: Troca de uma pulsão pela sua contrária.

TROCA DE UMA PULSÃO PELA SUA CONTRÁRIA⁷⁵	
CONCEITO	<p>“Consiste na mutação do amor a um objeto por ódio a esse mesmo objeto” (TALAFERRO, p. 85, 1996).</p>
EXEMPLO	<p>Como exemplo, podemos citar o indivíduo cisgênero heterossexual que busca travestis e transexuais prostitutas em busca de favores sexuais. Em determinado momento se apaixona por uma travesti e, em companhia de um grupo de amigos, a procura em outro momento para agredi-la física e psicologicamente.</p>

Fonte: Autoria própria, 2019.

⁷⁵Também encontrado como “troca de um instinto pelo seu contrário”.

Quadro 14 - Mecanismo de defesa do ego: Volta da pulsão contra o próprio ego.

VOLTA DA PULSÃO CONTRA O PRÓPRIO EGO	
CONCEITOS	“Trata-se do mecanismo pelo qual uma carga excessiva, primitivamente dirigida contra um objeto do mundo exterior, volta-se contra o ego e chega, às vezes, a destruí-lo, tal como ocorre nos suicídios” (TALAFERRO, p. 86, 1996).
EXEMPLO	Como exemplo, podemos citar as pessoas travestis e transexuais (tanto homens quanto mulheres) que ao serem excluídos e não aceitos nos ambientes familiares e sociais, se suicidam ou realizam condutas auto lesivas. Da mesma forma, quando papéis tradicionais culturais e/ou religiosos são percebidos de forma significativa pelo indivíduo podem se transformar em tendências suicidas.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Os mecanismos de defesa podem ser objetos de análise na psicologia clínica. A compreensão dos conceitos para serem utilizados na prática dos professores pode ser considerada uma demanda um tanto quanto complexa, uma vez que exigiria, na formação, a teoria psicanalítica e o engajamento para a aplicação nas práxis. Mesmo assim, conhecer sobre a atuação dos mecanismos de defesa do ego demonstra que existem outros fatores que interligam a subjetividade com o meio social e podem influenciar no silenciamento ou nas repressões que os professores podem realizar de forma inconsciente na relação com os alunos.

Embora os mecanismos de defesa sejam utilizados inconscientemente para proteger o ego, ressaltamos que o contato e o conhecimento da teoria psicanalítica, de forma teórica ou clínica, pode facilitar (o ego) dos indivíduos que a procuram a lidarem melhor com a própria identidade de gênero. Isso ocorre porque possibilita o autoconhecimento de forma que auxilie na compreensão e na aceitação de si mesmo e, conseqüentemente, dos outros.

Nesse sentido, repensar as práticas cotidianas e o desenvolvimento de papéis sociais com o auxílio da psicanálise pode amenizar o sofrimento ocasionado pela imposição de papéis tradicionais, não apenas para homens e mulheres transgêneros, mas também para as pessoas cisgêneras.

III. IDENTIDADE DE GÊNERO, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: LIMITES, POSSIBILIDADES E REPERCUSSÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

Partimos da premissa de uma educação sexual emancipatória que possibilita a compreensão tanto da dinamicidade quanto da complexidade das relações, considerando a unicidade da sexualidade humana. A educação sexual é determinada como emancipatória por ter como objetivo a superação do conceito de alienação, que é uma das características enfatizadas pelo pensamento marxista (GAGLIOTTO, 2009).

Assim como a sexualidade, a identidade de gênero também é permeada por mitos e tabus construídos a partir das relações interpessoais nos âmbitos sociais e econômicos. Neste aspecto, inserir na educação sexual as questões de gênero pode emancipar indivíduos *cis* e *trans*, desconstruindo amarras que impedem as vivências de uma sexualidade única, subjetiva e saudável.

Contudo, embora a sexualidade e o gênero sejam assuntos distintos, consideramos pertinente dialogar sobre a identidade de gênero, sem excluir por completa a ligação comumente atribuída à sexualidade, já que assim como comportar-se de acordo com o padrão hegemônico da identidade *cisgênero*. Dessa maneira, aqueles que não seguem esse modelo são relacionados a orientações sexuais que diferem da heterossexualidade e a dicotomia identidade de gênero-orientação sexual, que foge da hegemonia, nem sempre é vista com bons olhos.

Nessa lógica, desconstruir conceitos que já estão arraigados não é uma tarefa fácil. Embora sejamos indivíduos em construção e desconstrução contínua, interminável e ininterrupta, existem ideais assimilados no inconsciente desde a nossa primeira infância e nem sempre estamos propensos a questioná-los e a readequá-los a partir de novas informações que nos são apresentadas, ao menos não de forma consciente. As disposições de novos conhecimentos sobre a identidade de gênero podem ser e/ou se tornar inaceitáveis para o interlocutor. Portanto, é pertinente olhar para a identidade de gênero como algo complexo e inacabado, inerente à personalidade humana e pertencente ao desenvolvimento humano como um todo, performativo do nascimento à morte e infinitamente disposto a regras sociais e determinações morais.

Desta forma, elencamos neste capítulo o papel da psicologia no atendimento às pessoas *trans*, a partir das resoluções 001/1999 e 001/2018 do Conselho Federal de Psicologia e do Código de Ética do profissional psicólogo. Também salientamos discussões pertinentes no campo da educação na relação interpessoal entre professores-

alunos e as significativas influências que podem repercutir no desenvolvimento de repressões sobre a identidade de gênero. Posteriormente, dissertamos sobre a educação sexual escolar e as consequências positivas que pode fornecer para crianças e adolescentes em desenvolvimento.

3.1 O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS TRANS

O Dia Nacional da Visibilidade Trans é comemorado na data de 29 de janeiro desde 2004, quando um grupo composto por 27 pessoas travestis, homens e mulheres trans entraram no Congresso Nacional em Brasília para o lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, promovida pelo departamento de DST’s, AIDS e Hepatites do Ministério da Saúde. Em termos de visibilidade social, a data ficou considerada como um marco histórico por ter sido a primeira campanha a nível nacional idealizada e organizada pelas pessoas trans, com o intuito de promover o respeito à cidadania e à diversidade das identidades de gênero (VIANA, 2019).

Desde então, uma série de campanhas são realizadas todos os anos nesta data alusiva à visibilidade trans. Os outros integrantes da sigla LGBT, assim como simpatizantes do movimento, também se juntam ao movimento trans na luta pela igualdade de direitos e cidadania com a realização de manifestações e passeatas que visam o nome social e espaços na área da educação e do trabalho. De forma semelhante, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem desenvolvido cada vez mais encontros que apresentam como pauta, a despatologização de pessoas trans.

Ao promover encontros para debater as políticas existentes para a população trans, o CFP também elabora, com a participação de todos os psicólogos das sedes e subsedes regionais, documentos que normatizam as intervenções a serem desenvolvidas pelos psicólogos em todas as áreas de atuação. No dia 29 de janeiro de 2018, o CFP realizou o evento intitulado “Diálogos Digitais: Dia da Visibilidade Trans”, com debates sobre a resolução 01/99 e a divulgação de uma resolução (01/2018) construída para orientar os psicólogos com relação ao atendimento das pessoas trans, partindo cada vez mais, das pautas solicitadas pelas próprias pessoas trans.

Entre os documentos que pautam a defesa dos direitos sexuais pelo CFP, existe a Resolução 01 de 22 de março de 1999, (001/1999) que “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual” (CFP, p. 01, 1999). O documento elaborado pelo CFP, reitera que independente da área de atuação, o

psicólogo inevitavelmente acaba se deparando com demandas relacionadas à sexualidade. Dispõe sobre a necessidade de compreender que a sexualidade faz parte da vida do ser humano e que deve ser compreendida na sua totalidade, excluindo enquanto possibilidade, diagnósticos de doenças, distúrbios ou perversões.

Quadro 15 - Artigos dispostos na resolução 001/1999 - CFP

Art. 1º	“Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade”.
Art. 2º	“Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas”.
Art. 3º	“Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”. Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.
Art. 4º	“Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica”.
Art. 5º	“Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”.
Art. 6º	“Revogam-se todas as disposições em contrário”.

Fonte: Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia.

Embora seja uma Resolução existente desde 1999, constantemente o Conselho Federal de Psicologia precisa entrar com ações que buscam reforçar a validade dessa, para lutar contra ideais políticos partidários que tentam sancionar projetos de leis que coíbem a fiscalização do CFP aos profissionais que busquem realizar a chamada “Cura Gay”.

Para mais, o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011⁷⁶, arquivado em 2013, visava sustar os artigos 3º e 4º da Resolução 001/1999 (Quadro 15), defendendo a ideia de que os psicólogos devem poder exercer, como se fosse possível, “terapias de

⁷⁶Pode ser lido na íntegra através do endereço: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=881210&filename=PDC+234/2011

reorientação sexual” para as pessoas que desejem deixar de gostar de pessoas do mesmo sexo biológico de nascimento, e serem heterossexuais.

Para a justificativa de sustar os artigos 3º e 4º da Resolução 001/1999, foi utilizado o argumento de que o CFP estaria realizando “abuso de poder” ao construir a normativa. Mesmo que a homossexualidade já não seja mais considerada uma patologia, a Resolução do Conselho Federal de Psicologia é imprescindível para que psicólogos não utilizem o conhecimento adquirido a fim de reforçarem atos discriminatórios nos atendimentos.

Desse modo, isso deve ocorrer porque existem movimentos entre os próprios psicólogos que defendem a Cura Gay. Uma ação popular já foi organizada pelos defensores e contestada por diversas entidades, como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, Aliança Nacional LGBT, Defensoria Pública da União, Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros (CFP, 2018).

As lutas e disputas pelo reconhecimento ou não da existência de orientações sexuais diferentes da heterossexualidade são debates contínuos entre os próprios psicólogos: aqueles que respeitam e buscam promover a igualdade, o respeito e a dignidade às pessoas LGBT e aqueles que defendem que a prática deve ser questionada, reforçando vieses patológicos da orientação sexual. A frequência com que as discussões e as divergências de opiniões a respeito da Cura Gay ocorrem entre os psicólogos demonstram como formações em educação sexual são necessárias para ampliar os debates e melhor atender as necessidades de quem procura o auxílio de terapias da psicologia.

O Código de Ética do psicólogo (p. 07, 2005) apresenta entre os princípios que fundamentam a atuação que

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A partir disso, mesmo que existam pessoas incomodadas com a própria orientação sexual, não cabe aos psicólogos a “reversão”, já que o sofrimento pode estar atrelado às imposições de papéis tradicionais da hegemonia *cis-hétero* e consequentemente a frustrações familiares e sociais por não seguir o padrão, o que pode motivar “desejos de mudança” sobre a pessoa que é. Ao aceitar realizar terapias de reorientação sexual, o psicólogo não estará promovendo a saúde mental e contribuindo para eliminar quaisquer formas de opressão. Muito pelo contrário, estará produzindo

novas condições alienantes que impossibilitam os indivíduos de viverem uma sexualidade plena (SAFFIOTTI, 1976).

No mesmo panorama que a orientação sexual, se encontra a identidade de gênero. Borba (2016) realizou uma pesquisa sobre as vicissitudes do processo transexualizador do SUS, acompanhando a trajetória da equipe multidisciplinar que realizava os atendimentos às pessoas trans interessadas pelas terapias hormonais e/ou a inserção na busca por cirurgias de redesignação sexual. No Brasil, as cirurgias de redesignação sexual são realizadas desde o ano de 2008 e são custeadas pelo SUS. Infelizmente, embora essa possibilidade possa ser recorrida pelas pessoas trans, acaba não fazendo parte da realidade de todos (as) que a desejam.

As filas de espera, nos poucos centros de saúde no Brasil que oferecem para a realização das cirurgias, dispõem de anos de espera para aqueles que conseguem passar por todos os procedimentos que antecedem e influenciam a inclusão ou não de candidatas e candidatos na fila. Borba (2016) demonstra as formas com que o processo que antecede a cirurgia de redesignação sexual é marcado pelo conhecimento que médicos e psicólogos têm, o que constitui um paradoxo sobre quem, de fato, define quem são as pessoas trans.

As diferenciações acabam consistindo numa fusão entre identidade de gênero e orientação sexual para delimitar quais seriam os candidatos para realizar a cirurgia de redesignação sexual, partindo do determinismo biológico e cultural sobre o que é ser homem e o que é ser mulher e não na construção que resulta em diferentes formas de identidades, como apontam Haraway (2004) e Scott (1989).

Um dos fatores que designam a influência dos discursos da medicina e da psicologia no processo está na forma com que as pessoas interessadas se orientam e de certa forma se adequam às formas de *ser* que não condizem com a realidade vivida e experienciada no dia a dia no momento das consultas.

Entre as narrativas da necessidade de *desaprender a ser*, Borba (2016) destaca a modificação da expressão corporal e estética durante as consultas e a orientação que as mulheres trans que já estão na fila fornecem para novas candidatas, entre elas, negar que sente prazer com o pênis, para adequarem-se ao pensamento médico que prioriza como parâmetro, o sexo biológico de nascimento. O mesmo ocorre para que se adequem aos manuais DSM e CID.

Felizmente, embora ainda existam muitos objetivos a serem alcançados, psicólogos e psicólogas têm se unido cada vez mais em prol das demandas de pessoas trans. Nestes aspectos, a Resolução 001/2018 caracteriza avanços significativos no

atendimento às pessoas trans. O documento foi organizado pelos psicólogos de todo Brasil, atentando-se às demandas e reivindicações pela igualdade de direitos dos indivíduos trans. Pauta-se no Código de Ética do psicólogo (2005), no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas diferenças a serem consideradas e respeitadas a respeito de *sexo e identidade*, reconhecendo que a identidade de gênero deve ser pautada nas experiências individuais, negando o determinismo biológico.

A norma padrão e hegemônica cis, é reconhecida na Resolução 001/2018 como influência que auxilia na patologização das identidades de gênero de pessoas que não expressam e/ou possuem familiaridade com a identidade culturalmente designada no nascimento.

Quadro 16 – Artigos dispostos na resolução 001 de 29 de janeiro de 2018 do CFP.

Art. 1º	“As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis”.
Art. 2º	“As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis”.
Art. 3º	“As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante a discriminação de pessoas transexuais e travestis”.
Art. 4º	“As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis”.
Art. 5º	“As psicólogas e os psicólogos, no exercício de sua prática profissional, não colaborarão com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias em relação às transexualidades e travestilidades”.
Art. 6º	“As psicólogas e os psicólogos, no âmbito de sua atuação profissional, não participarão de pronunciamentos, inclusive nos meios de comunicação e internet, que legitimem ou reforcem o preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis”.
Art. 7º	<p>“As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis.</p> <p>Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero”.</p>

Art. 8º	“É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis”.
Art. 9º	“Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”.

Fonte: Resolução 001/2018 do Conselho Federal de Psicologia.

A ativista Andreia Lais Cantelli, representante da Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros do Brasil (ANTRA/BR), tem participado de vários momentos de discussões sobre os interesses da população trans no CFP. Entre as pautas destacadas por ela, as queixas que partem das pessoas que são atendidas pelos psicólogos, sobre a falta de conhecimento ou a dificuldade destes em diferenciarem os termos identidade de gênero, orientação sexual, travesti, transexual, transgênero, intersexual, entre outros.

Diante do exposto, as ações dos psicólogos ficam pautadas nos princípios normativos da Resolução 001/2018. Destacamos os artigos 7º e 8º, que dão ênfase a atuação que não deve objetivar o enquadramento a qualquer forma de diagnóstico e/ou transtorno, fornecendo às pessoas trans a voz de direito sobre decisões e a própria existência, vozes que nunca deveriam ter sido silenciadas. Compactuamos com as resoluções apresentadas (001/1999 e 001/2018) e defendemos que debates que envolvam as temáticas identidade de gênero e orientação sexual, deveriam ser discutidas logo na formação acadêmica do psicólogo inseridas na ementa dos cursos de psicologia, pois se tratam de demandas urgentes para a despatologização.

3.2 FALAR PARA QUÊ? OS MECANISMOS DE DEFESA DO EGO ENQUANTO SILENCIADORES DE IDENTIDADES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Existem diversos elementos a serem considerados nas práxis pedagógicas dos espaços escolares. Os problemas podem ser encontrados de formas diferentes conforme cada classe social. Nas menos abastadas economicamente, comumente surgem inúmeras demandas emergentes de problemas sociais atingindo diretamente as famílias, como a fome, violências intrafamiliares, invisibilidade social, moradia precária, falta de saneamento básico entre outras. Como consequência, excluindo fatores orgânicos, essas demandas podem auxiliar na ocorrência de problemas de aprendizagem. Estes temas são

amplamente discutidos em pesquisas nas áreas das ciências humanas e das ciências sociais, especificamente no campo da Educação, por autores como Paulo Freire, Demerval Saviani, Newton Duarte, entre outros. Como nossa intenção não é abordar de forma isolada e aprofundada cada um dos temas, iremos nos referir a eles como demandas socioeconômicas.

Apesar de existirem diversas necessidades consideradas hegemonicamente como prioridades, questões voltadas à identidade de gênero e a sexualidade também devem ser vistas como tal, assim como a relação de interação entre professor-aluno. Os estudos das abordagens psicanalíticas como subáreas da psicologia, enfatizam a importância do vínculo construído entre paciente-terapeuta. A forma com que o psicólogo media a relação com o paciente, pode significar o sucesso da terapia ou seu fracasso.

Da mesma forma, é pertinente considerar o contexto social e cultural que os professores estão inseridos nas diferentes realidades encontradas nas classes sociais, assim como a dinâmica de funcionamento das escolas⁷⁷, além de outros fatores que englobam o Estado, como questões salariais, planos de carreira, aposentadoria, entre outros.

Ademais, André *et al* (1999) em “*Pedagogia das diferenças*” aborda as dificuldades encontradas pelos professores em sala de aula, entre elas, a diversidade dos níveis de aprendizagem existentes em um mesmo espaço, que demandam do professor jogo de cintura para conseguir lidar com uma série de imprevistos que possam eventualmente surgir. A diversidade de gênero, sexualidade e conhecimento nas escolas, de forma geral, ainda é considerada um problema por comportar em um mesmo espaço, existências, conhecimentos, restrições morais, condições socioeconômicas e culturas diferentes. Ao nos referirmos à importância da relação entre professor-aluno, nossa intenção não é culpabilizar a escola e os professores sobre não abordar a temática da identidade de gênero. Desenvolver um trabalho que inclua todas as formas de diversidades pode ser considerada uma demanda complexa.

Seja qual for o grau de seleção prévia, ensinar é confrontar-se com um grupo “heterogêneo” (do ponto de vista das atitudes, do capital escolar, do capital cultural, dos projetos, das personalidades, etc...). Ensinar é ignorar ou reconhecer estas diferenças, sancioná-las ou tentar neutralizá-las, fabricar o sucesso ou o insucesso através da avaliação formal e informal, construir identidades e trajetórias (PERRENOUD, 1993, p. 28).

⁷⁷Regras, programas utilizados no contexto escolar a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), reforçamento de papéis tradicionais, costumes, ética, moral, etc.

A tendência é que no processo de ensino-aprendizagem *heterogêneo*, ocorra uma homogeneização, disposta não apenas sobre a apresentação dos conteúdos nas disciplinas a considerar a idade que cada aluno tem, mas também sobre a identidade de gênero e questões voltadas a sexualidade. O parâmetro utilizado para tornar *homogênea* a disposição de ideias e conteúdos que exigem explicações mais específicas, acaba sendo baseada na hegemonia sociocultural do contexto em que alunos e professores estão inseridos. As relativizações podem ocorrer quando os temas são voltados às configurações familiares, expressões corporais, orientação sexual, etc (ANDRÉ *et al*, 1999).

As simpatias e antipatias construídas pelos professores em detrimento aos alunos é percebida por estes por meio de comportamentos verbais e não verbais, do dito e do não dito. São assimiladas subjetivamente, pelo pré-consciente, e armazenadas no inconsciente, que passa a atuar de acordo com as informações apreendidas. Estabelecer coletivamente, relações de neutralidade com relação a toda a coletividade é um processo que demanda longos processos de autocríticas a respeito da própria prática. A atuação do professor pode ser assimilada, mesmo que de forma inconsciente e relacionada a figuras de autoridade que fazem e/ou fizeram parte da vida de cada aluno, podendo este vivenciar em maior ou menor grau, os conflitos subjacentes com a figura representada pelo professor (NÁSIO, 2007).

Tanto a simpatia quanto a antipatia constituem processos de interação. Quando temos “simpatia” por uma pessoa, tendemos a interpretar favoravelmente o seu comportamento, e a agir de acordo com essa interpretação. Esse processo, por sua vez, provoca comportamentos que tendem a acentuar a relação simpática, e por isso as relações amistosas, uma vez estabelecidas, tendem a acentuar-se, e os amigos a tornar-se cada vez mais amigos. Pelas mesmas razões, a antipatia, se estabelecida numa situação de interação constante, tende a acentuar-se cada vez mais, até que as duas pessoas se afastem ou entrem em conflito direto (PATTO, p. 310, 1997).

A partir disso, as interações entre professor-aluno vão se constituindo em relações significativas ou não, a partir de identidades e diferenças. A dinâmica existente em sala de aula pode constituir profundos e significativos vínculos tanto de amor quanto de ódio entre professores e alunos. A “despersonalização” do professor representa em maior ou menor grau o que a hegemonia da sociedade considera como importante transmitir, enquanto imagem e conteúdo, colocando à disposição dos alunos, uma infinita gama de comportamentos e de representações tradicionais que podem ou não serem seguidos como modelo. Na dinâmica da interação entre o grupo de alunos e o

professor em sala de aula, a importância da figura de referência que este último proporciona, pode auxiliar na validação e na construção de novas representações sociais que os alunos podem desenvolver sobre identidades de gênero dissidentes. O mesmo processo pode ocorrer ao questionar feminilidades e masculinidades (MOSCOVICI, 2003; SILVA, 2000; PATTO, 1997).

Nesse âmbito, Silva (2000, p.73) apresenta considerações pertinentes a respeito das identidades e diferenças:

Em geral, o chamado “multiculturalismo” apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. É particularmente problemática, nessas perspectivas, a ideia de diversidade. Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a política da identidade e da diferença. Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tentem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas.

Ademais, Morrow & Torres (1997) também enfatizam a reprodução de tendências convencionais a respeito da reprodução de modelos de feminilidades e masculinidades nos espaços escolares, especialmente nas séries iniciais, que são enfatizados comportamentos morais para inculcar regras de convívio social na aprendizagem infantil. A ideia de que à escola cabe repassar aos alunos somente o ensino de conteúdos considerados básicos⁷⁸ e que aos responsáveis pela criança ou adolescente corresponderia escolher ou não desenvolver a educação sexual, é equivocada. Pesquisas que abordam a violência sexual na infância e na adolescência, demonstram que a maioria dos agressores (tanto homens quanto mulheres) são os próprios familiares, ou pessoas que são próximas da família da vítima (VAGLIATTI, 2014).

Todas as formas de violências podem ocorrer tanto nos ambientes familiares quanto nos espaços escolares, lugares que ilusoriamente acabam sendo generalizados como lugares seguros, mesmo que nem sempre o sejam. Família e escola deveriam estar preparados cientificamente, para servir de amparo. Caso a família não dê o suporte necessário para crianças e adolescentes, no que tange os assuntos que derivam dos temas identidade de gênero e sexualidade, a escola poderia amparar e vice-versa. Quando as responsabilidades sobre quem deveria ou não falar sobre estes temas entra em pauta, o público juvenil de interesse acaba ficando de lado. O fato é que ambos podem abordar as temáticas.

⁷⁸Como português e matemática, por exemplo.

A desconstrução de paradigmas a respeito da identidade de gênero nos espaços escolares se inicia, com o processo de naturalização do conteúdo, pelo menos esta seria a forma ideal. Ao construir uma atmosfera de tensão, que implicitamente pode estar dizendo que o tema é misterioso e/ou proibido, de forma inconsciente, os professores estarão dizendo algo a respeito, mesmo que a linguagem não tenha necessariamente sido verbalizada. Isto ocorre porque a abordagem da temática pode eliciar respostas individuais de significados já familiarizados, constituindo novas representações sociais sobre o assunto. Abordar a identidade de gênero nos espaços escolares, também pode eliciar insight's no professor, a respeito da própria identidade (FREUD, 2006; MOSCOVICI, 2003).

Nesta perspectiva, os mecanismos de defesa do ego não atuam somente em espaços promovidos para o desenvolvimento de psicoterapias individuais, podendo serem encontrados em grupos e contextos que não tenham relação com a prática da psicologia, como nas relações entre professores-alunos. Assim como podem ser observáveis por meio de comportamentos e/ou verbalizações dos alunos, podem não o ser. O isolamento enquanto mecanismo de defesa, não pode passar despercebido em alunos vistos como “aqueles que não atrapalham o andamento da aula” (FREUD, 2006).

Todos os mecanismos de defesa até então elencados por Anna Freud, demonstram quanto são significativas todas as relações interpessoais e como grupos e organizações institucionais e sociais não são os únicos a influenciarem formas de sentir e se comportar no mundo. Individualmente, estamos infinitamente dispostos a regras e determinações morais que variam em maior ou menor grau em ambientes e tempos diferentes. Professores e outros agentes pedagógicos podem ser para muitas crianças e adolescentes um modelo de existência a seguir, de identificação e referência (MARTINS, 2007).

Dessa forma, defendemos que é impossível separar aspectos psicológicos da personalidade do professor da didática envolvida para ensinar. O conhecimento psicanalítico relacionado à educação sexual formal pode propiciar aos educadores de todas as disciplinas, momentos de reflexões sobre fatores que subjetivamente constroem as identidades de gênero e podem acabar limitando a forma com que o assunto é ou não abordado nos espaços escolares.

3.3 IDENTIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

Como salienta Figueiró (2011), a *Educação Sexual*⁷⁹ não é um campo à parte da Educação que engloba a vida escolar e acadêmica de todos os indivíduos. Para que os professores possam desenvolver a emancipação sexual, precisam tanto de conhecimento quanto de cientificidade no momento de ensinar, assim como qualquer outro conteúdo disciplinar. Dependendo da forma com que cotidianamente professores e funcionários da escola lidam com as demandas da identidade de gênero e da sexualidade, podem acabar construindo ou reforçando uma atmosfera de mistério composta por discriminação, preconceito e comportamentos que propõe a disseminação de discursos de ódio. Como consequência, destacamos a busca que crianças e adolescentes fazem para sanar as dúvidas e/ou curiosidades em fontes não confiáveis como internet e pornografia.

A identidade de gênero assim como a sexualidade, inseridas nos contextos educacionais, também precisa ser dotada de critérios éticos e de responsabilidade social. Quando o assunto é *prazer e bem-estar* consigo mesmo (a), não significa que deva ser ensinado aos alunos que vivenciar de forma irresponsável a própria identidade de gênero e/ou sexualidade seja uma possibilidade. Isso porque relacionar-se afetivamente e sexualmente com outras pessoas, abarcam princípios éticos como respeito e cuidado com a (as) outra (as) pessoa (as)⁸⁰ (GAGLIOTTO, 2009; VEIGA-NETO, 2011).

Ao ensinar sobre educação sexual, responsáveis e educadores também estarão ensinando crianças e adolescentes a exercerem cidadania, compreendendo que existem direitos e deveres a serem cumpridos por toda a sociedade, o que inclui a igualdade de direitos sobre homens e mulheres, cisgêneros e transgêneros. Desta forma, é possível na educação sexual escolar, utilizar exemplos e recursos pedagógicos que podem ser encontrados na escola, ou confeccionados com facilidade. Entre esses, enfatizamos a utilização de livros de histórias infantis, e destacamos a pesquisa desenvolvida por Brittos (2016) sobre “*A importância dos Contos de Fadas para o Desenvolvimento Psicosssexual da criança: o que pensam, o que dizem e o que fazem as professoras?*”.

Ao utilizar-se de conceitos psicanalíticos como o da teoria do desenvolvimento psicosssexual desenvolvida por Freud (2016), Brittos (2016) demonstra que professores dos Centros Municipais de Educação Infantil tem dificuldades em trabalhar as demandas provenientes do desenvolvimento psicosssexual normal da infância, pela falta de educação sexual ainda na formação. A ciência psicanalítica poderia amparar, nesse

⁷⁹Grifo nosso.

⁸⁰Como por exemplo, usar preservativo, prevenir-se de Doenças Sexualmente Transmissíveis, respeitar os próprios limites e desejos assim como da outra pessoa. O mesmo é válido para as relações interpessoais cotidianas.

sentido, atentando para o fato de que as histórias infantis também servem para que as crianças em idades escolares iniciais elaborem conflitos edípicos, comumente atribuídos a personagens das histórias infantis.

Para isso, a contagem das mesmas histórias pode acabar sendo solicitada por várias vezes pela mesma criança. A utilização do mecanismo de defesa do ego da *identificação* com os personagens, ao ser utilizado pela criança, pode estar correlacionado a assuntos que ainda não são aceitáveis para a mesma, ao menos não de forma consciente⁸¹. De qualquer forma, quando uma história é contada, perguntas de apreciação podem ser realizadas posteriormente pelos professores, objetivando conhecer as interpretações que as crianças fornecem tanto para personagens, quanto para o desenvolvimento e desfecho das histórias. (GAGLIOTTO, 2009; WINNICOTT, 1977)

A dinâmica do funcionamento psíquico da criança, evidentemente é diferente da de um adulto. Crianças em idades iniciais, não tem os conceitos assimilados da mesma forma que compreendemos enquanto adultos. Não abordar assuntos que englobem, por exemplo, o conhecimento sobre o corpo humano por compreender que com isto acarretará na erotização da criança é um equívoco. Ao perguntar para um adulto sobre “De onde vem os bebês?”, pelas próprias experiências e vivências pessoais, assim como o conhecimento ou as informações adquiridas ao longo da vida sobre o assunto, o adulto pensa em uma resposta para fornecer. Daí partem justificativas de que “explicar sobre, é influenciar sobre”. Há contradições nestes aspectos, e, portanto, compactuamos com o que é exposto por Figueiró (2013) de que a educação sexual deve ser priorizada e ensinada tal como todas as outras demandas que são questionadas aos professores: com linguagem e explicações adequadas para cada idade, sem mentir e/ou inventar histórias mirabolantes sobre o assunto.

Inventar teorias para evitar a explicação real sobre a pergunta realizada pela criança, pode até convencê-la num primeiro momento, porém, quando crescer e perceber que foi enganada, poderá deixar de confiar em quem a persuadiu acreditar em algo que não é verídico e passar a procurar outras fontes que expliquem e/ou demonstrem o que foi perguntado. A confiança é um elemento crucial para que as crianças tenham um porto seguro, alguém com quem contar caso precise de orientação e apoio.

As repressões vêm a calhar, quando respostas e assuntos são evitados. Segundo Figueiró (2011), educar tanto sobre identidade de gênero quanto sobre sexualidade pode

⁸¹Como exemplo, contextos de violências físicas, psicológicas e sexuais, interesses e desejos que podem ser remetidos a identificações com identidades de gênero diferentes da que a maioria dos colegas até então se interessam, desconforto com os próprios órgãos genitais, etc.

acontecer a partir do momento que a criança é inserida nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Existem materiais desenvolvidos para trabalhar a prevenção da violência sexual na infância, elaborados para a inserção da educação sexual entre zero e três anos de idade, como o projeto Pipo e Fifi⁸².

Materiais desenvolvidos para orientar a criança sobre o próprio corpo, podem prevenir a violência sexual, assim como familiarizá-la sobre características corporais diferentes encontradas em todas as pessoas nas diferentes idades e, conseqüentemente, sobre a própria identidade de gênero com o mínimo de repressões quanto for possível. Separar caixas de brinquedos de “meninos e meninas”, assim como segregar as filas e estimular a competitividade entre estes, vai constituindo padrões que enfatizam a divisão entre meninos e meninas, e logo, de futuros homens e mulheres. Desta forma, enfatizamos que não precisa ser necessariamente uma disciplina, como no caso das ciências biológicas, a que poderá desenvolver a educação sexual com os alunos. Todas as matérias podem acrescentar nas práticas cotidianas, a educação sexual emancipatória (GAGLIOTTO, 2009; LOURO, 2008; FIGUEIRÓ, 2011).

Nem sempre as brincadeiras são inclusivas com relação a meninos e meninas, constituindo o reforçamento dos papéis tradicionais, como aponta Maio (2011, p. 183):

É fato que, na escola, se apresentam manifestações da sexualidade, por meio de cenas, eventos, palavras, gestos. Entretanto, o que observamos ainda é que a comunidade educativa, que compõe os/as profissionais da escola e a família acabam provocando, voluntária ou involuntariamente, marcas nos corpos dos/as alunos/as, principalmente em cenas relativas à expressão sexual, com isso, a escola acaba disciplinando e escolarizando os corpos.

A partir do que foi exposto por Maio (2011), destacamos a presença de elementos, dispostos diariamente à todas as crianças, desde a primeira infância que influenciam na construção da subjetividade. Associações com cores (azul para meninos e rosa para meninas), assim como brincadeiras e posturas corporais, são naturalizadas como permitidas ou proibidas, utilizando como parâmetro o determinismo biológico. Isso pode conseqüentemente reprimir características a serem constituídas na identidade de gênero e na sexualidade, no decorrer do desenvolvimento e da forma com que certos comportamentos são ou não naturalizados.

Dessa forma, Menin (2017) demonstra que assim como a internet pode ser utilizada como uma excelente ferramenta de busca, precisa ser criteriosamente discutida para que seja compreendida como uma ferramenta de utilização pedagógica, e não o

⁸²O projeto de prevenção contra a violência sexual na infância, foi desenvolvido por Caroline Arcari, e pode ser encontrado através do endereço: <https://www.pipoefifi.com.br/>.

contrário. Comumente, a internet é estigmatizada quando o assunto é a infância e a adolescência como negativa, com termos pejorativos sobre jogos violentos e com conteúdo pornográfico e as redes sociais. Dizer que na contemporaneidade crianças e adolescentes sabem mais que os adultos e que os próprios professores sobre o próprio corpo e a sexualidade por terem à disposição ferramentas como a internet é uma afirmação equivocada. Os materiais encontrados nos sites de busca nem sempre terão embasamento científico e que prezem por sentimentos, emoções e pensamentos sobre o próprio corpo e afetividade.

A exposição à conteúdos pornográficos na fase da adolescência podem acabar sendo inevitáveis quando a educação sexual é ausente desde a infância. Não somente sobre temas voltados a relações sexuais, nesses aspectos também se encontram modelos de corpos e conseqüentemente de feminilidades e masculinidades.

A formação acadêmica e profissional com aportes psicanalíticos sobre o desenvolvimento psicosssexual e os mecanismos de defesa pode possibilitar aos professores o contato consigo mesmo (a), subsidiando reflexões sobre as práticas pedagógicas que desenvolve nos espaços escolares. Conseqüentemente, a personalidade acaba influenciando no ser social e na aplicabilidade de habilidades e competências que é capaz ou não de desenvolver nos alunos, assim como qualquer outra temática voltada para o ensino e a aprendizagem dos alunos.

Ao desenvolver trabalhos de educação sexual na adolescência, será permitido aos jovens, tanto meninos quanto meninas *cis* e *trans*, problematizar a estrutura das relações interpessoais afetivas, modelos estéticos e padrões de beleza. Com isto, torna-se possível ensinar sobre o respeito e a diversidade, assim como se constrói um ambiente seguro para que exponham suas próprias percepções a respeito do corpo, afetividade, sentimentos, pensamentos, desejos, etc., sem que sejam castrados simbolicamente, pela figura do educador (FIGUEIRÓ, 2013).

Defendemos que incutir ideais sobre a identidade de gênero e sexualidade a partir de imposições, dificulta o desenvolvimento saudável de todas as pessoas. Atentamos para a influência que as repressões sociais têm sobre o inconsciente daqueles que desenvolvem algum trabalho com crianças e adolescente, pois podem evitar abordagens sobre identidades de gênero dissidentes da hegemonia cis-hétero, pelos próprios mecanismos de defesa também construídos de forma subjetiva.

Enfatizamos que os profissionais da psicologia devem seguir à risca o que está estabelecido no Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) e nas Resoluções 001/1999 e 001/2018. Desta forma, auxiliam a promoverem a despatologização da

identidade de gênero e da sexualidade, para que cada vez mais a sociedade fique consciente da importância da Educação Sexual emancipatória desde a infância nas escolas. A afirmação e a utilização de estereótipos que correlacionam a educação sexual emancipatória com a chamada “ideologia de gênero” impossibilita que os estudos e a promoção de políticas públicas (para meninos e meninas *cis* e *trans*) aconteçam, assim como reforça a construção de tabus que propiciam a não abordagem da identidade de gênero, barrada pelos mecanismos de defesa da personalidade dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual emancipatória não é pautada somente no ensino sobre relações e orientações sexuais. Educar sexualmente não significa incentivar crianças e adolescentes a manterem relações sexuais a partir do momento que adquirem conhecimento sobre o assunto. Ter consciência sobre a diversidade sexual e de gênero não transforma necessariamente as pessoas naquilo que aprenderam. Não nos cabe, enquanto psicólogas e pesquisadoras da área da psicologia e da educação, induzir ou impor quaisquer formas de vivenciar a identidade de gênero, de acordo com as nossas convicções pessoais. Fazê-lo, seria ir contra o Código de Ética da profissão, ao desrespeitar a existência das diversidades.

Assim, defendemos as normativas dispostas na Resolução 001/2018 do Conselho Federal de Psicologia sobre a forma com que psicólogos e psicólogas devem atuar e enfatizamos a importância da educação sexual emancipatória descrita por Gagliotto (2009) em todas as idades, pois é por meio dela que se conhece e aprende a respeitar as diversidades de gênero e sexualidade. É a partir da educação que entramos em contato com temas que a princípio podem causar estranhamento e sob a mediação de outra (as) pessoas, ampliamos a possibilidade de desconstruir ideias pré-concebidas.

As resoluções 01/1999 e 001/2018 são imprescindíveis para que a categoria de profissionais da psicologia represente cada vez mais o compromisso com os direitos humanos, a cidadania e o bem-estar de todas as pessoas, independente da identidade de gênero e da orientação sexual. São documentos normativos indispensáveis para que as pessoas possam estar cada vez mais em contato consigo mesmas, conhecendo a própria subjetividade e, conseqüentemente, cada vez mais familiarizadas com os próprios desejos e sentimentos. Assim, a sociedade poderá se transformar, gradativamente, para convívios mais saudáveis.

Destacamos a importância da psicologia e da psicanálise para esse processo de autoconhecimento, enquanto instrumentos teóricos capazes de transformar realidades, assim como quaisquer outras teorias e métodos relacionados à área da educação. A formação do ser e da consciência social também depende da formação humana que se relaciona com a matéria, enquanto modos de produção capitalista e processos históricos que transformam a cultura no decorrer dos anos.

Foucault (1999) demonstra que temas relacionados à sexualidade e ao corpo, como a identidade de gênero, não podem ser explicados por completo sem considerar os aspectos históricos e as disputas pelas verdades que a temática comporta. Além dessas

disputas, existem divergências e concepções diferentes entre o próprio movimento feminista sobre a ordem dos fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, éticos, morais e religiosos que influenciam na construção de feminilidades e masculinidades.

Movimentos como o projeto Escola Sem Partido, ideologia de gênero e Cura Gay, são exemplos de tabus e mecanismos de defesa que a falta de educação sexual emancipatória pode ocasionar. Subjetivamente, aqueles que evitam entrar em contato com a temática, acabam encontrando, nas coletividades que apoiam esses projetos, o acalento necessário para projetar na sociedade o medo das diferenças.

Desta forma, quando o assunto é educação sexual não basta ter apenas a boa vontade para abordar a temática nos espaços escolares, é necessário mais que isso: ter uma linguagem adequada para as idades e para os diferentes públicos, além de dinamismo e conhecimento científico. As discussões realizadas sobre ser certo ou errado, abordar a identidade de gênero nos espaços escolares, devem estar voltadas também para a forma com que a sociedade e as culturas constroem historicamente o gênero, assim como a influência desta construção na subjetividade e personalidade humana, pela topografia do aparelho psíquico e da utilização dos mecanismos de defesa.

Dessa maneira, assegura-se que os conteúdos ensinados para a formação dos alunos não estarão afirmando que existem apenas modelos patriarcais de família, gênero e orientação sexual. Conforme Nunes (1987) destaca, dar visibilidade apenas para o modelo hegemônico valida a existência apenas do modelo de relacionamento e de família apresentado, excluindo tantas outras que são diferentes.

Defendemos que os mecanismos de defesa do ego, que fazem parte da relação professor-aluno, podem ser percebidos não somente pela ausência da abordagem dos conteúdos, mas também pela forma com que são abordados. O reforçamento de estereótipos negativos tanto sobre identidades trans quanto sobre feminilidades e masculinidades cis implicam, da mesma forma, no enquadramento de identidades e orientações sexuais a partir de padrões historicamente delegados ainda na descoberta do sexo biológico de nascimento (FREUD, 2006; SCOTT, 1989; SAFFIOTI, 1976).

O mundo das mulheres *cis* e *trans* faz parte do mundo dos homens *cis* e *trans*. Abordar as identidades de gênero isoladamente, reforça a ideia de que as experiências independem das relações interpessoais e sociais entre esses. Quando se adentra na categoria de análise gênero, considerando as peculiaridades e discrepâncias entre homens e mulheres, destacamos que existem singularidades entre homens *cis* e *trans* e mulheres *cis* e *trans*. A diferença é que no mundo, tanto de homens quanto de mulheres *trans*, existem características hegemônicas do mundo cis-hétero que os oprimem,

repercutindo em inúmeras pessoas trans a tentativa de se enquadrarem no padrão *cisgênero*⁸³ (SCOTT, 1989).

As diferenças culturais entre os sexos estão diretamente relacionadas com os meios de produção, cujas quais são historicamente atribuídas a diferentes funções sociais para homens e mulheres desde o nascimento, pelo sexo biológico. Brincadeiras são designadas com formas de se comportar e verbalizar sobre diferentes assuntos desde a primeira infância, moldando comportamentos e reforçando tabus sobre as dissidências de gênero.

Enfatizamos as concepções de Scott (1989) de que as teorias que estudam o patriarcado, são sobre a subordinação das mulheres em detrimento à opressão desempenhada pelos machos, numa tentativa inconsciente de “controlar” a reprodução da espécie. Ao compreenderem adequadamente os processos reprodutivos da espécie humana, exercendo o real domínio sobre o próprio corpo, as mulheres, em conjunto com a comunidade LGBT, podem conseguir a libertação das estruturas patriarcais (SCOTT,1989).

Para a libertação da opressão, é pertinente o envolvimento de todos os movimentos feministas de mulheres na luta pela igualdade de direitos sobre as próprias escolhas. O engajamento nas lutas de classe não se dá somente em protestos realizados nas ruas em datas comemorativas. As pautas reivindicadas pelos direitos das mulheres cis e trans serão cada vez mais abordadas se existir mais sororidade entre as causas. As manifestações que referem-se às mulheres cis ocupando espaços sociais majoritariamente masculinos⁸⁴ têm, de maneira tímida, incluído as mulheres *trans*. De forma paralela, mas por objetivos semelhantes, essas também lutam pelos seus direitos, especialmente por sofrerem preconceitos e violências que podem culminar à própria morte, justamente por não seguirem a norma hegemônica cis-hétero. Não são homens contra mulheres, tampouco mulheres contra mulheres. Reproduzir essa lógica, seria cair no paradigma machista de que “um é melhor que outro”.

Embora os movimentos feministas estejam pleiteando além da inserção das mulheres no mercado de trabalho, o reconhecimento e o respeito nos diferentes espaços e cargos ocupados, são as mudanças nos modos de produção que modificam as

⁸³Como exemplo, homens trans que buscam se enquadrar em estereótipos e padrões de beleza que podem ser comumente atribuídos a homens cis.

⁸⁴Pela equidade de salários no desenvolvimento das mesmas funções, o direito de escolher realizar ou não um aborto com o amparo necessário de políticas públicas na área da saúde, poder estudar e seguir carreira ao invés de cuidar exclusivamente dos filhos e das tarefas domésticas, vestir-se da forma que lhe convier sem ser assediada sexualmente em todos os espaços sociais, etc.

configurações familiares e consequentemente de sexualidade (SCOTT, 1989; ENGELS, 1982).

As articulações entre patriarcado e capitalismo podem ser identificadas de forma clara quando, por exemplo, os interesses e as discussões econômicas dos governantes do país estão voltados para a (não) promoção de políticas públicas para mulheres (cis e trans)⁸⁵ e populações carentes visando a equidade social. Quando estas pautas estão em voga, os índices de violência cometidas pelo gênero a essas minorias diminui consideravelmente, alavancando outras formas de empoderamento pessoal diretamente relacionados a isso, já que existe a possibilidade de amparo pelo estado, quando não há pelas instituições familiares (ENGELS, 1982; SAFIOTTI, 1976; NUNES, 1987).

A influência do estado sobre o gênero pode ser historicamente analisada quando questões a princípio fixadas como verdades imutáveis são colocadas em aberto, se existem significativas mudanças ocorrendo nos meios econômicos. Um exemplo que pode ser utilizado, está relacionado aos períodos pós primeira e segunda guerra mundial, em que diversos países insistiram na importância do papel da mulher, enquanto principal responsável por exercer a função materna de reprodução e cuidados dos filhos. Quando a organização da empregabilidade também é modificada, podem surgir novas configurações familiares e de casamentos, diferentes possibilidades de construção da subjetividade, assim como o reforçamento do estereótipo mulher cis-hétero obediente ao marido homem-cis-hétero (SCOTT, 1989).

As disputas pelo poder entre as classes dominantes e as classes oprimidas, engendram ações que flexibilizam ou não a possibilidade de expressar identidades de gênero dissidentes nos espaços sociais. [...] “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas, negadas ou reprimidas” (SCOTT, p. 28, 1989).

Nesse sentido, inclusão de pessoas trans nas universidades públicas por intermédio do sistema de cotas é um grande passo para o reconhecimento de outras formas de expressão dos gêneros, que diferem da hegemonia cis. Mesmo assim, ainda são longos os caminhos a serem percorridos, visto que outras possibilidades de inclusão também precisam ser proporcionadas após a vida acadêmica, como por exemplo, a inserção no mercado de trabalho.

⁸⁵Promoção de políticas públicas de saúde como um todo, no que tange o combate à violência doméstica, desigualdade de gênero, assistência médica e acompanhamento multidisciplinar adequado e comprometido sobre os interesses das pessoas trans e, da mesma forma, para as mulheres cis que optem pelo aborto, além de políticas públicas de assistência social para fins como esses e/ou inúmeros semelhantes.

Desse modo, é pertinente analisar os modos de produção na economia capitalista para compreender o gênero, além de buscar averiguar sobre a complexa ligação entre a sociedade e a estrutura psíquica. Scott (1989) faz uma crítica às teorias feministas existentes que analisam e tentam encontrar alguma forma de causalidade para as (in)consistentes divisões binárias de feminino e masculino, enfatizando que é necessária uma autenticidade histórica que seja capaz de modificar a realidade social.

Sendo assim, não basta apenas teorizar a história do gênero enquanto uma categoria de análise que pode ser apreendida pelo marxismo, é indispensável utilizá-lo abordando outras áreas do conhecimento que possam endossar as reflexões. É pertinente buscar alianças científicas e políticas e desenvolver articulações com o gênero enquanto categoria de análise nesses espaços sociais⁸⁶.

As estruturas de dominação estão presentes em todos os âmbitos das relações interpessoais humanas. Quando adultos se bloqueiam para a emancipação da identidade de gênero no que tange o ensino transmitido para as crianças, conseqüentemente, enquanto futuros adultos, também se desenvolverão sob a égide das mesmas repressões, e assim sucessivamente. Assim, enfatizamos o pensamento de Freire (1979, p.84), que “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Quando aos meninos são permitidas brincadeiras como de boneca, estarão sendo estimulados a exercerem o cuidado higiênico e pessoal dos filhos, se assim tiverem filhos algum dia. A vida é feita de infortúnios e acreditar que existirá somente um modelo de família e que cada gênero irá ter tarefas designadas, assim como irá desenvolvê-las sem empecilhos é um equívoco. Da mesma forma, quando para as meninas são permitidas brincadeiras que sejam remetidas à *exploração* do mundo, serão estimuladas desde a primeira infância a desenvolverem atividades que vão além do campo doméstico.

Todas as pesquisas encontradas, destacaram a existência de influências externas na formação da identidade de gênero subjetiva por meio de estereótipos e da naturalização de papéis considerados tradicionais, construídos a partir da educação que cada pessoa recebe.

Defendemos que valores e ideologias, quando abordadas e aplicadas de forma rígida, afetam a construção da subjetividade da identidade de gênero das crianças reprimindo quaisquer outras identidades que sejam diferentes da hegemonia cisgênero-

⁸⁶Destacar e problematizar, por exemplo, não apenas a inserção de mulheres cis na política, meio acadêmico e áreas de atuação no mercado de trabalho, mas também outras formas de ser e existir enquanto mulher.

heterossexual. Os mecanismos de defesa de responsáveis e professores acabam sendo reproduzidos na educação de crianças e adolescentes assistidos a partir da relação de dominação estabelecida, em que a influência sobre a identidade de gênero pode prolongar o ciclo da utilização de mecanismos de defesa que coíbem e reforçam discursos de violência, preconceito e segregação das pessoas com identidades dissidentes.

A psicanálise nos espaços escolares pode fornecer subsídios para que o desenvolvimento pedagógico dos professores que possibilitam a construção do conhecimento seja repensado, tornando a educação e a convivência social com a diversidade cada vez mais humanitária.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NOTÍCIAS IBGE. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. IBGE, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- ANDRÉ, Marli et al. **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas: Papyrus, 1999.
- AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio Online 2019**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/dissidente>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- BAZZA, Adéli Bortolon. **Identidade(s) do sujeito masculino no programa humorístico sexo frágil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000171800>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.
- BIONDO, Fabiana Poças. **A formação do conceito de gênero dos substantivos entre alunos do ensino fundamental: um processo de tomada de consciência**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000165320>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BONÁCIO, Daiany. **Discurso, mídia e identidade masculina: quem é esse "novo" homem**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000177928>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2017. 121 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182706/349130.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007. 297 p.
- BORBA, Rodrigo. **O (des) aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2016.
- BORDIEU, Piérre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- BRASÍLIA. Câmara Legislativa. **Projeto de lei nº 7.180, de 2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1661955&filenome=VTS+1+PL718014+%3D%3E+PL+7180/2014. Acesso em: 19 nov. 2018.
- BRENNER, Charles. **Noções básicas de psicanálise: Introdução à psicologia psicanalítica**. Tradução: Ana Mazur Spira. 3. ed. Imago. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

BRITTOS, Eritânia Silmara de. **A importância dos contos de fadas para o desenvolvimento psicosssexual da criança: o que pensam, o que dizem e o que fazem as professoras?** Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 188pg.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

CANASSA, Lucélia. **Pais e filhos em contos de Luiz Vilela: as representações das masculinidades.** 2018. 159 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000219896>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Coordenação: Organização Mundial da Saúde (OMS). Tradução: Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artmed, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/05, de 21 de julho de 2005. **Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 001/1999, de 22 de março de 1999. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 07 fev. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº001/2018, de 29 de janeiro de 2018. **Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** São Paulo: Graal, 2004.

CRUZ, Andréia Cristina da. **Gênero nos currículos e nas percepções das/dos estudantes do ensino médio: uma caracterização sociológica.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000215329>. Acesso em: 27 nov. 2018.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

DINIZ, Bruna Larissa Ramalho. **Formação de educadores sexuais no curso de Ciências Biológicas da UEM: a concepção dos graduandos sobre a atuação do professor de ciências e biologia na educação sexual.** 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000227024>. Acesso em: 27 nov. 2018.

EIZIRIK, Cláudio Laks, *et al.* **Psicoterapia de Orientação Analítica: fundamentos teóricos e clínicos.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. CALICH, José Carlos. Modelos psicanalíticos da mente. Parte 2 cap. 8, p. 150-174.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado.** Tradução: Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

- FIEIRA, Jaqueline Tubin. **O desenvolvimento psicosssexual na criança com autismo no espaço educativo: um estudo empírico bibliográfico à luz da psicanálise**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. 202 pg.
- FIGUERÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.
- FILHO, Domingos Parra; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. Minas Gerais: Futura, 1998.
- FILHO, Eustachio Portella Nunes et al. **Psiquiatria e Saúde Mental: Conceitos Clínicos e Terapêuticos Fundamentais**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** - Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: O cuidado de si**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 288 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREUD, Anna. **O ego e os mecanismos de defesa**. Porto Alegre: Armed, 2006. Tradução de: Francisco Settineri.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos (primeira parte)**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, com comentários de notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistidos por Alix Strachey e Alan Tyson. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos (segunda parte) e Sobre os Sonhos**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, com comentários de notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistidos por Alix Strachey e Alan Tyson. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FUKUYAMA, Francis. **Nosso futuro pós-humano: consequências da revolução da biotecnologia**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A educação sexual na escola e a pedagogia da infância**: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 23ª reimpressão, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 200.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Viviane dos Santos. **Práticas de resistência em Antônia**: identidade, representação e exclusão social da mulher negra da periferia. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000177852>. Acesso em: 27 nov. 2018.

GRAMSCI, Antonio, **1891-1937 Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRZESZEZESZYN, Claudineya Aparecida. **Identidades sociais em re-vistas**: os sujeitos homens e mulheres sob o olhar do discurso publicitário. 2013. 141 p. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2332>. Acesso em: 26 nov. 2018.

HACK, Rafael Fernando. **Foucault, o sujeito e a sexualidade**: a produção do sujeito na história da sexualidade de Michel Foucault. 2007. 213 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2065>. Acesso em: 26 nov. 2018.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. Cadernos pagu (22), p. 201-246, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JACOBSEN, Kallige Cristina. **Direito e literatura**: a construção identitária da mulher em Marina Colasanti. 2018. 161 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000220993>. Acesso em: 27 nov. 2018.

LACHI, Poliana da Silva. **Um corpo de sentidos**: discurso, subjetividade e mídia. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000181953>. Acesso em: 27 nov. 2018.

LAGO, M. C. de S.. **A psicanálise nas ondas dos feminismos**. In: Carmem Rial; Joana Maria Pedro; Silvia Maria Fávero Arend. (Org.). Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade. 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1, p. 287-306

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertrand. **Vocabulário de Psicanálise**. Direção: Daniel Lagache. Tradução: Pedro Tamen. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukacs, 2012.

LIMA, André Ricardo Pinheiro. **Interfaces de um retrato**: identidade e representações do gay/homem em Madame Satã. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000189391>. Acesso em: 27 nov. 2018.

LORENZI, Franciele. **A educação sexual na formação do/a pedagogo/a no estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. 201 p.

MAGALHÃES, Kécia Priscilla Palombello. **A educação sexual na concepção e prática de professores de biologia do ensino médio**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000223621>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MAIO, Eliane Rose **O nome da coisa Maringá**. Editora Uni Corpore, 2011. 282 p.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. [American Psychiatric Association; Tradução: Maria Inês Correa Nascimento. Et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARANGONI, Davi. **A experiência escolar cotidiana e a construção de gênero na subjetividade infantil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/28665>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MARTINS, Lílian Aparecida Mudado Suassuna & BONISSON, Gabriel Suassuna. **A linguagem inclusiva e a diversidade de gênero**. XII Colóquio Nacional: Representações de gênero e sexualidades. p. 01-11, Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID1421_24052016230146.pdf Acesso em: 18 out. 2018.

MAZER, Dulce Helena. **Impressões do corpo feminino**: representações da mulher e do corpo-imagem na imprensa brasileira. 2013. 218 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000183576>. Acesso em: 27 nov. 2018.

GROSSI, Miriam Pillar *et al.* **Especialização em gênero e diversidade na escola: Livro I, Módulo I**. Tubarão: Ed. Copiart, 2016. Texto de: WOLLFF, Cristina Sheibe e SILVA, Janine Gomes. **Gênero: um conceito importante para se entender o mundo social**. P. 96-114. Disponível em: https://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros_eletronicos/08122016-1121250. Acesso em: 22 jan 2019.

MENIN, Franciéle Trichez. **Sexualidade, adolescência e educação sexual a partir dos quereres e poderes da internet**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

MIRANDA, Tereza Lopes. **Educação e relações de gênero**: entre avanços e desafios na experiência da escola latino americana de agroecologia. 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/319>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MORENO, Meire Ellen. **Feminismos e antifeminismos na política brasileira**: "ideologia de gênero" no Plano Nacional de Educação 2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000206286>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MORROW, Raymond Allen & TORRES, Carlos Alberto. **Teoria social e educação**: uma crítica das teorias da reprodução social e cultural. Biblioteca das Ciências do Homem: Ciências da Educação. Porto: 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

- MUCELIN, Patrícia Carla. **Corpo e sexualidade**: discursos constituidores nas revistas Nova e Playboy anos 1970. 2013. 160 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1694>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- NAGIB, Miguel. **Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório?** 20 dez. 2013. Disponível em: <http://escolasempartido.org/educacao-moral/442-quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- NÁSIO, Juan David. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.
- NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas, SP: Papirus, 1987.
- NUNES, Portella & NARDI, Romildo Bueno. **Psiquiatria e saúde mental: conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001.
- OLIVEIRA, Erika Patrícia Teixeira de. **Mulheres em conflito com a lei**: representações sociais, identidades de gênero e letramento. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000170549>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- OLIVEIRA, Linite Adma de. **Narrativas autobiográficas de mulheres que (con)vivem com o HIV**: identidades sociais de gênero. 2015. 168 p. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/407>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.
- PEREIRA, Cleumary Soletti. **Mulheres incansáveis**: a construção da identidade de trabalhadoras do setor de higiene e limpeza. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000208203>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- PEREIRA, Fernanda. **Corpos em protesto**: análise discursiva do movimento Femen. 2017. 161 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3051>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. **"Gay-macho", "travesti" ou "bicha pintosa"?** - A produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981). 2017. 190 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3158>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- PEREIRA, Thaís Thomé Seni Oliveira; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos; AUGUSTO, Maria Cecília Nobrega de Almeida. O Cuidado em Saúde: o Paradigma Biopsicossocial e a Subjetividade em Foco. **Mental**, Barbacena, n. 17, p.523-536, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v9n17/02.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. On-line Version, ISSN 1980-4369, História vol. 24 n°1, Franca: 2005.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 14 jan. 2019.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PESSOA, Emerson Roberto de Araujo. **A construção de corpos e feminilidades: travestis e transexuais para além da prostituição**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000209731>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PIMENTEL, Gisele Arendt. **Sexualidade e agressividade do adolescente no espaço escolar: contribuições psicanalíticas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2017. 137 pg.

PINTO, Céli Regina Jardim. **O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)**. Estudos Feministas, Florianópolis, 22 (1): 321-333, jan.-abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n1/17.pdf>. Acesso em: 28 fev 2019.

PINTO, Solange da Silva. **O debate de gênero no ensino de História: moças para casar – representações femininas nos processos crimes de sedução em Ponta Grossa (1940-1970)**. 2018. 190 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2663>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PIOVEZAN, Gustavo. **Determinismo biológico e educação sexual: análise retórica da concepção da sexualidade em livros didáticos**. 2010. Determinismo biológico e educação sexual: análise retórica da concepção da sexualidade em livros didáticos. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000193633>. Acesso em: 27 nov. 2018.

RIBEIRO, Gabriela Chicuta. **Corpo, gênero e sexualidade na educação física escolar: uma cartografia das práticas discursivas em escolas do Paraná**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27752>. Acesso em: 27 nov. 2018.

RIBEIRO, R.S. **Discursos e não-discursos do isso: passarofes de uma Escola do Campo, inadubações e lesbianidades cis**. 2018. 233 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 25, n. 1, jan.-abr., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/pt_1806-9584-ref-25-01-00365.pdf. Acesso em: 25 ago. 2017.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199 p.

RUELA, Natália. **Feminismo e construção de identidades femininas: as meninas, de Lygia Fagundes Telles**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000177930>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SADOCK, Benjamin James, e SADOCK, Virginia Alcott. **Compêndio de Psiquiatria: Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. 9. ed. Porto Alegre: Arned, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Ed. Vozes, Petrópolis: 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTANA, Talita Maisa. "**Sou mulher e quero participar!**": narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014). 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1732>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25058>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

SENE, Rosana Aparecida Ribeiro de. **Identidades de raça, de gênero e de sexualidade nas aulas de língua inglesa na visão das/os estudantes**. 2017. 201 p. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1488>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SESARINO, Shirley Valera Rialto. **Construção do masculino na Curitiba das décadas de 1940 e 1950 tornar-se homem**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24573>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SHIMURA, Joyce Mayumi. **Memórias escolares de travestis: a formação dos sujeitos nos discursos da ciência**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência e a Matemática) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000199866>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SILVA, Jonathan Chasko da. "**Um dos Homens Seria Travesti**": Análise do Discurso Jornalístico sobre as Travestis em Cascavel – PR. 2017. 90 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3457>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SILVA, Ricardo Desidério da. **Educação em ciência e sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre a sexualidade no aluno**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática – Universidade Estadual de Maringá, 2009. Disponível em: <https://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?view=vtls000171338>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

SOPELSA, Kaoana. **A genealogia das relações de gênero no Brasil através dos discursos das colunas de Clarice Lispector em 1959 e em 1960**. 2017. 151 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3359>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SOUZA, Ivy Semiguem Freitas de. **O mito das Amazonas**: uma discussão psicanalítica sobre a feminilidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000202941>. Acesso em: 27 nov. 2018.

TALAFERRO, Alberto. **Curso Básico de Psicanálise**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TOFFANELLI, A. C. **Educar para a diferença**: Uma análise das relações de gênero presentes na literatura infantil sob o olhar da Psicologia Histórico Cultural e do feminismo de orientação marxista. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000227779>. Acesso em: 27 nov. 2018.

TOLEDO, Cláudia Mansani Queda de. **Direito à liberdade de cátedra**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/102/edicao-1/direito-a-liberdade-de-catedra>. Acesso em: 28 nov. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

URZAIZ, Bergoña Gómez. **Oscar 2016: A fascinante vida de Lili Elbe, a primeira transexual a entrar para a história**. El país, 02 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/02/estilo/1451748884_931165.html Acesso em: 17 mai. 2018.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do silêncio**: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão: 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIANA, Fabrício. Dia 29 de Janeiro: Dia Nacional da Visibilidade Trans. 29 jan. 2019. Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Disponível em: <http://paradasp.org.br/dia-29-de-janeiro-dia-nacional-da-visibilidade-trans/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

VIEIRA, Ana Rosa Bulcão. **Organização e saber psiquiátrico**. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.49-58, out./dez. 1981. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v21n4/v21n4a05.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

VIGEVANI, Tullo et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 83, p.111-143, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a05n83.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Temas transversais ou conteúdos disciplinares? Cultura, cidadania e diferença. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 18, n. 4, p.197-206, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n4/1518-7012-inter-18-04-0197.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

WYLLYS, Jean. **9º Seminário Nacional LGBT**. 09 maio 2012. Disponível em: <http://jeanwyllys.com.br/wp/9o-seminario-nacional-lgbt-do-congresso-nacional>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos Psicanalíticos**: Teoria, técnica, e clínica. PORTO ALEGRE: Artmed, 1999.